



RELATÓRIO E CONTAS

- Exercício de 2017 -

FARMINVESTE - SGPS, S.A.
Travessa de Santa Catarina 8 1200-403 Lisboa Telefone 214 278 610

Sociedade Anónima- Capital Social: 100.000.000 - Contribuinte N°. 509 491 480

FARMINVESTE - SGPS, S.A.

Sede Social
Travessa de Santa Catarina, 8, 1200-403 Lisboa

Capital Social €100.000.000 • Matrícula na C.R.C. Lisboa e Contribuinte n.º 509 491 480

- 17 de Abril de 2018 -

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da FARMINVESTE - SGPS, S.A. (Farminveste SGPS) submete à apreciação da Assembleia Geral de Accionistas o presente documento contendo, entre outros elementos, o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, bem como a Proposta de Aplicação dos Resultados relativos ao exercício de 2017.

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO	5
O ano de 2017	5
Envolvente macroeconómica	5
Enquadramento do sector farmacêutico	5
Áreas de Actuação	8
Actividade em 2017	10
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	11
Alliance Healthcare, S.A.	14
FARMINVESTE 3 - Gestão de Participações, SGPS, Lda.	14
GLINTT - Global Intelligent Technologies, S.A.	15
hmR - Health Market Research International, S.A.	15
hmR - Health Market Research Portugal, Unipessoal, Lda.	16
hmR - Health Market Research España, S.L.	17
hmR - Health Market Research Ireland, Ltd.	18
hmR - Health Market Research Germany, GmbH.	18
José de Mello Saúde, S.A.	19
José de Mello Residências e Serviços, S.A.	19
Imofarma - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	20
Farminveste 4 - Serviços, S.A.	20
Globalvet - Soluções e Inovação Veterinária, Lda	21
Farbiowell - Suplementos Alimentares Lda.	21
Cuidafarma, Lda.	22
Gestão de Riscos	23
Perspectivas futuras.....	23
Análise Económico-financeira das contas individuais	25
Análise económico-financeira das contas consolidadas.....	25
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	29
AGRADECIMENTOS	30
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS (CONTAS INDIVIDUAIS)	31
Demonstração da Posição Financeira (Contas Individuais)	32
Demonstração dos Resultados Por Natureza (Contas Individuais).....	33
Demonstração do Rendimento Integral (Contas Individuais).....	34
Demonstração dos Fluxos De Caixa (Contas Individuais)	35
Demonstração das Alterações no Capital Próprio (Contas Individuais)	36
Anexo às Demonstrações Financeiras (Contas Individuais)	37
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS (CONTAS CONSOLIDADAS)	52
Demonstração da Posição Financeira (Contas Consolidadas)	53
Demonstração dos Resultados Por Natureza (Contas Consolidadas).....	53
Demonstração do Rendimento Integral (Contas Consolidadas)	55
Demonstração dos Fluxos De Caixa (Contas Consolidadas).....	56
Demonstração das Alterações No Capital Próprio (Contas Consolidadas)	57
Anexo às Demonstrações Financeiras (Contas Consolidadas)	58
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS (CONTAS INDIVIDUAIS)	95
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS (CONTAS CONSOLIDADAS)	99
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL (CONTAS INDIVIDUAIS)	103
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL (CONTAS CONSOLIDADAS)	105

ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Maria Helena da Silva Neves Correia Amado (Presidente)
Victor Réfega Fernandes (Vice-Presidente)
Fernando José Carreira Saraiva Monteiro (Secretário)

Conselho de Administração

Paulo Jorge Cleto Duarte (Presidente)
Vítor Manuel Lopes Segurado (Vogal)
Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes (Vogal)
Ana Cristina Clarkson Gaspar (Vogal)
Pedro Miguel Antunes Ferreira (Vogal)
Tiago Galvão Alves Pereira (Vogal)
Abel Bernardino Teixeira Mesquita (Vogal)
Augusto Manuel da Costa Meneses (Vogal)
Francisco Manuel Cardoso de Faria (Vogal)

Conselho Fiscal

Efectivos: António Nuno de Jesus Ribeiro Barros (Presidente)
Carlos José de Oliveira Paula (Vogal)
Oliveira, Reis e Associados, SROC, Lda. (Vogal)
Suplente: Carlos Alberto Domingues Ferraz (ROC N.º. 362)

RELATÓRIO DE GESTÃO

O ano de 2017

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da FARMINVESTES - SGPS, S.A. (Farminveste SGPS) submete à apreciação da Assembleia Geral de Accionistas o presente documento contendo, entre outros elementos, o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, bem como a Proposta de Aplicação dos Resultados relativos ao exercício de 2017.

A sociedade foi formalmente constituída em Setembro de 2010, com um capital social de €100.000.000, tendo por objecto a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

A Farminveste SGPS é uma empresa, detida a 90,33% pela Associação Nacional das Farmácias (ANF), sendo o restante capital detido por accionistas minoritários na sua maioria sócios da ANF.

Envolvente macroeconómica

De acordo com os últimos dados do FMI publicados em Jan/18, a economia mundial terá crescido 3,7% em 2017, a um ritmo superior aos anos anteriores que verificaram evoluções positivas de 3,1% em 2015 e 2016. Este crescimento foi sustentado por um maior dinamismo de 3 dos grandes blocos económicos, China, Estados Unidos e União Europeia, com crescimentos de 6,8%, 2,3% e 2,4% respectivamente.

A economia da zona Euro aumentou em 2017 o ritmo de crescimento em 0,8 pp, para 2,5%, tendo registado o maior crescimento desta década, com todos os países a registarem evolução positiva (Fonte: Eurostat).

Este crescimento foi suportado, em larga medida, pela manutenção das condições de financiamento favoráveis ao investimento, a par da continuação de uma política monetária acomodatória e da melhoria progressiva do mercado de trabalho, favorável ao consumo das famílias e conseqüente expansão da procura interna. Por outro lado, a recuperação do crescimento económico a nível mundial continuou a sustentar o reforço da procura externa. (Fonte: BCE).

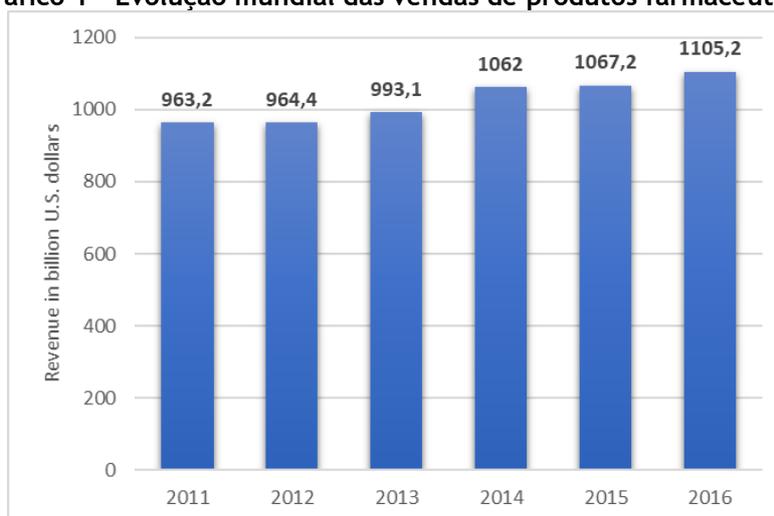
A economia portuguesa registou em 2017 um crescimento homólogo de 2,7% no PIB, o maior crescimento registado desde 2001, tendo-se verificado uma aceleração da actividade económica em 1,2 pp comparativamente a 2016. Este crescimento ficou a dever-se essencialmente ao maior contributo da procura interna que aumentou para 2,9 pp, acima dos 1,6 pp em 2016, em muito impulsionado pelo crescimento do investimento (Fonte: BdP Projecções para a economia Portuguesa: 2018-2020).

A taxa de desemprego situou-se nos 8,9% no final de 2017, tendo caído 2,2% relativamente ao período homólogo. Esta redução é devida, simultaneamente, ao aumento do emprego em cerca de 3,3% e à diminuição do número de desempregados em 19,2% no período em análise (Fonte: CCP - Conjuntura Económica 4º Trimestre 2017 Mar18).

Os resultados do Inquérito realizado pelo BdP sobre o Mercado de Crédito em Portugal referente ao 4º trimestre de 2017, reportam residualmente um ligeiro atenuar da restritividade dos critérios de concessão de crédito às empresas, em particular no segmento das PME e dos empréstimos de curto prazo, bem como um ligeiro aumento na procura (Fonte: CCP - Conjuntura Económica 4º Trimestre 2017 Mar18).

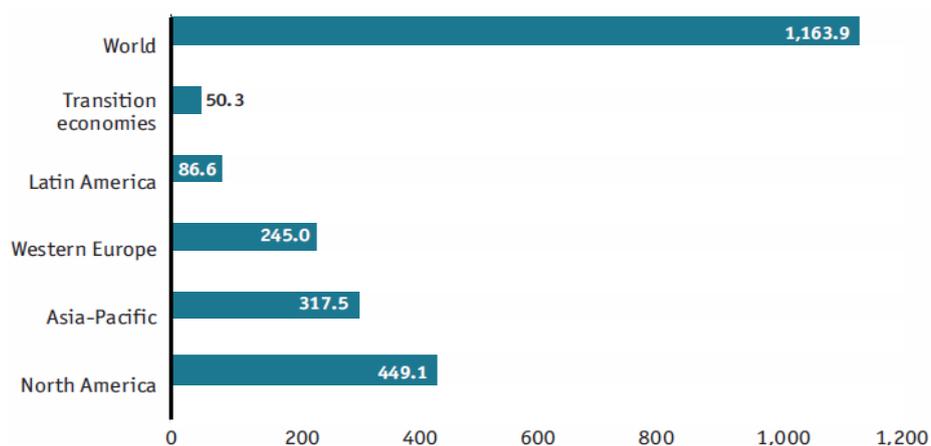
Enquadramento do sector farmacêutico

Em 2016 verificou-se um aumento de 3,5% nas vendas de produtos farmacêuticos a nível mundial, para \$1.105 mil milhões (ver Gráfico 1), devido em grande medida ao crescimento do segmento “Specialty Pharma” e do aumento do consumo nos mercados emergentes e americano.

Gráfico 1 - Evolução mundial das vendas de produtos farmacêuticos

(Fonte: www.statista.com/statistics/263102/pharmaceutical-market-worldwide-revenue-since-2001)

A estimativa para 2017 aponta para um crescimento de 5.3%, para \$1.164 mil milhões, sendo o mercado europeu responsável por cerca de 21% deste valor (ver Gráfico 2).

Gráfico 2 - Detalhe das vendas de produtos farmacêuticos por região em 2017 - Billion USD

(Fonte: Industries in 2017, The Economist Intelligence Unit)

Em Portugal, segundo o INFARMED a despesa com medicamentos no mercado do ambulatório em 2017 apresentou um aumento de 1,4% em valor (+€25,7 milhões) e de 0,9% em embalagens (+1,4 milhões) comparativamente aos valores verificados em 2016 (ver Gráfico 3), invertendo a tendência de redução verificada no último ano ao nível da evolução em valor.

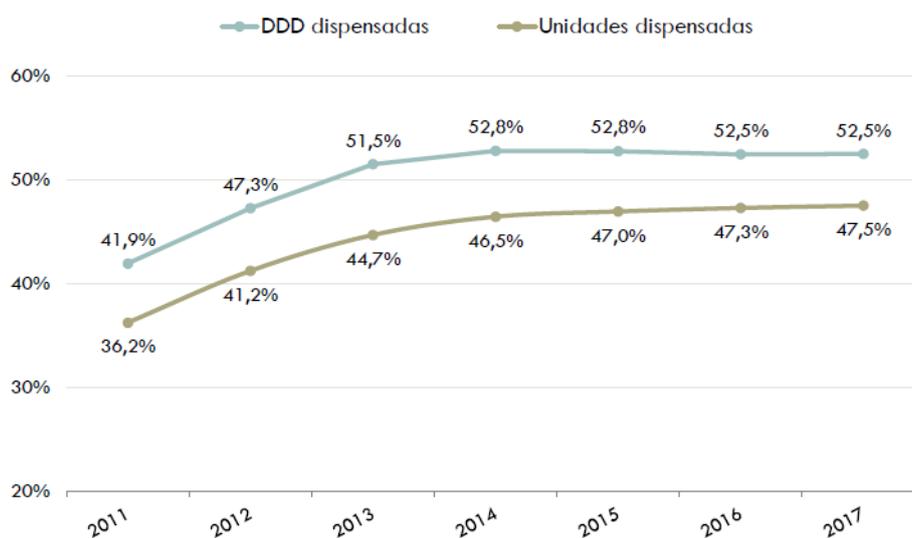
Este aumento é determinado pela evolução positiva dos encargos do SNS em 2,0% e da componente privada (utente) em 0,3% e é justificado em cerca de 82% pelo crescimento de 23% dos Anticoagulantes.

Gráfico 3 - Evolução anual da despesa com medicamentos no mercado do ambulatório

Ano	N.º Embalagens	Variação	Valor a PVP (€)	Variação	Encargos SNS (€)	Variação	Encargos Utentes (€)	Variação
2012	140.017.420	-	1.855.642.761	-	1.173.075.462	-	682.567.299	-
2013	149.086.465	6,5%	1.849.703.511	-0,3%	1.160.219.375	-1,1%	689.484.136	1,0%
2014	153.020.413	2,6%	1.873.043.848	1,3%	1.170.352.630	0,9%	702.691.219	1,9%
2015	154.964.976	1,3%	1.891.956.858	1,0%	1.182.180.185	1,0%	709.776.673	1,0%
2016	155.972.138	0,6%	1.887.107.629	-0,3%	1.189.820.191	0,6%	697.287.438	-1,8%
Jan-Dez 16	155.972.138	-	1.887.107.629	-	1.189.820.191	-	697.287.438	-
Jan-Dez 17	157.349.422	+ 0,9%	1.912.809.335	+ 1,4%	1.213.512.876	+ 2,0%	699.296.459	+ 0,3%

(Fonte: INFARMED Monitorização Mensal do Consumo de Medicamentos no Ambulatório do SNS Dez/17)

Muito embora para esta situação concorre directamente o aumento de 0,4 pp face ao período homólogo da quota de genéricos em unidades, no mercado SNS, para 47,3%, com um aumento de 0,7% nas embalagens de genéricos dispensadas pelas Farmácias (ver Gráfico 4).

Gráfico 4 - Evolução da Quota de medicamentos genéricos por segmento de mercado no SNS


(Fonte: INFARMED Monitorização Mensal do Consumo de Medicamentos no Ambulatório do SNS Dez/17)

Relativamente à evolução da despesa do SNS com medicamentos nos hospitais, segundo o último relatório disponível do INFARMED (dados a Nov. 2017), verificou-se um aumento de 7,0% em valor face ao período homólogo, para os €1.070 milhões, o que representa um crescimento superior aos 6,0% verificados em 2016 (ver gráfico 5).

Para este aumento contribuiu positivamente a evolução de 15,8% da despesa com subgrupo dos medicamentos Imunomoduladores e de 24% com os medicamentos órfãos, responsáveis por aproximadamente 89% do crescimento anual, o que representa cerca de 40% da despesa no final do período referido.

Gráfico 5 - Evolução anual da despesa com medicamentos nos Hospitais do SNS

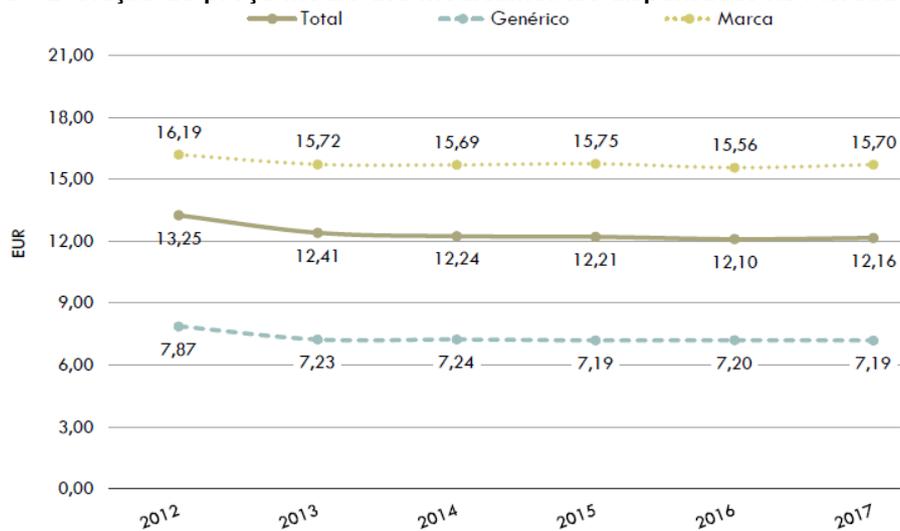
	Encargo SNS	Variação Homóloga (%)	Variação Homóloga (€)
Janeiro-Novembro 2015	943 M€	+ 6,8%	+ 60 M€
Janeiro-Novembro 2016	1.000 M€	+ 6,0%	+ 57 M€
Janeiro-Novembro 2017	1.070 M€	+ 7,0%	+ 70 M€

(Fonte: INFARMED Consumo de Medicamentos em Meio Hospitalar Nov/17).

No último período disponível comparável, de 2012 a 2016, a despesa pública com medicamentos no ambulatório aumentou €40 milhões, enquanto os gastos hospitalares com medicamentos cresceram €71 milhões, pese embora os medicamentos dispensados no ambulatório dos hospitais representarem, em 2016, 47,3% da despesa do SNS com medicamentos.

Apesar do aumento da despesa em medicamentos de 1,4% verificada no mercado do ambulatório em 2017, o preço médio por embalagem aumentou “apenas” 0,5% (+€0,06) comparativamente a 2016, para um valor de €12,16. Desde 2012 o PVP médio global desceu €1,09 o que se traduz uma redução de 8,2% (gráfico 6).

Gráfico 6 - Evolução do preço médio dos medicamentos dispensados no Mercado do SNS



(Fonte: INFARMED Monitorização Mensal do Consumo de Medicamentos no Ambulatório do SNS Dez/17)

A continuada redução das margens das Farmácias aliada ao efeito da redução do mercado verificada nos anos de 2011-14 tem vindo a penalizar fortemente a rentabilidade das Farmácias e dos Armazenistas, tendo levado ao aumento das restrições na obtenção de crédito pelo sector e de 216 insolvências em 2017 (+11 vs. 2016), com 630 Farmácias em insolvência ou penhora (+62 vs. 2016) correspondendo a 21,4% das Farmácias em Portugal no final do ano (Fonte: Base de dados MOPE / Análise CEFAR).

Segundo dados hmR, o consumo em ambulatório de medicamentos e produtos de saúde em 2017 representou um total de € 3,4 mil milhões, crescendo 2,8% face ao ano anterior. A tendência verificada foi fruto, essencialmente, da variação de 3% do PVP médio por embalagem (€10,7 versus €10,4 em 2016), já que em volume o mercado apresentou uma contracção de 0,3%.

Foi nos produtos de saúde e bem-estar em que o efeito de recuperação da crise económica mais se fez notar. Este segmento apresentou em 2017 um crescimento de 5,2% (+0,3% de variação em volume e +4,8% de variação no PVP).

Áreas de Actuação

A Farminveste IPG detida a 100% pela Farminveste SGPS, é a empresa que concentra as actividades empresariais do Universo ANF¹, quer através de participação em outras sociedades, quer desenvolvendo actividades directamente, nas áreas de: (1) Desenvolvimento Negócio Farmácias; (2) Distribuição Farmacêutica; (3) Sistemas de Informação; (4) Saúde; (5) Inteligência Mercado Farmacêutico e (6) no sector imobiliário e outros serviços.

Durante o ano de 2017 foram criadas as empresas Cuidafarma e Farmininsurance, detidas em 50%, respectivamente, pela Farminveste IPG, mas que não desenvolveram actividade em 2017. Paralelamente, a participação no capital da Glintt aumentou para os 76,4% e no da Alliance Healthcare para os 51%.

¹ Excluindo áreas financeira e profissional.

Apresenta-se de seguida uma breve descrição das actividades desenvolvidas:

1. Desenvolvimento Negócio das Farmácias

Esta área de negócio tem o objectivo de desenvolver serviços e produtos directamente ou através do estabelecimento de parcerias estratégicas em diferentes áreas, de forma a, simultaneamente, desenvolver o negócio da farmácia com uma rentabilidade mais elevada e com produtos e serviços a um preço mais atractivo para o consumidor. As principais actividades desenvolvidas são:

O Programa Saúde tem como objectivo principal a criação de uma marca única para as farmácias bem como a fidelização dos clientes das farmácias através da emissão de um cartão de fidelização, que conta com mais de 2 milhões de aderentes. Tem por base a atribuição de pontos na aquisição nas farmácias de determinados serviços farmacêuticos e produtos de saúde e bem-estar, que poderão ser posteriormente trocados por produtos catalogados ou vales de desconto durante um prazo de validade e mediante regras específicas. Este programa foi relançado em Maio 2015 de modo a trazer uma nova dinâmica ao mesmo.

A Globalvet é uma parceria entre a Farminveste IPG (75%) e a Bioconsulting (25%) dedicada à prestação de serviços de consultoria e venda de produtos veterinários às farmácias, clínicas veterinárias e outras entidades relacionadas com a produção, saúde e bem-estar animal.

A Farbiowell foi criada em 2016 e é uma parceria entre a Farminveste IPG (51%) e a Biowell Europe (49%) que comercializa suplementos alimentares e desportivos de marcas já existentes no mercado e da marca exclusiva criada no âmbito do projecto de marcas próprias da Farminveste “Viv Sport”.

A Cuidafarma foi criada em 2017 e é uma parceria entre a Farminveste IPG (50%) e a Bluepharma (50%) para o desenvolvimento e comercialização de OTC de marca exclusiva nas Farmácias.

A Farminurance foi criada em 2017 e é uma parceria entre a Farminveste IPG (50%) e a Ageas Portugal Holdings, SGPS, S.A. (50%) e tem como objectivos: (1) o desenvolvimento e gestão de serviços acessórios da prestação de cuidados de saúde, (2) a promoção de estilos de vida saudáveis e (3) o aumento das práticas de prevenção e o apoio à gestão de carteiras de seguros e a mediação de seguros.

2. Distribuição Farmacêutica

A Alliance Healthcare (www.alliance-healthcare.pt) tem como objecto social as actividades de: (1) distribuição e comércio de drogaria, perfumaria, produtos químicos e farmacêuticos e prestação de serviços; (2) transporte e distribuição de mercadorias, nomeadamente, especialidades farmacêuticas, por conta de outrem e (3) formação profissional no âmbito da sua actividade comercial para destinatários internos e externos. A Farminveste IPG detém uma participação de 51% no capital social da empresa sendo os restantes 49% detidos pela Alliance Boots Holdings Limited. A empresa tem sido consistentemente nos últimos anos líder no mercado da distribuição farmacêutica.

3. Sistemas de Informação

O Farmalink/Farmafibra é uma infra-estrutura tecnológica composta por uma rede informática de alto débito e que permite às farmácias comunicar com os parceiros de negócio e outras utilizações (multibanco, encomendas, manutenção remota, actualização de dicionários, Programa Farmácias Portuguesas, Farmácia TV e internet).

O Sifarma é o *software* de gestão da Farmácia de Oficina propriedade da Farminveste que, para além da gestão corrente da farmácia (clientes, fornecedores, stocks, indicadores de Gestão, etc.), integra informação técnica e científica de suporte à intervenção farmacêutica e permite a recolha de dados transaccionais e anonimizados que são posteriormente utilizados para tratamento estatístico e comercialização à hmR.

A Glintt - Global Intelligent Technologies, SA (www.glintt.com) é uma empresa cotada na Euronext Lisbon, que actua fundamentalmente no mercado das tecnologias da informação na área da saúde. Tem actualmente presença em três continentes, com o mercado Espanhol a assumir uma particular importância no seu *portfolio* de negócios. A Farminveste detém uma participação de 76,4% no seu capital social através da Farminveste 3.

4. Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico

A hmR Health Market Research International, S.A. (hmR International) foi constituída em Novembro de 2016 com o objectivo de autonomizar a actividade de Market Intelligence do Grupo e é detida a 100% pela Farminveste. Na sua constituição, a hmR International integrou as sociedades hmR Portugal, hmR Espanha e hmR Ireland, que desenvolvem a sua actividade em Portugal, Espanha e Irlanda, respectivamente, e o centro de produção de dados (Col).

A hmR Portugal é uma sociedade que se dedica à consultoria e elaboração de estudos de mercado, quantitativos e qualitativos, na área da saúde, nomeadamente estudos relacionados com o comércio de especialidades farmacêuticas, para-farmacêuticas, dermocosméticas e veterinárias, bem como à prestação de serviços e acções de formação no âmbito desses estudos. A hmR dedica-se ainda ao desenvolvimento e comercialização de programas informáticos com as inerentes actividades de formação e assistência técnica dos seus clientes.

Em 2013 foi constituída a hmR Espanha, para desenvolver o mesmo tipo de actividade da hmR Portugal, beneficiando da infra-estrutura existente e da experiência adquirida no mercado nacional.

Prosseguindo a implementação da estratégia de internacionalização definida, foi constituída, em Outubro de 2014, a hmR Ireland, em parceria com a IPU (50%), congénere Irlandesa da ANF e já em 2017, foi constituída a hmR Germany expandindo assim o negócio da inteligência de mercado à Alemanha.

5. Prestação de Serviços de Saúde

A José de Mello Saúde, SA (www.josedemellosaude.pt) tem como missão a prestação de cuidados de saúde de qualidade distintiva, suportada por uma rede integrada de unidades de elevada performance, tanto no sector privado (rede CUF), como no sector público (hospitais integrados no SNS geridos em regime de parceria público-privada - PPP).

A José de Mello Saúde possui e administra um portfolio diversificado de unidades, tendo actualmente mais de 9.000 colaboradores. Com origem em 1945, a CUF é actualmente constituída por uma rede de oito hospitais (CUF Infante Santo, CUF Descobertas, CUF Porto, CUF Santarém, CUF Torres Vedras, CUF Cascais, CUF Coimbra e CUF Viseu), nove Clínicas de Ambulatório (CUF Belém, CUF Alvalade, CUF Miraflores, CUF Almada, CUF São Domingos de Rana, CUF Sintra, CUF Mafra, CUF São João da Madeira e Coimbra), uma Unidade de Diagnóstico e Tratamento (Instituto CUF) e duas parcerias público-privadas (Braga e Vila Franca de Xira).

A José de Mello Residências e Serviços, SGPS (www.jmellors.pt) desenvolve soluções residenciais para a terceira idade. A empresa explora actualmente duas unidades de residências assistidas, localizadas em Lisboa e na Parede.

A Farminveste detém uma participação de 30% no capital de cada uma das empresas.

6. Sector Imobiliário e outros serviços

O Imofarma é um fundo fechado, proprietário da generalidade dos imóveis utilizados no desenvolvimento das várias actividades da ANF, Farminveste, Alliance Healthcare, Glintt e hmR e tem actualmente um capital de aproximadamente €65 milhões, representado por 56.139 Unidades de Participação (UP) e um património de aproximadamente €89 milhões.

A Farminveste 4 Serviços dedica-se à promoção e gestão de projectos imobiliários desenvolvidos para acolher as necessidades imobiliárias das empresas do universo ANF e externas ao Grupo. Adicionalmente presta serviços nas áreas financeira, de sistemas de informação, de gestão administrativa de recursos humanos, de negociação e de gestão do património às empresas do universo ANF.

A Farminveste detém a totalidade do capital da Farminveste 4 - Serviços, S.A e cerca de 88% das Unidades de Participação (UP) do Imofarma, sendo o restante propriedade da ANF.

Actividade em 2017

Deste capítulo consta a apresentação das actividades desenvolvidas no ano de 2017 pelas sociedades participadas pela Farminveste SGPS.

Como as participações empresariais são detidas pela participada Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A. (Farminveste IPG), apresentam-se primeiro, no âmbito desta, a actividade das suas unidades de negócio. Em seguida, será efectuada a análise económica e financeira das contas desta sociedade que incluem a equivalência patrimonial das participadas, apresentando a actividade destas em capítulos autónomos.

Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.

Saúda

O Programa Saúda introduziu, em 2015, uma nova dinâmica no relacionamento com os diferentes stakeholders - Farmácias, Clientes e Indústria Farmacêutica, transferindo um maior benefício, mais perceptível e abrangente, a todos os clientes das Farmácias Portuguesas, no qual, para além da possibilidade de rebate de pontos por produtos, foi ainda introduzida a possibilidade de rebate de pontos em vales de desconto (em euros) que podem ser utilizados para pagar a conta da Farmácia.

Em 2017, esta mecânica continuou a incutir um maior dinamismo ao Programa o que se traduziu num aumento de 13,5% nos pontos emitidos (na ordem dos 272 milhões) e 11,8% nos pontos rebatidos, versus 2016. A taxa de rebate diminuiu um pouco para 92,1% (em 2016 este valor foi de 93,5%), fruto de um crescimento mais significativo na emissão de pontos.

O lançamento de uma nova campanha de comunicação baseada na mecânica e nas vantagens do cartão Saúda, bem como o aumento da presença da marca em eventos relevantes - NOS Alive, Roadshow SIC 25 anos e Corrida Sempre Mulher - assim como uma maior aposta na comunicação digital e presença da marca em canais relevantes (Sapo LifeStyle), contribuíram para um crescimento da notoriedade e relevância do cartão Saúda e seus principais indicadores.

O n.º de clientes activos (clientes que efectuaram pelo menos uma compra nos últimos 3 meses) teve um crescimento de 8%, aumentando dos 1.130 mil em Dezembro de 2016 para 1.223 mil no mesmo mês de 2017, tendo o cartão registado mais de 1,5 milhões de clientes distintos ao longo de 2017 a efectuarem pelo menos uma transacção com cartão Saúda.

Também em 2017, com o Saúda, foram implementadas 150 ofertas distintas da Indústria Farmacêutica a clientes, num total de valor de mais de 445 mil euros. A estratégia seguida com a vertente promocional do Programa, tem como objectivo aumentar a percepção de valor que o Programa cria para os clientes, na expectativa de que estas ofertas encaminham cada vez mais clientes às Farmácias Portuguesas.

A revista Saúda é uma ferramenta essencial do Programa. Conta com uma tiragem mensal de 200.000 exemplares e 8 vales de descontos exclusivos (duas edições mensais especiais - 16 vales cada), tendo concedido em 2017 cerca de 163 mil euros de descontos a clientes com cartão Saúda.

A App das Farmácias Portuguesas, com vertente transaccional, lançada em Fevereiro de 2016, teve um crescimento e já conta com cerca de 10.300 clientes (5.000 em 2016), em 1.713 farmácias num total de mais de 23.000 encomendas. A introdução de um novo meio de pagamento (MB Way) e um aumento do investimento na estratégia de comunicação, contribuíram para um crescimento desta plataforma.

No final do ano de 2017, o Programa Saúda conta com a participação de 1.995 Farmácias, sendo um elo importante da política associativa e do nosso universo empresarial.

Apresenta-se, em seguida, a evolução dos principais indicadores entre 2015 e 2017 relacionados com o Programa:

	2015	2016	2017
<i>Farmácias Activas</i>	2024	1999	1995
<i>Pontos emitidos</i>	206.449.695	239.681.033	271.973.533
<i>Pontos rebatidos</i>	193.475.515	224.172.716	250.570.337
<i>Taxa de rebate</i>	93,72%	93,53%	92,13%

Farmalink/Farmafibra

Em 2017 deu-se início à optimização da rede Farmalink com a evolução do suporte físico da rede de comunicações para fibra.

Este projecto (Farmafibra) envolve mais de 2600 instalações de fibra com um débito 100/20 Mbps (incluindo um link de backup em rede alternativa 3G/4G) proporcionando um serviço com maior qualidade e fiabilidade.

Esta solução visa fornecer o acesso à rede Farmalink, bem como, o acesso à internet com protecção centralizada (firewall) aumentando-se a segurança do serviço prestado.

Sifarma

No decorrer do ano de 2017, foram produzidas e distribuídas 11 versões do Sifarma para 2.468 Farmácias, representando um crescimento de 31 novas farmácias com Sifarma relativamente ao ano anterior, introduzindo novas funcionalidades nas seguintes vertentes:

- Melhorias às RME, RSP e Factura Electrónica, proporcionando a diminuição de receituário devolvido e redução significativa da carga administrativa das farmácias.
- Suporte à operação dos projectos profissionais relacionados com a dispensa de medicamentos Anti Retrovíricos nas farmácias e suporte ao piloto das Notas Terapêuticas.
- Funcionalidades de suporte às iniciativas de aumento de quota de genéricos.
- Integração electrónica com a plataforma da Dignitude para beneficiários e doações na farmácia.
- Disponibilização das funcionalidades Sifarma.Saúda em sede de atendimento.

Iniciou-se a disponibilização da nova solução de Atendimento no Sifarma, num total de 56 farmácias que participam activamente numa fase de piloto, com a realização de atendimentos reais na nova versão Sifarma. Decorrente dos processos de melhorias e optimizações no processo de encomenda e recepção de material, iniciou-se o desenvolvimento da reformulação da área de logística da solução Sifarma. Ambas as acções enquadram-se na evolução do Sifarma para suportar a digitalização da farmácia.

Análise Económico-Financeira da Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.

Em 2016, verificou-se a transferência/alienação das participações da hmR Portugal, hmR España e hmR Ireland para a hmR International que gerou uma mais-valia interna de €24,9 milhões. Este impacto é anulado nas contas consolidadas apresentadas no capítulo seguinte e é um acontecimento com reflexo apenas nesse ano.

Indicadores economico financeiros	2017	2016	Δ%
Volume de negócios	22 350,0	22 119,4	1,0%
Gastos operacionais	-24 858,4	-27 899,4	10,9%
Ganhos/perdas com participadas	11 155,9	45 937,8	-75,7%
Resultado operacional bruto	8 647,4	40 157,8	-78,5%
Resultado operacional bruto / Volume de negócios	38,7%	181,6%	
Resultado operacional	7 298,2	39 364,6	-81,5%
Resultado operacional / Volume de negócios	32,7%	178,0%	
Resultado líquido	5 440,8	35 529,9	-84,7%
Activo	240 215,8	230 955,6	4,0%
Passivo	103 116,1	101 402,0	1,7%
Capital próprio	137 099,7	129 553,5	5,8%

Valores em Milhares de Euros

A Farminveste IPG apresentou um volume de negócios em 2017 de €22,3 milhões, representando um aumento de 1% face aos €22,1 milhões de 2016, devido ao crescimento de receitas com o programa Saúde. No entanto, é visível uma redução nos gastos operacionais, que decresceram cerca de 10,9% face ao ano anterior, pela transferência de encargos para a hmR International.

A variação muito significativa do resultado operacional de 2016 para 2017 deve-se ao efeito não recorrente, já referida, da mais-valia obtida em 2016.

Participadas (valores em Milhares de Euros)	2017	2016	Δ%
Distribuição (Alliance)	7 268,1	8 120,8	-10,5%
Sistemas de Informação (FV3+Glintt)	314,6	185,7	69,4%
Inteligência de mercado (hmR)	-5 180,6	2 258,9	-329,3%
Saúde (JMS + JMRS)	6 977,9	7 175,7	-2,8%
Imobiliária e outros serviços (Imofarma+FV Serviços)	1 885,0	3 309,9	-43,0%
Parcerias (Globalvet+Farbiowell+Cuidafarma+Farmininsurance)	-109,2	2,2	-4990,5%
Mais-valia	-	24 884,7	-100,0%
Total	11 155,9	45 937,8	-75,7%

Os custos financeiros situaram-se em €3,7 milhões, apresentando uma redução de 11,6% (€0,4 milhões) comparativamente aos €4,1 milhões registados em 2016 pela negociação de melhores condições de financiamento.

Adicionalmente, existe um efeito extraordinário registado referente à recuperação de impostos relativos aos resultados distribuídos pelo Imofarma de €1,9 milhões, que possibilitou à empresa apresentar um resultado líquido positivo de €5,4 milhões.

O valor dos activos da sociedade aumentou €9,3 milhões em 2017. O activo não corrente registou um aumento de €11,5 milhões, essencialmente por aumento dos outros créditos a receber referentes a suprimentos concedidos à Farminveste 3 e à hmR International no valor de €6,1 milhões; aquisição de 2% da Alliance Healthcare no valor de €1,8 milhões e realização de capital da hmR International no valor de € 2,8 milhões;

Por outro lado, o activo corrente reduziu €2,3 milhões face a 2016, essencialmente pela redução das contas a receber de clientes, que decresceram €3,3 milhões.

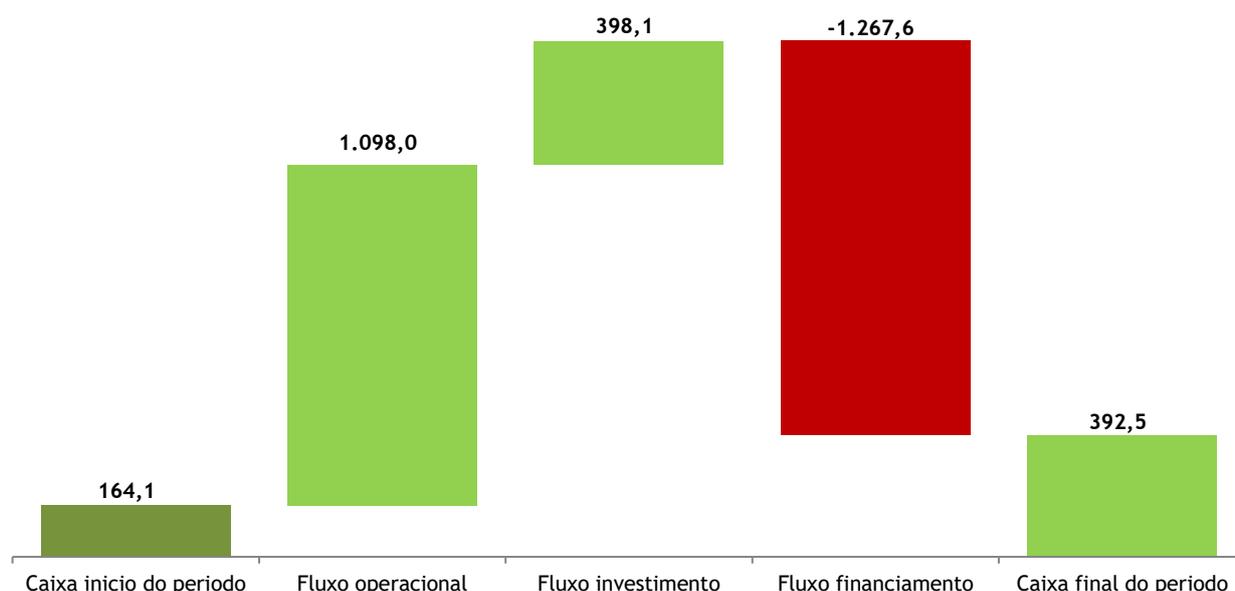
A variação ao nível dos capitais próprios é reflexo directo do Resultado líquido positivo do ano no valor de €5,4 milhões e das variações de capital das participadas referidas acima.

O passivo total apresentou um ligeiro aumento de €1,7 milhões face a 2016, resultante essencialmente do aumento de € 2,3 milhões dos financiamentos no final do ano, havendo substituição de financiamento de curto prazo por longo prazo.

Em termos de fluxos de tesouraria, o fluxo operacional foi positivo em €1,1 milhões decorrente do recebimento de clientes superior aos pagamentos operacionais.

Ao nível do investimento, verificou-se um fluxo positivo de €0,4 milhões, resultante do recebimento de dividendos no montante de €12,9 milhões, que financiaram o reforço de suprimentos da Farminveste 3 e hmR International (€6,1 milhões) e ainda realização de capital hmR International, constituição da Cuidafarma, Farmininsurance e aumento de capital da Farbiowell (€4,7 milhões).

As actividades de financiamento geraram um fluxo negativo de €1,3 milhões, devido ao pagamento de juros no valor de €3,6 milhões por um lado, e pelo aumento de €2,3 milhões de empréstimos obtidos por outro.



Alliance Healthcare, S.A.

O volume de negócios da Alliance Healthcare em 2017 foi de €603,3 milhões, apresentando uma ligeira redução de 0,4% face ao exercício anterior enquanto o mercado teve um crescimento cerca de 1,7% de acordo com o IMS Health.

Indicadores económico financeiros	2017	2016	Δ%
Volume de negócios	603 320,0	605 794,8	-0,4%
Custo das mercadorias vendidas	-553 169,8	-553 535,7	0,1%
Gastos operacionais	-30 866,2	-29 579,9	-4,3%
Resultado operacional	19 284,0	22 679,2	-15,0%
Resultado operacional / Volume de negócios	3,2%	3,7%	
Resultado líquido	14 251,1	16 573,1	-14,0%

Valores em Milhares de Euros

O resultado operacional positivo de €19,3 milhões está abaixo do exercício anterior, cerca de €3,4 milhões justificados pela redução do volume de negócios e da margem bruta em €2,2 milhões e pelos aumentos dos custos operacionais em €0,8 milhões e das imparidades para inventários em €0,3 milhões.

O resultado líquido do período positivo no valor de €14,3 milhões, está abaixo do exercício anterior, cerca de €2,3 milhões justificado pela redução do volume de negócios e da margem bruta em €2,2 milhões e dos resultados financeiros em €0,2 milhões, devido ao maior recurso a financiamentos aumentando os gastos com juros.

FARMINVESTE 3 - Gestão de Participações, SGPS, Lda.

A incorporação da quota parte do resultado líquido positivo da Glintt superior ao verificado no ano anterior, contribuíram para uma ligeira melhoria no resultado operacional em 2017.

Assim, a Farminveste 3 encerrou o exercício de 2017 com um resultado líquido positivo de €0,3 milhões, face aos €0,2 milhões de 2016.

Indicadores economico financeiros	2017	2016	Δ%
Rendimentos operacionais (aumentos de justo valor)	-	-	-
Gastos operacionais	-74,2	-105,6	29,7%
Ganhos/Perdas participadas	388,3	291,2	33,3%
Resultado operacional	314,1	185,7	69,2%
Resultado operacional / Volume de negócios			
Resultado líquido	314,6	185,7	69,4%

Valores em Milhares de Euros

GLINTT - Global Intelligent Technologies, S.A.

À data da elaboração do presente relatório, as contas de 2017 da Glintt não tinham sido formalmente aprovadas em Assembleia Geral de Accionistas. Na sua ausência, foi utilizada a informação divulgada ao mercado em 16 de Março de 2018 da qual, entre outra informação, constam a Demonstração Consolidada dos Resultados e o Balanço Consolidado, apresentadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS), com base em contas não auditadas.

No contexto da reorientação estratégica, nomeadamente a estratégia de densificar a presença em Espanha, em 2017, a Glintt adquiriu duas novas sociedades de direito Espanhol: Qwerty Farma e Qwerty Informática, que se dedicam à comercialização de soluções para gestão de Farmácias e distribuição do Software de Gestão de Farmácias da Pulso, o Nixfarma, respectivamente.

O Volume de Negócios consolidado da Glintt em 2017 ascendeu a €71,0 milhões, o que representa um aumento de 7,4% face ao volume de €66,1 milhões verificados no ano anterior.

A actividade internacional cresceu 3% em 2017, representando 28% do volume de negócios total. Para este crescimento contribui favoravelmente o mercado espanhol, com um crescimento, em 2017, de 23%, tendo-se verificado nas geografias do Reino Unido, Irlanda, Angola e Brasil, um decréscimo da actividade face ao ano anterior, motivado essencialmente por um ajustamento da oferta Glintt naqueles mercados.

Relativamente à composição do volume de negócios, verificou-se uma evolução favorável de 16,3% nas Vendas e de 5,4% na componente da Prestação de Serviços.

Em 2017, a Glintt obteve um EBITDA de €6,2 milhões verificando-se um decréscimo de 8,6% face a 2016, que corresponde a uma margem EBITDA de 8,7%. O principal motivo para este decréscimo de rentabilidade foi o investimento em recursos humanos que tem vindo a ser efectuado com o objectivo de sustentar o crescimento esperado, que originou um aumento de 7,2% nos Gastos com pessoal.

A Glintt continua a investir fortemente na captação, desenvolvimento e retenção dos melhores quadros técnicos profissionais, tendo simultaneamente, vindo a introduzir alterações na Política de Compensações, principalmente na componente variável e colocado em prática um ambicioso plano de formação.

A variação positiva de €2,2 milhões nas operações descontinuadas permitiu compensar o menor resultado operacional e atingir Resultados Líquidos de €0,5 milhões, ou seja, um aumento de 32,6% face a 2016.

hmR - Health Market Research International, S.A.

A hmR International iniciou a sua actividade no final de Novembro de 2016 sendo a variação dos rendimentos e gastos face ao período homólogo de 2016 justificada por este facto.

O volume de negócios de €3,6 milhões corresponde aos serviços prestados pela hmR no âmbito da produção de informação e do desenvolvimento e manutenção de soluções tecnológicas para Empresas do Grupo. Foram também, reconhecidos rendimentos de €0,3 milhões referentes a trabalhos para a própria empresa (software do novo processo produtivo relativo ao tratamento dos dados das farmácias).

Indicadores economico financeiros	2017	2016	Δ%
Volume de negócios	3 565,1	-	-
Gastos operacionais	-8 049,3	-19,9	-
Ganhos/Perdas participadas	-728,1	193,2	-476,8%
Resultado operacional	-5 212,3	173,2	-
Resultado operacional / Volume de negócios	-0,1%	N/A	
Resultado líquido	-5 180,6	173,2	-

Valores em Milhares de Euros

Adicionalmente foram registados custos com fornecimentos e serviços externos de cerca de €3,2 milhões sendo que os mesmos correspondem, na sua maioria, aos serviços especializados prestados por terceiros no apoio à produção de informação, aos projectos desenvolvidos pelo Col e aos gastos com as infra-estruturas, necessários para o desenvolvimento destas actividades. Foram, ainda, registados gastos com pessoal no montante de €2,9 milhões, €1,8 milhões dos quais correspondentes à incorporação, nos quadros da hmR, de colaboradores do Col que, durante o ano de 2016, constavam como colaboradores da Farminveste IPG e o restante relativo à estrutura corporativa.

O impacto dos resultados das participadas foi negativo em cerca de €3,0 milhões, apesar dos resultados positivos em Portugal de €1,5 milhões, por via do investimento em Espanha e no arranque da actividade na Alemanha. Desta forma foi alcançado um resultado líquido negativo de -€5,2 milhões.

hmR - Health Market Research Portugal, Unipessoal, Lda.

A exemplo do que tem acontecido desde a sua criação, a hmR PT sustentou em 2017 a sua actividade, de estudos de mercado e consultoria especializada na área da saúde, num painel de aproximadamente 2400 farmácias. É através deste painel que obtém os dados necessários para produzir e fornecer à indústria farmacêutica e outras organizações de saúde e bem-estar, informação sobre o comportamento e tendências do mercado onde operam, o respectivo posicionamento competitivo, estudos de mercado, consultoria especializada e soluções de business intelligence (BI) que satisfaçam a procura existente.

Desta forma, a maioria da indústria farmacêutica e outras empresas de saúde e bem-estar recorrem à informação da hmR PT para, entre outros, avaliarem o seu desempenho global e da sua concorrência, assim como obter uma melhor caracterização do seu “target”.

A hmR PT tem vindo, ao longo do tempo, a investir na melhoria contínua da sua oferta ao mercado. Nesse sentido, sublinha-se a aposta em produtos e serviços especializados e orientados para o cliente, sustentados em novas fontes de informação tais como os espaços saúde (Mass Market) e hospitais, e ainda os dados provenientes da Receita Electrónica que permitiu o desenvolvimento de ofertas diferenciadas associadas à prescrição, nomeadamente o Benchmark of Prescription (BOP) e o Prescription Journey.

A empresa continuou o processo de reorganização e reforço da sua estrutura comercial e de consultoria com a contratação de novos recursos, os quais contribuíram para que a hmR PT aumentasse substancialmente o conhecimento sobre as novas tecnologias e ferramentas de BI, o que para além de contribuir para a consolidação da oferta existente, permitiu ainda criar novas ofertas nas áreas de BI. Como consequência, a área de consultoria da hmR PT cresceu face ao ano anterior cerca de 48%.

O volume de negócios da hmR PT em 2017 apresentou um aumento de €0,8 milhões (+9,1%) face ao ano anterior, atingindo €9,7 milhões, que decorre, essencialmente, da evolução do negócio de consultoria, desenvolvimento da oferta de BI e de estudos de mercado com base em dados dos espaços de saúde.

Indicadores económico financeiros	2017	2016	Δ%
Volume de negócios	9 714,9	8 905,4	9,1%
Gastos Operacionais	-7 925,8	-6 926,8	14,4%
Resultado operacional	1 788,2	1 971,5	-9,3%
Resultado operacional / Volume de negócios	18,4%	22,1%	
Resultado líquido	1 517,6	2 183,2	-30,5%

Valores em milhares Euros

Os gastos operacionais apresentam um aumento de 14,4% face a 2016. Esta variação é explicada pelo aumento dos fornecimentos e serviços externos em 18,1%, devido essencialmente aos serviços realizados pela hmR International no âmbito da produção de informação.

O resultado líquido positivo em 2017 de €1,5 milhões, diminuiu face ao ano anterior, essencialmente, em virtude da diminuição do resultado operacional e da variação verificada em termos de impostos corrente e diferidos (-€0,5 milhões).

hmR - Health Market Research España, S.L.

2017 foi o quarto ano de actividade operacional da hmR ES, tendo a Companhia consolidado a produção sistemática de informação de mercado em 120 Regiões hmR e implementado uma nova geografia de análise de dados com mais de 200 regiões partilhadas, denominadas de Áreas Hospitalares, customizadas de acordo com a organização do sistema de Saúde de Espanha e a gestão territorial dos Clientes.

O ano caracterizou-se por um desafio permanente na relação com os clientes e nas dificuldades iniciais inerentes aos prazos de entrega da oferta aos clientes e a algumas situações que impactaram a qualidade dos estudos comercializados. Foram tomadas inúmeras medidas que permitiram uma forte consolidação ao longo do ano e uma melhoria significativa do serviço prestado aos clientes.

No que diz respeito ao Painel de Farmácias, estrutura base para construção da Oferta hmR, o ano de 2017 termina com 6.480 farmácias recrutadas. No final do ano de 2016, a hmR ES assinou um contrato com a Unycop e fez evoluir as suas relações com outras cooperativas e agentes em Espanha. O número de farmácias no painel, no final do ano, permite o lançamento de outras ofertas direccionadas para Companhias Éticas, empresas que promovem medicamentos que carecem de prescrição médica.

O volume de negócios da hmR ES em 2017 apresentou uma diminuição de €0,4 milhões (-14,6%) face ao ano anterior, atingindo €2,5 milhões, que decorre, essencialmente, das dificuldades no início do ano que foram estabilizadas ao longo do ano.

Indicadores económico financeiros	2017	2016	Δ%
Volume de negócios	2 466,1	2 887,5	-14,6%
Gastos Operacionais	-6 222,2	-4 416,0	40,9%
Resultado operacional	-3 800,5	-1 547,8	-145,5%
Resultado operacional / Volume de negócios	-154,1%	-53,6%	
Resultado líquido	-3 887,9	-1 643,5	-136,6%

Valores em milhares Euros

Os gastos operacionais apresentam um aumento de 40,9% face a 2016, explicado sobretudo pelo aumento dos fornecimentos e serviços externos em 45,9%, devido essencialmente aos serviços realizados pela hmR International no âmbito da produção de informação.

O resultado líquido negativo de €3,9 milhões agravou-se face ao ano anterior, essencialmente, em virtude da diminuição do volume de negócios verificada e simultaneamente do aumento dos gastos operacionais.

hmR - Health Market Research Ireland, Ltd.

2017 foi o segundo ano com actividade comercial da empresa, tendo sido o ano da sua consolidação e reconhecimento junto do mercado irlandês.

Durante o ano, foram consolidadas e desenvolvidas ofertas inovadoras, especialmente preparadas para o mercado Irlandês, como o “Switch analysis” e o “Sales performance overview”, assim como uma nova “landing page” que permite o acesso seguro e user friendly disponibilizados online aos clientes. Esta aposta foi fundamental no desenvolvimento da imagem inovadora e diferenciadora da empresa, que se verificou ser bastante valorizada pelo mercado.

A progressiva implementação das acções acima descritas, nomeadamente ao nível da organização, das fontes de dados e da produção, permitiu uma maior solidez da actividade comercial e uma entrada regular de clientes de renome internacional. A hmR IE encerrou o ano com 24 clientes activos, sendo 7 deles do top 8 em valor do ranking da indústria farmacêutica na Irlanda e com €0,9 milhões de contratos ganhos. Esta melhoria da performance comercial traduziu-se num crescimento de 244% do volume de negócios para os €0,8 milhões.

Indicadores económico financeiros	2017	2016	Δ%
Volume de negócios	827,8	240,6	244,1%
Gastos Operacionais	-1 338,2	-965,6	38,6%
Resultado operacional	-520,4	-738,0	29,5%
Resultado operacional / Volume de negócios	-62,9%	-306,7%	
Resultado líquido	-520,4	-739,0	29,6%

Valores em milhares Euros

Os gastos operacionais apresentam um aumento de 38,6% relativamente a 2016, essencialmente, devido ao valor dos “fees” sobre as vendas relativos ao recrutamento do painel e à produção devidos aos accionistas (€0,3 milhões). O resultado líquido melhorou 29,6% face a 2016 devido, essencialmente, a um aumento do volume de negócios superior ao aumento verificado nos gastos operacionais.

hmR - Health Market Research Germany, GmbH.

Constituída em Março de 2017, a hmR DE tem o objectivo de comercializar estudos e dados dos consumos de produtos farmacêuticos (medicamentos, produtos de consumo, saúde e bem-estar) no mercado alemão.

Indicadores económico financeiros	2017	2016	Δ%
Volume de negócios	-	-	0,0%
Gastos Operacionais	-418,3	-	0,0%
Resultado operacional	-418,3	-	0,0%
Resultado líquido	-418,3	-	0,0%

Valores em milhares Euros

Os gastos operacionais incorridos durante o ano de 2017 referem-se ao arranque da actividade operacional da hmR DE, sendo que a empresa não apresentou actividade comercial durante o ano. Os gastos operacionais mais relevantes correspondem a gastos com serviços legais e de consultoria de negócio e gastos com recrutamento de painel e de colaboradores.

José de Mello Saúde, S.A.

A José de Mello Saúde (JMS) assume, como prioridade estratégica, a qualidade clínica e a segurança do doente, estabelecendo um compromisso firme e visível de toda a gestão de topo neste sentido, reforçando a proposta de valor que pretende diferenciadora e centrada no doente.

Em 2017 a José de Mello Saúde manteve um crescimento sustentado da sua actividade assistencial nas diferentes áreas de actuação. Este crescimento permitiu atingir em 2017 um valor de proveitos operacionais de €637,4 milhões, o que representou um crescimento de 8,7% face a 2016.

Indicadores economico financeiros	2017	2016	Δ%
Volume de negócios	637 443,5	586 270,8	8,7%
Gastos operacionais	-594 850,7	-544 736,2	9,2%
Resultado operacional	42 592,8	41 534,6	2,5%
Resultado operacional / Volume de negócios	6,7%	7,1%	
Resultado líquido (*)	22 820,2	23 919,0	-4,6%

Valores em Milhares de Euros

(*) Resultado líquido atribuível a detentores de capital

O resultado operacional registou um aumento de 2,5% face ao ano anterior, atingindo um valor de €42,6 milhões que se explica pelo aumento do volume de negócios superior aos dos custos operacionais.

O resultado líquido atribuível aos accionistas da JMS foi de €22,8 milhões, ligeiramente abaixo face ao período homólogo, essencialmente devido ao aumento dos custos financeiros em €1,6 milhões.

José de Mello Residências e Serviços, S.A.

A empresa desenvolve soluções residenciais para a terceira idade. Nos Condomínios Residenciais, a S.P.S.I. mantém a responsabilidade da prestação de todos os serviços contratualizados com os Residentes e mantém ainda a responsabilidade da gestão técnica no Condomínio Residencial da Junqueira.

Nas Residências Assistidas e ao longo do ano de 2017, foi dada continuidade ao plano de reorganização interna que incidiu no aumento de penetração nos mercados actuais, tendo sido mantido um preço com preços competitivos. O ano de 2017 registou a manutenção de um elevado número de residentes nas unidades com impacto positivo na melhoria de resultados.

Na actividade desenvolvida ao longo de 2017, a José de Mello Residências e Serviços aumentou em 4% as Vendas e Serviços Prestados, e em 67% os Resultados Líquidos

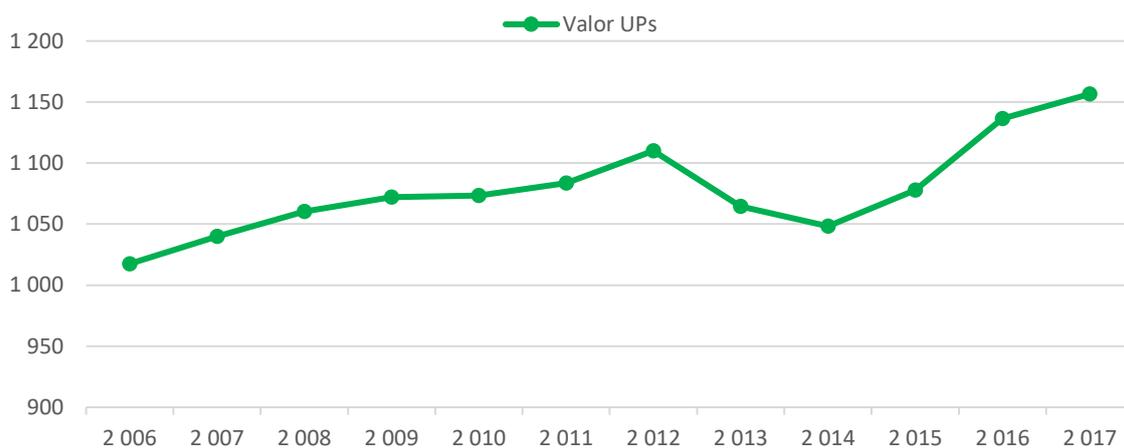
Indicadores economico financeiros	2017	2016	Δ%
Volume de negócios	7 159,0	6 886,1	4,0%
Gastos operacionais	6 626,1	6 561,5	1,0%
Resultado operacional	532,9	324,6	64,2%
Resultado operacional / Volume de negócios	0,0%	0,0%	
Resultado líquido	476,6	285,8	66,8%

Valores em Milhares de Euros

Imofarma - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado

O Imofarma - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado de Subscrição Particular, constituído em 16 de Maio de 2006, tem actualmente um capital de aproximadamente €64,9 milhões representados por 56.139 Unidades de Participação (UP) detidas pela Farminveste IPG em cerca de 88% e o restante pela Associação Nacional de Farmácias.

As UPs encerraram 2017 com uma cotação unitária de cerca de €1.157 representando uma valorização de 1,8%. Esta melhoria é resultante da actividade operacional do fundo, nomeadamente dos rendimentos obtidos relativos ao aluguer dos imóveis. A evolução da cotação das UPs do Imofarma desde o ano da sua constituição é representada no gráfico seguinte (valores em euros):



Na sequência da decisão tomada em 2015, está em curso o processo de desinvestimento de imóveis não estratégicos, tendo sido alienado em 2017 a moradia situada no Restelo e até à data deste relatório foi já alienada a Quinta de Vale Pereiras.

Adicionalmente o fundo adquiriu um imóvel em Coimbra, que irá sofrer benfeitorias, com o objectivo de instalar a nova sede da delegação centro da ANF em 2020.

Farminveste 4 - Serviços, S.A

Em 2017, a actividade desenvolvida pela Farminveste Serviços continuou a focar-se na consolidação e crescimento dos serviços partilhados numa óptica de prestação de serviços com maior qualidade ao menor custo nas áreas financeira, sistemas de informação, gestão administrativa de recursos humanos, negociação e gestão do património assim como a promoção e gestão do Edifício Porto Inova.

Indicadores economico financeiros	2017	2016	Δ%
Volume de negócios	11 224,6	8 061,7	39,2%
Gastos operacionais	-11 148,1	-7 647,5	45,8%
Resultado operacional	76,5	51,8	47,5%
Resultado operacional / Volume de negócios	0,0%	0,0%	
Resultado líquido	17,3	-1,3	1459,3%

Valores em Milhares de Euros

O aumento do volume de negócios de 39,2% (€3,2 milhões) face a 2016 resulta essencialmente do crescimento da actividade dos serviços partilhados e do facto de se registarem 12 meses de actividade face a 9 meses em 2016, atingindo assim um valor global de €11,2 milhões.

No seguimento do crescimento da actividade surgiu a necessidade de contratar um maior número de fornecimentos e serviços externos, nomeadamente serviços especializados e reforçar o quadro de colaboradores, na sua grande maioria para a área de sistemas de informação.

Na sequência do crescimento referido, a Farminveste Serviços apresenta um resultado operacional bruto de €0,6 milhões, 45% acima do ano anterior.

Os investimentos em equipamentos informáticos para cedência às empresas do Grupo e numa plataforma de facturação e arquivo electrónico originaram um aumento dos gastos com amortizações de €0,2 milhões, atingindo-se assim um resultado líquido de € 17,3 mil por via da melhoria do resultado operacional.

Globalvet - Soluções e Inovação Veterinária, Lda

Em 2017 a Globalvet desenvolveu a sua actividade em quatro áreas: (1) na prestação de serviços às farmácias aderentes ao ESPAÇO ANIMAL; (2) comunicação directa com os consumidores sobre o serviço Espaço Animal; (3) relacionamento com as empresas com actividade no segmento veterinário, através de prestação e serviços de apoio à promoção comercial e (4) Comercialização de medicamentos e produtos de uso veterinário.

O mercado de veterinária no canal farmácia atingiu em 2017 um valor global de €19,53 milhões, que representa um crescimento em valor de 1,7% e uma perda em volume de 0,3% relativamente ao período homólogo.

Considerando a importância da consolidação do número de farmácias aderentes ao serviço Espaço Animal, como área importante da actividade da Globalvet, foram desenvolvidas em 2017 acções conducentes a melhorar a qualidade dos serviços prestados.

Estes esforços traduziram-se num saldo líquido positivo de 48 farmácias aderentes. Em Dezembro de 2017 o número de farmácias aderentes ao Espaço Animal era de 484, face a 436 no final de 2016 (11% de crescimento).

O volume de negócios das Farmácias Espaço Animal em 2017 manteve-se estável em valor (+0,9%), com uma pequena perda em volume (-1,2%) comparativamente a 2016. Estas Farmácias representam 26,4% do mercado de saúde animal no canal farmácia em valor e aumentaram em 20% o seu peso relativamente ao ano anterior.

Indicadores economico financeiros	2017	2016	Δ%
Volume de negócios	1 017,7	1 088,5	-6,5%
Gastos operacionais	-1 050,6	-1 075,7	2,3%
Resultado operacional	-32,8	12,8	-356,3%
Resultado operacional / Volume de negócios	-3,2%	1,2%	
Resultado líquido	-47,4	3,0	-1680,0%

Valores em Milhares de Euros

O volume de negócios total teve um decréscimo de 6,5% face a 2016, atingindo €1,0 milhões em 2017, fruto da estagnação verificada no mercado veterinário no canal farmácia e do impacto do novo modelo operacional que reduziu as vendas aos grupos de compra.

Apesar dos gastos operacionais terem diminuído, no mesmo período, 2,3%, a sociedade encerrou o ano de 2017 com um resultado líquido negativo de €47,4 mil devido à redução do volume de negócios.

Farbiowell - Suplementos Alimentares Lda.

Em Setembro de 2017 a Farbiowell iniciou a sua actividade em 86 farmácias com a comercialização da marca própria ViV Sport e de duas representações exclusivas para este canal.

A marca ViV Sport é uma marca especializada e exclusiva de Suplementos Desportivos desenvolvida especificamente para o mercado Português enquanto que a *Isopure* e a *Nutramino* complementam o sortido de produtos disponibilizados.

O lançamento deste projecto assenta em 3 eixos fundamentais: (i) produtos com qualidade certificada, (ii) serviços de valor acrescentado e (iii) geração de resultados em saúde alinhados com os objectivos nacionais e internacionais para a promoção da actividade física. Pretende-se o desenvolvimento de parcerias e acções complementares entre diferentes profissionais de saúde que apótem valor aos consumidores finais.

Em linha com a visão estratégica, foi criado o serviço de nutrição desportiva para todas as Farmácias aderentes. Este serviço permite um melhor acompanhamento dos consumidores finais pela intervenção de uma equipa de Nutricionistas em parceria com as próprias equipas das farmácias.

Em Setembro 2017, foi desenvolvida uma acção formativa para certificação de todas as Farmácias envolvidas, sob a temática 'Suplementação Desportiva'. Em média 2 colaboradores de cada uma das Farmácias estiveram presentes nos 3 dias de formação intensiva disponibilizados.

Indicadores economico financeiros	2017	2016	Δ%
Volume de negócios	537,6	-	-
Gastos operacionais	-571,9	-	-
Resultado operacional	-34,3	-	-
Resultado operacional / Volume de negócios	0,0%	N/A	
Resultado líquido	-28,0	-	-

Valores em Milhares de Euros

A Farbiowell apresentou um volume de negócios total em 2017 de €0,5 milhões que resultam da colocação dos seus produtos no canal farmácia. Deste valor, 87% foram relativos à marca *VivSport*, 8,7% à *Nutramino* e 4,3% à *Isopure*. As vendas aos consumidores nas farmácias (sell-out) iniciaram-se em Novembro de 2017.

A empresa registou uma margem bruta de 61,2% e gastos operacionais de 44% do volume de vendas, respectivamente, e encerrou o ano de 2017 com um resultado líquido negativo de -€28,0 mil.

Nos gastos operacionais destacam-se os investimentos em formação às farmácias, Marketing e Publicidade e equipa de nutricionistas que representam mais de dois terços do valor total.

Cuidafarma, Lda.

Em 2017 foram iniciadas as actividades de pré-lançamento de produtos conforme o objecto social da empresa, com a identificação e aquisição de dossiers técnicos dos medicamentos não sujeitos a receita médica (MNSRM) identificados. Foram iniciadas as actividades regulamentares com o objectivo de apresentação de pedidos de AIM.

Foram adquiridas 14 AIM/Dossiers em 2017 para os produtos projectados para lançamento em 2018. Foi ainda celebrado um contracto de licenciamento de um produto (Flucavex) com a Farmabavaria.

Farminurance, Soluções e Serviços para a Protecção da Saúde, S.A.

A Farminurance tem como objecto social: o desenvolvimento de soluções e serviços inovadores que contribuam para:

- O desenvolvimento e gestão de serviços acessórios da prestação de cuidados de saúde;
- A promoção de estilos de vida saudáveis e o aumento das práticas de prevenção e
- O apoio à gestão de carteiras de seguros e a mediação de seguros.

Criada em Setembro de 2017, para parceria na área dos seguros entre a Farminveste IPG e a Ageas, o último trimestre de 2017 foi dedicado ao lançamento da empresa e ao planeamento de actividades a desenvolver em 2018.

Assim, encerrou o ano com um resultado negativo de cerca de €20,8 milhares.

Gestão de Riscos

O processo de Gestão de Riscos da Farminveste tem como objectivo assegurar a correcta identificação dos riscos associados aos negócios desenvolvidos e o desenvolvimento das acções necessárias para mitigar/minimizar os impactos negativos que estes riscos possam ter na respectiva sustentabilidade operacional e financeira da Sociedade.

A empresa encontra-se exposta a um conjunto de riscos de mercado relacionados com risco de liquidez, de financiamento e de exposição às variações das taxas de juro decorrentes do seu passivo financeiro, bem como outros riscos operacionais relacionados com risco de crédito e de continuidade do negócio, que resultam da sua actividade. Os principais riscos financeiros e operacionais aos quais a Sociedade se encontra exposta e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão, são as seguintes:

Riscos Financeiros

A política de financiamento e de gestão do risco de liquidez é pautada pelo objectivo de assegurar um calendário de vencimento de dívida escalonado ao longo do tempo, alinhado com a geração de meios financeiros pela operação e considerando as necessidades de financiamento dos seus negócios. A Sociedade acompanha de forma regular, numa base mensal, a evolução destas componentes e actualiza regularmente o seu plano financeiro de MLP (3-5 anos).

De forma a minimizar estes riscos a empresa tem vindo, de forma proactiva em conjunto com os parceiros financeiros, a reduzir o endividamento de curto prazo e alongar a maturidade média da sua dívida.

Relativamente ao risco de variação das taxas de juro a Sociedade procede a um acompanhamento atento das previsões relativas à sua evolução e executa e analisa simulações de cenários adversos que possam afectar negativamente os resultados da empresa. Com base nos recentes cenários de aumento das taxas de juro a sociedade iniciou em 2017 um processo de substituição de dívida para taxa fixa no valor global de € 25,0 milhões, de forma a mitigar o impacto negativo desta componente nos seus resultados.

Riscos Operacionais

O risco de crédito está relacionado com a possibilidade de incumprimento do pagamento por parte dos clientes e outros devedores em dívida. Apesar de limitado, este risco é monitorizado numa base mensal, com o objectivo de acompanhar a evolução do montante dos saldos a receber, bem como a sua recuperabilidade e são tomadas as medidas de recuperabilidade necessárias de acordo com os procedimentos existentes. Analisando a decomposição do saldo da rubrica de clientes, verifica-se uma diminuição da mesma, nomeadamente da componente não corrente, pelos acordos de regularização de dívida e de cobrança duvidosa, como consequência do controlo de crédito rigoroso implementado.

O risco de preço (e margem) é essencial nos sectores do grupo, principalmente pelo facto de existir uma forte regulamentação no mesmo. A empresa negocia os contratos de aquisição dos produtos com os seus fornecedores num horizonte temporal 2-3 anos de forma a fixar os preços no médio prazo.

Relativamente ao risco cambial, as transacções de bens e serviços em moedas diferentes do euro têm um peso residual no total dos movimentos efectuados não atingindo os 10% definidos pela empresa como limite máximo a partir do qual deverão ser implementadas estratégias de cobertura do risco cambial.

Perspectivas futuras

As últimas previsões de crescimento do PIB mundial para o biénio 2018-2019 publicadas pelo FMI (Jan/18) foram mais optimistas do que as projecções anteriores de Out/17 em 0,2 pp, fixando valor idêntico de 3,9% para os dois próximos anos, apresentando assim um cenário mais optimista para a economia mundial do que o verificado em 2017 (3,7%).

Este optimismo assenta essencialmente numa revisão em alta às projecções anteriores (Out/17) do crescimento para quatro economias do G20 - Alemanha, Arábia Saudita, Estados Unidos e México.

Em termos acumulados, o FMI subiu em 1,1 pontos percentuais as projecções para os dois anos nos casos da Arábia Saudita e do México e em um ponto para a Alemanha e os EUA. Devido ao peso elevado da contribuição do crescimento nos EUA para a dinâmica mundial, o choque fiscal da Administração Trump deverá ter um efeito positivo global até final de 2020, culminando em 1,2% durante esse ano.

Há, no entanto, dois riscos endógenos neste período que deverão ser monitorizados: um abandono menos gradual da política monetária expansionista dos principais bancos centrais do mundo e “ajustamentos disruptivos” nos mercados financeiros, quer nas bolsas, que registam actualmente preços elevados das acções, quer no mercado da dívida se ocorrer uma subida súbita dos juros.

As projecções do BCE de Março antecipam um crescimento anual do PIB na Zona Euro de 2,4% para 2018 e de 1,9% para 2019 e os pressupostos que a suportam não se alteraram face às de Dezembro. Por um lado, a manutenção no curto prazo das condições de financiamento favoráveis ao investimento, a par da continuação de uma política monetária acomodaticia e da melhoria progressiva do mercado de trabalho, favorável ao consumo das famílias, continuarão a favorecer a expansão da procura interna.

Por outro lado, a continuação da recuperação do crescimento económico a nível mundial continuará a sustentar o reforço da procura externa.

Relativamente à economia portuguesa, as actuais projecções do Banco de Portugal (Fonte: BdP Projecções para a economia Portuguesa: 2018-2020), apontam para a continuação da recuperação moderada da actividade económica iniciada em 2013 prevendo-se um nível de crescimento ligeiramente abaixo do registado em 2017 e do previsto para a zona Euro, de 2,3% em 2018 e 1,7% em 2019.

Estas previsões estão sustentadas num crescimento robusto das exportações, alicerçado um enquadramento externo económico e financeiro e no crescimento moderado do consumo interno, reflectindo a melhoria no mercado de trabalho em termos de um aumento da criação de emprego e da continuação da política de devolução de rendimentos aos funcionários públicos (Fonte: idem).

Persistem, no entanto, vários constrangimentos estruturais ao crescimento da economia portuguesa, incluindo o elevado nível de endividamento dos vários sectores da economia (estado, empresas e famílias) e um ritmo de recuperação do investimento moderado em torno dos 6%.

Apesar das perspectivas de continuidade de evolução positiva da economia Portuguesa para os próximos dois anos, a necessidade de o País continuar o processo de consolidação orçamental e a evolução adversa em termos demográficos deverão colocar, uma vez mais, especial pressão no sector da saúde onde o Grupo apresenta uma forte exposição.

Neste enquadramento, a estratégia da empresa continuará a assentar: (1) na melhoria contínua da qualidade da sua oferta de produtos e serviços e na procura de novas soluções que permitam continuar o crescimento sustentado do seu volume de negócios, nomeadamente através de investimentos na área dos Sistemas de Informação, no desenvolvimento de novos negócios para as farmácias e da entrada em novos mercados e segmentos de negócio dos dados/estudos de mercado e (2) no aumento da eficiência operacional, através do alargamento das estruturas de serviços partilhados e da constituição do departamento de melhoria operacional (BPI).

O Grupo Farminveste continuará a desenvolver e implementar a estratégia definida de foco na área da saúde, consolidando a sua actividade nos países onde já está implantado, através de crescimento orgânico e de possíveis aquisições de negócios complementares aos existentes nesta área e procurando novos mercados com o objectivo de expandir a sua actividade para outras áreas geográficas, com especial enfoque na área de negócio operada pela hmR e Glintt.

Considerando que é do interesse da sociedade e dos respectivos accionistas encontrar novas formas de participação destes últimos no resultado da sua actividade, o Conselho de Administração irá propor, em Assembleia Geral, a emissão de obrigações convertíveis durante o exercício de 2018.

Análise Económico-financeira das contas individuais

Em termos de performance económica, a Farminveste SGPS reconheceu como proveitos do exercício a reversão da provisão para a multa da ADC no valor de €6,1 milhões, por ter havido, no decorrer do ano, uma decisão positiva do tribunal relativamente a este processo. Adicionalmente, foi registado o impacto positivo do resultado líquido da sua participada Farminveste IPG, no montante de €5,4 milhões. A estes ganhos, são deduzidos os gastos decorrentes da actividade da holding (FSEs e gastos com pessoal) que ascenderam a €0,1 milhões. Deste modo, encerrou o exercício de 2017 com um resultado líquido positivo de €11,5 milhões, apresentando uma melhoria significativa face ao ano anterior devido ao impacto anteriormente referido.

Em termos financeiros, a sociedade apresenta um activo total que ascendia no final de 2017 a €112,2 milhões, reflectindo a sua participação de 100% na Farminveste IPG, financiado, na sua quase totalidade, por capitais próprios (€111,8 milhões).

Análise económico-financeira das contas consolidadas

Na análise económica e financeira da Farminveste SGPS foi considerado o perímetro de consolidação apresentado no quadro seguinte, com referência da metodologia de consolidação utilizada:

	Participações		Método de Consolidação
	Total	Minoritários	
Farminveste SGPS			
Alliance Healthcare	51,00%	49,00%	Integral
Cuidafarma	50,00%	n.a.	Equivalência Patrimonial
Farbiowell	51,00%	49,00%	Integral
Farmininsurance	49,97%	n.a.	Equivalência Patrimonial
Farminveste 3	100,00%	0,001%	Integral
Farminveste IPG	100,00%	n.a.	Integral
Farminveste Serviços	100,00%	n.a.	Integral
Glintt	76,40%	23,60%	Integral
Globalvet	75,00%	25,00%	Integral
hmR - Espanha	100,00%	n.a.	Integral
hmR - Germany	100,00%	n.a.	Integral
hmR - Irlanda	50,00%	50,00%	Integral
hmR - PT	100,00%	n.a.	Integral
hmR International	100,00%	n.a.	Integral
Imofarma	87,53%	n.a.	Integral
JdM Residências	30,00%	n.a.	Equivalência Patrimonial
JdM Saúde	30,00%	n.a.	Equivalência Patrimonial

O volume de negócios consolidado da Farminveste SGPS em 2017 é de €702,7 milhões, o que representa um aumento de €2,1 milhões comparativamente a 2016. Este aumento é justificado essencialmente pelo aumento do volume de negócios da Glintt, de cerca de €3,7 milhões, verificando uma redução na Alliance Healthcare de cerca de €1,6 milhões.

Apresentamos abaixo o detalhe por área de negócio, no qual foram eliminados os negócios entre as sociedades integrantes do perímetro de consolidação²:

² Para efeitos de apresentação, os valores são agregados de acordo com as áreas de negócio atrás descritas.

FV SGPS Volume de negócios	2017		2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
valores em milhares de euros						
Farminveste IPG	15 778,5	2,2%	15 591,8	2,2%	186,7	1,2%
hmRs	11 687,3	1,7%	11 034,5	1,6%	652,7	5,9%
Farminveste 3 + Glintt	66 692,2	9,5%	63 008,7	9,0%	3 683,5	5,8%
Imofarma + FV Serviços	4 617,4	0,7%	5 502,5	0,8%	-885,1	-16,1%
Alliance Healthcare	603 039,8	85,8%	605 084,7	86,4%	-2 044,9	-0,3%
Parcerias (Farbiowell+GV)	893,8	0,1%	414,4	0,1%	479,4	115,7%
Total FV SGPS	702 709,0	100,0%	700 636,7	100,0%	2 072,3	0,3%

Relativamente aos gastos operacionais com fornecimentos e serviços externos e pessoal, o aumento de €10,0 milhões deve-se essencialmente ao investimento na expansão internacional da hmR, e também ao acréscimo de actividade na Glintt e Farminveste Serviços.

As contribuições por área de negócio foram as seguintes, eliminados os negócios entre as sociedades que fazem parte do perímetro de consolidação:

FV SGPS - Gastos operacionais (FSE's + G. Pessoal)	2017		2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
valores em milhares de euros						
FV SGPS	47,6	0,0%	32,8	0,0%	14,8	45,3%
Farminveste IPG	21 897,6	18,1%	21 606,8	19,5%	290,8	1,3%
hmRs	11 574,9	9,6%	6 938,8	6,3%	4 636,1	66,8%
Farminveste 3 + Glintt	55 654,3	46,0%	52 309,8	47,1%	3 344,4	6,4%
Imofarma + FV Serviços	5 708,5	4,7%	4 569,1	4,1%	1 139,4	24,9%
Alliance Healthcare	25 718,5	21,2%	25 285,7	22,8%	432,8	1,7%
Parcerias (GV + Farbiowell)	451,9	0,4%	262,8	0,2%	189,1	71,9%
Total FV SGPS	121 053,3	100,0%	111 005,8	100,0%	10 047,5	9,1%

Incluímos, na nota 5 do Anexo às Contas Consolidadas, informação sobre as remunerações dos corpos sociais e quadros dirigentes das empresas subsidiárias da ANF, de acordo com prática iniciada em 2015.

Em termos consolidados, a Farminveste SGPS atingiu resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos) no montante de €30,5 milhões, para os quais se verificaram as seguintes contribuições individuais (para uma melhor percepção dos contributos para o resultado, os valores constantes neste quadro não foram sujeitos a anulações de relações cruzadas):

Resultado operacional	2017		2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
valores em milhares de euros						
Farminveste SGPS	6 030,5	19,8%	-6 115,5	-20,9%	12 145,9	-198,6%
Farminveste IPG	3 120,2	10,2%	2 697,5	9,2%	422,7	15,7%
hmRs	-5 114,2	-16,8%	-333,7	-1,1%	-4 780,5	1432,6%
Farminveste 3 + Glintt	3 989,4	13,1%	5 248,3	17,9%	-1 258,9	-24,0%
Imofarma + FV Serviços	3 328,6	10,9%	5 089,9	17,4%	-1 761,3	-34,6%
Alliance Healthcare	19 284,0	63,2%	22 679,2	77,5%	-3 395,3	-15,0%
Parcerias (GV + Farbiowell+Farminsurance+Cuifarma)	-130,5	-0,4%	11,2	0,0%	-141,7	-1265,5%
Total FV SGPS	30 507,9	100,0%	29 276,9	100,0%	1 230,9	4,2%

A contribuição da Farminveste IPG para o resultado operacional engloba os ganhos com as participadas JMS e JMRS decorrentes da aplicação do MEP em 2017 e 2016, no valor de €7,0 e € 7,2 milhões respectivamente.

O ano de 2017 beneficia do impacto positivo de anulação da provisão para a multa da AdC, por decisão do Tribunal da Relação, no montante de 6 milhões de euros. Por outro lado, o ano de 2016 teve o impacto negativo da constituição dessa provisão de valor equivalente.

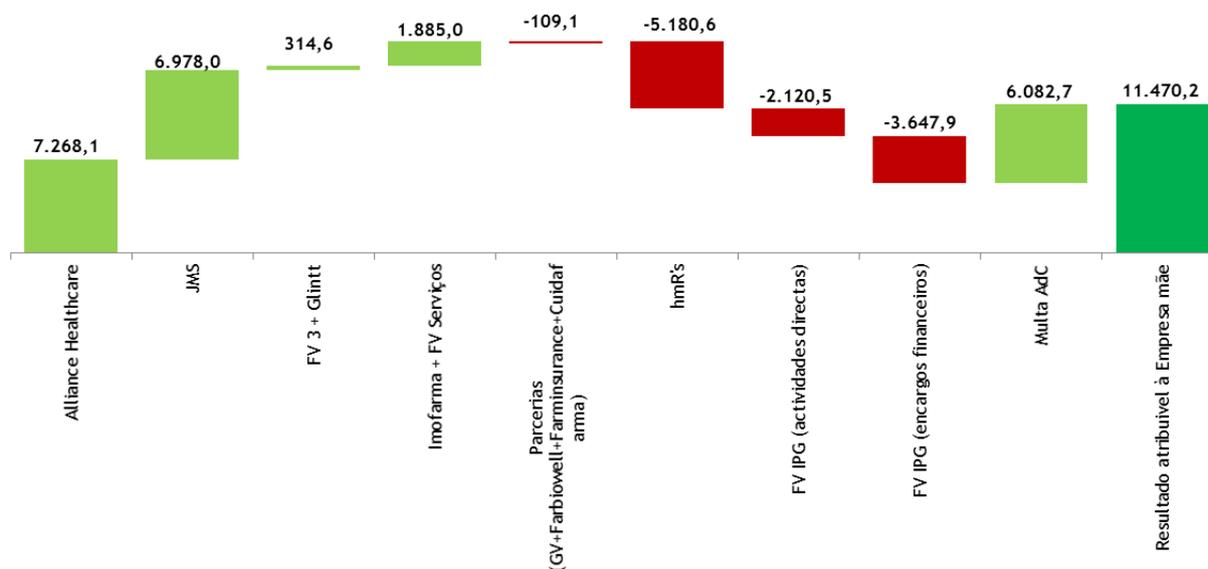
Se excluirmos este efeito de natureza extraordinária, assistimos a uma redução do resultado operacional de cerca de €10 milhões, devido ao investimento na sua expansão internacional da HMR, no Imofarma pela valorização dos imóveis verificada em 2016 e que não se repetiu em 2017 e na Glintt e Alliance Healthcare.

Os resultados financeiros melhoraram atingindo €7,6 milhões, devido à obtenção de melhores condições de financiamento. O quadro seguinte apresenta o detalhe por área de negócio:

FV SGPS Resultados financeiros	2017		2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
valores em milhares de euros						
Farminveste IPG	-3 661,2	48,4%	-3 764,0	48,3%	102,9	-2,7%
hmRs	-51,0	0,7%	-125,2	1,6%	74,2	-59,3%
Farminveste 3 + Glintt	-2 723,2	36,0%	-2 875,0	36,9%	151,7	-5,3%
Imofarma + FV Serviços	-1 150,7	15,2%	-1 294,7	16,6%	144,0	-11,1%
Alliance Healthcare	19,4	-0,3%	259,7	-3,3%	-240,2	-92,5%
Parcerias (GV + Farbiowell+Farminsurance+Cuifarma)	-1,1	0,0%	-	0,0%	-1,1	-
Total FV SGPS	-7 567,7	100,0%	-7 799,2	100,0%	231,5	-3,0%

Atingiu-se um resultado final positivo de €18,7 milhões, dos quais 11,5 milhões atribuíveis aos detentores do capital da Farminveste SGPS e €7,2 milhões a interesses minoritários. O detalhe da contribuição de cada área de negócio para o resultado líquido sem eliminações das transacções intra-grupo é o seguinte:

Valores em Milhares de Euros



Em termos financeiros, o activo consolidado não corrente atingiu no final de 2017 cerca de €324,8 milhões, o que representa um aumento de aproximadamente €3,8 milhões. Esta variação é explicada pelo efeito das participações financeiras na JMS registado na Farminveste IPG e ainda pelo investimento em sistemas de informação na Glintt e hmR.

FV SGPS	2017		2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Activo - Não corrente						
valores em milhares de euros						
Farminveste SGPS	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Farminveste IPG	59 215,2	18,2%	55 569,7	17,3%	3 645,6	6,6%
hmRs	4 363,7	1,3%	2 531,7	0,8%	1 832,0	72,4%
Farminveste 3 + Glintt	138 093,4	42,5%	134 666,2	42,0%	3 427,2	2,5%
Imofarma + FV Serviços	89 628,6	27,6%	90 096,2	28,1%	-467,6	-0,5%
Alliance Healthcare	33 508,4	10,3%	38 127,7	11,9%	-4 619,3	-12,1%
Parcerias (GV + Farbiowell+Farminsurance+Cuifarma)	40,5	0,0%	5,0	0,0%	35,5	709,6%
Total FV SGPS	324 849,9	100,0%	320 996,4	100,0%	3 853,5	1,2%

Os activos correntes aumentaram para €187,7 milhões em 2017, destacando-se o aumento na Alliance Healthcare relativo sobretudo às contas a receber. A contribuição individual é apresentada na tabela seguinte:

FV SGPS	2017		2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Activo - Corrente						
valores em milhares de euros						
Farminveste SGPS	5,5	0,0%	6,1	0,0%	-0,5	-8,8%
Farminveste IPG	6 334,9	3,4%	5 867,4	3,3%	467,5	8,0%
hmRs	6 680,5	3,6%	6 011,5	3,3%	669,0	11,1%
Farminveste 3 + Glintt	27 159,6	14,5%	25 756,1	14,3%	1 403,5	5,4%
Imofarma + FV Serviços	3 597,7	1,9%	2 120,6	1,2%	1 477,1	69,7%
Alliance Healthcare	143 324,1	76,4%	140 316,7	77,8%	3 007,3	2,1%
Parcerias (GV + Farbiowell+Farminsurance+Cuifarma)	611,0	0,3%	164,3	0,1%	446,7	271,9%
Total FV SGPS	187 713,3	100,0%	180 242,7	100,0%	7 470,7	96,3%

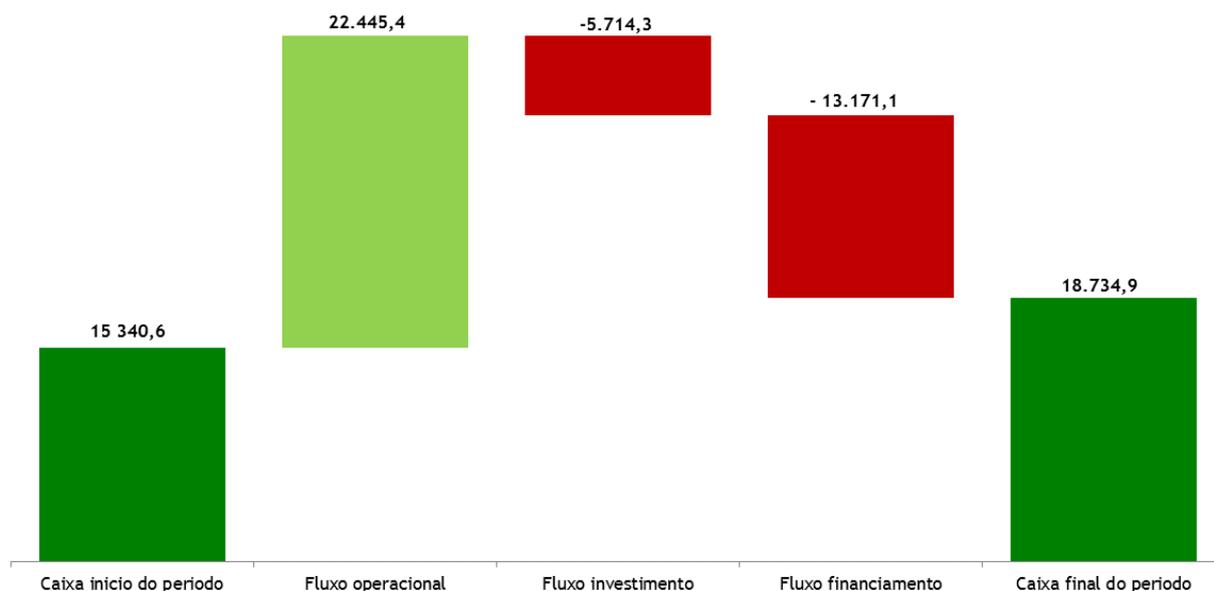
O passivo não corrente é €154,4 milhões no final de 2017, representando um aumento de €16,9 milhões face a 2016, sendo visíveis vários efeitos: por um lado verificou-se uma redução na FV SGPS pela reversão da provisão para processos judiciais (AdC) no valor de €6 milhões; por outro lado, assistiu-se a um aumento dos financiamentos na Farminveste IPG (€5,2 milhões), na Glintt (€17 milhões) e na Alliance Healthcare (€4,3 milhões) que teve como contrapartida a redução do passivo corrente a nível destas empresas na componente de financiamento de curto prazo.

FV SGPS	2017		2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Passivo não corrente						
valores em milhares de euros						
Farminveste SGPS	425,0	0,3%	6 435,2	4,7%	-6 010,2	-93,4%
Farminveste IPG	65 977,0	42,7%	60 742,0	44,2%	5 235,0	8,6%
hmRs	1 196,8	0,8%	1 288,5	0,9%	-91,7	-7,1%
Farminveste 3 + Glintt	50 665,9	32,8%	35 969,3	26,1%	14 696,6	40,9%
Imofarma + FV Serviços	22 872,0	14,8%	24 504,5	17,8%	-1 632,5	-6,7%
Alliance Healthcare	13 284,2	8,6%	8 619,9	6,3%	4 664,2	54,1%
Parcerias (GV + Farbiowell+Farminsurance+Cuifarma)	23,8	0,0%	-	0,0%	23,8	0,0%
Total FV SGPS	154 444,6	100,0%	137 559,4	100,0%	16 885,2	-3,6%

FV SGPS Passivo corrente	2017		2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
valores em milhares de euros						
Farminveste SGPS	7,7	0,0%	18,9	0,0%	-11,2	-59,2%
Farminveste IPG	36 726,9	19,4%	40 130,1	19,3%	-3 403,2	-8,5%
hmRs	6 168,8	3,3%	3 981,0	1,9%	2 187,7	55,0%
Farminveste 3 + Glintt	44 023,7	23,3%	53 922,8	26,0%	-9 899,0	-18,4%
Imofarma + FV Serviços	4 433,9	2,3%	3 969,7	1,9%	464,2	11,7%
Alliance Healthcare	97 247,4	51,4%	105 619,8	50,8%	-8 372,4	-7,9%
Parcerias (GV + Farbiowell+Farminsurance+Cuifarma)	420,6	0,2%	76,4	0,0%	344,2	450,6%
Total FV SGPS	189 029,0	100,0%	207 718,7	100,0%	-18 689,6	-9,0%

Em contrapartida, o passivo corrente apresenta um decréscimo de €18,7 milhões face a 2016. A Alliance Healthcare reduziu o recurso a financiamento de curto prazo na sua actividade corrente (€6,2 milhões), e a Glintt e a Farminveste IPG substituíram financiamento de curto prazo por prazo superior, verificando-se uma redução do passivo corrente de €9,9 milhões e de €3,4 milhões respectivamente.

Relativamente aos movimentos consolidados de tesouraria, registaram-se fluxos positivos das actividades operacionais de €22,4 milhões, que foram parcialmente absorvidos pelos fluxos de investimento e de financiamento, que são negativos no período, essencialmente devido ao pagamento de dividendos, financiamentos e investimento em capex.



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Conselho de Administração da Farminveste SGPS propõe que o Resultado Líquido individual apurado no Exercício, no montante de €11.470.218,58 seja aplicado da seguinte forma de modo a dar cumprimento ao artº 295º do CSC:

- Reserva Legal (5%) € 573.510,93;
- Resultados Transitados € 10.896.707,65.

AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração deseja aproveitar o presente Relatório para expressar os seus agradecimentos a todos quantos colaboraram com a empresa, designadamente no decurso do exercício de 2017, apoiando o esforço de consolidação da sua actividade, a melhoria do seu desempenho e o desenvolvimento de novos projectos empresariais.

Deseja, ainda, o Conselho de Administração, personalizar os seus agradecimentos aos accionistas, pelo constante apoio que tem vindo a prestar e aos seus próprios colaboradores e aos das sociedades participadas, pelo seu contributo nas actividades desenvolvidas.

Lisboa, 17 de Abril de 2018

O Conselho de Administração

Paulo Jorge Cleto Duarte
(Presidente)

Vítor Manuel Lopes Segurado
(Vogal)

Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes
(Vogal)

Ana Cristina Clarkson Gaspar
(Vogal)

Pedro Miguel Antunes Ferreira
(Vogal)

Tiago Galvão Alves Pereira
(Vogal)

Abel Bernardino Teixeira Mesquita
(Vogal)

Augusto Manuel da Costa Meneses
(Vogal)

Francisco Manuel Cardoso Faria
(Vogal)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS (CONTAS INDIVIDUAIS)

Exercício de 2017

Nota introdutória:

Salvo se em contrário expresso, os valores apresentados nas Demonstrações Financeiras, bem como nos respectivos anexos, são expressos em Euros (€)

Demonstração da Posição Financeira (Contas Individuais)

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

Rubricas	Notas		
		31-12-2017	31-12-2016
valores em Euros			
<u>ACTIVO</u>			
Activo não corrente		112 214 978	104 668 713
Participações financeiras - métodos da equivalência patrimonial	6	105 271 464	97 725 199
Outros activos financeiros	6	6 943 514	6 943 514
Activo corrente		5 525	6 061
Estado e outros entes públicos	8	4 656	5 000
Diferimentos	9	89	74
Caixa e depósitos bancários	4	780	987
Total do activo		112 220 503	104 674 774
<u>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</u>			
Capital Próprio		111 787 405	98 211 677
Capital realizado	10	100 000 000	100 000 000
Reservas legais	10	523 137	297 332
Resultados transitados	10	1 761 190	-2 529 096
Ajustamentos em activos financeiros	10	-1 967 140	-4 072 650
Resultado líquido do período		11 470 219	4 516 091
Passivo não corrente		425 000	6 435 204
Provisões	11	-	6 082 704
Financiamentos obtidos	12	425 000	352 500
Passivo corrente		8 098	27 894
Fornecedores	7	2 027	9 924
Estado e outros entes públicos	8	814	1 175
Outras contas a pagar	7	5 257	16 794
Total do passivo		433 098	6 463 098
Total do capital próprio e do passivo		112 220 503	104 674 774

Lisboa, 17 de Abril de 2018

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração dos Resultados Por Natureza (Contas Individuais)

Dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

Rendimentos e Gastos	Notas		
		31-12-2017	31-12-2016
valores em Euros			
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	6	5 440 755	10 645 035
Fornecimentos e serviços externos	13	-17 403	-23 952
Gastos com o pessoal	14	-34 650	-22 289
Provisões (aumentos/reduções)	11	6 082 704	-6 082 704
Outros gastos e perdas		-188	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		11 471 219	4 516 091
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		11 471 219	4 516 091
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados		-	-
Resultado antes de impostos		11 471 219	4 516 091
Imposto sobre o rendimento do período	15	-1 000	-
Resultado Líquido do Período		11 470 219	4 516 091

Lisboa, 17 de Abril de 2018

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração do Rendimento Integral (Contas Individuais)

Dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

	Notas	
	31-12-2017	31-12-2016
valores em Euros		
Resultado Líquido do Período	11 470 219	4 516 091
Outros	-	-
Outro rendimento integral do período	11 470 219	4 516 091
Total rendimento integral do período	11 470 219	4 516 091

Lisboa, 17 de Abril de 2018

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração dos Fluxos De Caixa (Contas Individuais)

Dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

Rubricas	Notas		
		31-12-2017	31-12-2016
valores em Euros			
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Pagamentos a fornecedores		-25 086	-14 249
Pagamentos ao pessoal		-34 650	-17 339
Caixa gerada pelas operações		-59 736	-31 588
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-656	-1 000
Outros recebimentos/pagamentos		-12 315	12 945
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-72 707	-19 643
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		72 500	20 000
Outras operações de Financiamento		-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		72 500	20 000
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-207	357
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	987	630
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	780	987

Lisboa, 17 de Abril de 2018

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração das Alterações no Capital Próprio (Contas Individuais)

Dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

Descrição	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe					Total do Capital próprio
		Capital realizado	Reserva legal	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Resultado líquido do período	
valores em Euros							
Posição no início do período 2016		100 000 000	297 332	2 430 310	-3 867 853	-4 959 406	93 900 383
Alterações no período							
Aplicação de resultado		-	-	-4 959 406	-	4 959 406	-
		-	-	-4 959 406	-	4 959 406	-
Resultado líquido do período						4 516 091	4 516 091
Resultado integral						4 516 091	4 516 091
Operações com detentores do capital no período							
Outras operações		-	-	-	-204 797	-	-204 797
		-	-	-	-204 797	-	-204 797
Posição no fim do período 2016	10	100 000 000	297 332	-2 529 096	-4 072 650	4 516 091	98 211 677

Descrição	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe					Total do Capital próprio
		Capital realizado	Reserva legal	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Resultado líquido do período	
valores em Euros							
Posição no início do período 2017		100 000 000	297 332	-2 529 096	-4 072 650	4 516 091	98 211 677
Alterações no período							
Aplicação de resultado		-	225 805	4 290 286	-	-4 516 091	-
		-	225 805	4 290 286	-	-4 516 091	-
Resultado líquido do período						11 470 219	11 470 219
Resultado integral						11 470 219	11 470 219
Operações com detentores do capital no período							
Outras operações		-	-	-	2 105 510	-	2 105 510
		-	-	-	2 105 510	-	2 105 510
Posição no fim do período 2017	10	100 000 000	523 137	1 761 190	-1 967 140	11 470 219	111 787 405

Lisboa, 17 de Abril de 2018

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Anexo às Demonstrações Financeiras (Contas Individuais)

Exercício de 2017

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Farminveste, S.G.P.S., S.A. (Farminveste, SGPS) foi constituída em Setembro de 2010, tendo por objecto a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

A sua sede social é na Travessa de Santa Catarina n.º. 8, 1200-403 Lisboa, e está registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número 509 491 480.

O seu Capital Social está representado por 20.000.000 de acções de categoria A e B (6.000.000 e 14.000.000, respectivamente), no valor nominal de €5,00, de natureza escritural e nominativa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro, efectivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2016, conforme adoptadas na União Europeia. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”) emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respectivas interpretações - IFRIC e SIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standing Interpretation Committee (“SIC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “IFRS”.

Consequentemente, em cumprimento das disposições do IAS 1, a Empresa declara que estas demonstrações financeiras e respectivo anexo cumprem, para estes efeitos, as disposições dos IAS/IFRS tal como adoptados pela União Europeia (“UE”), em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2017.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2017 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores do exercício de 2016.

3. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS (IAS 16)

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição revalorizado (*deemed cost*) de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, de acordo com quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Equipamento básico:	de 1 a 20 anos
Equipamento de transporte:	de 4 a 6 anos
Equipamento administrativo:	de 4 a 8 anos
Outros activos fixos tangíveis:	de 1 a 25 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

LOCAÇÕES (IAS 17)

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos locados; e, (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à sua posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados e de outro rendimento integral do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

GOODWILL (IFRS 3)

As diferenças entre o custo de aquisição das subsidiárias e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição (ou durante um período de 12 meses após aquela data), se positivas, são registadas na rubrica de Goodwill (caso respeite a empresas do Grupo) ou incluídas na rubrica de participações financeiras em empresas associadas (caso respeite a empresas associadas), se negativas, são registadas de imediato em resultados do exercício.

O Goodwill originado em aquisições anteriores à data de transição para IFRS, foi mantido pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (“deemed cost”) àquela data, e foi objecto de testes de imparidade à data das demonstrações financeiras. O “Goodwill” deixou de ser amortizado a partir daquela data, sendo, contudo, sujeito, pelo menos anualmente, a um teste de imparidade para verificar se existem perdas de imparidade.

O Goodwill é sujeito a testes de imparidade, numa base anual e é relevado ao custo, deduzido de perdas de imparidade acumuladas. Ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o valor do goodwill referente à mesma.

Qualquer perda por imparidade é registada imediatamente na demonstração da posição financeira como dedução ao valor do activo e na demonstração de resultados na rubrica de Amortizações, depreciações e perdas por imparidade, não sendo posteriormente revertida.

Para efeitos de realização de testes de imparidade o goodwill é alocado às unidades geradoras de fluxos de caixa a que respeita. Cada uma dessas unidades geradoras de fluxos de caixa representa o investimento, do Grupo, em cada uma das áreas de negócio em que o mesmo opera, sendo o valor de uso determinado pela actualização dos fluxos de caixa futuros estimados para cada unidade geradora de caixa.

ACTIVOS INTANGÍVEIS (IAS 38)

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os activos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao activo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

Os activos sem vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objecto de testes de imparidade anuais.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são suportadas.

As amortizações de um activo intangível com vida útil finita são calculadas, após a data de início de utilização, de acordo com o modelo de consumo dos benefícios económicos. Quando o referido modelo não puder ser determinado, após o início de utilização dos bens, utiliza-se o método da linha recta (*ou outro*) em conformidade com o período de vida útil estimado, tendo em consideração o valor residual.

INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS (IFRS 11)

Os investimentos em entidades conjuntamente controladas e associadas (participações superiores a 20%) são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção do Capital próprio dessas entidades, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial.

O excesso entre o custo de aquisição e o valor proporcional à participação da Entidade no Capital próprio dessas entidades à data da sua aquisição é reconhecido como goodwill. O goodwill é registado como activo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado separadamente na posição financeira. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de goodwill são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como gasto na Demonstração dos resultados do período e não pode ser susceptível de reversão posterior.

Quando a subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada, apresenta Capital próprio negativo ou nulo, o investimento é registado por valor nulo.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos são ajustados anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos dessas entidades por contrapartida de ganhos ou perdas do período. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas entidades são registados como uma diminuição do valor dos investimentos, no período em que são atribuídos.

INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO (IFRS 10)

As principais políticas contabilísticas resumem-se como segue:

Subsidiárias

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método da compra.

O custo de uma aquisição é valorizado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos assumidos na data de aquisição mais o custo directamente atribuível à aquisição. Os activos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são valorizados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses minoritários. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do grupo dos activos identificáveis adquiridos é registado como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente na Demonstração dos resultados.

As transacções internas, os saldos e os ganhos e perdas não realizados em transacções entre empresas do grupo são eliminados.

As políticas contabilísticas das subsidiárias, sempre que necessário, são alteradas de forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

Associadas

Estas participações financeiras são inicialmente reconhecidas ao custo e consolidadas pelo Método da Equivalência Patrimonial.

O investimento do Grupo em associadas inclui o goodwill (deduzido de perdas acumuladas de imparidade) identificado na aquisição.

A participação do Grupo nos ganhos e perdas das suas associadas após a aquisição é reconhecida na Demonstração dos resultados e a quota-parte nos movimentos das reservas após aquisição é reconhecida em reservas por contrapartida do valor contabilístico do investimento financeiro. Quando a participação no Grupo nas perdas da associada igualar ou ultrapassar o investimento na associada, o Grupo deixa de reconhecer perdas adicionais, excepto se tiver assumido obrigações ou efectuado pagamentos em nome da associada.

Os ganhos não realizados em transacções com as associadas são eliminados na extensão da participação do Grupo nas associadas. Perdas não realizadas são também eliminadas, excepto se a transacção revelar evidência de imparidade de um bem transferido.

As políticas contabilísticas das associadas, sempre que necessário, são alteradas de forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (IAS 23)

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os juros de empréstimos obtidos directamente atribuíveis à aquisição ou construção de activos são capitalizados como parte do custo desses activos. A empresa considera que um activo elegível para capitalização é um activo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados.

RÉDITO (IAS 18)

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com as prestações de serviços.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser valorizados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (IAS 12)

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Entidade de acordo com as regras fiscais em vigor; o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respectivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos activos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos apenas quando existem expectativas razoáveis de obtenção de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efectuado um recálculo desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em Capital próprio, situação em que o imposto diferido é também relevado na mesma rubrica.

Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

SUBSIDIOS (IAS 20)

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os gastos incorridos.

ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (IFRS 7)

Activos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respectiva relação contratual.

Os activos e passivos financeiros ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas incluem:

- Clientes;
- Outras contas a receber;
- Estado e outros entes públicos;
- Fornecedores;
- Financiamentos obtidos; e
- Outras contas a pagar.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efectiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro.

IMPARIDADE DE ACTIVOS (IAS 36)

À data da posição financeira é efectuada uma avaliação da existência objectiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os activos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do activo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados na rubrica de Perdas por imparidade. A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade, e efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os activos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Periodizações

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados na demonstração da posição financeira, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (IAS 19)

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social, ausências permitidas a curto prazo. Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

Benefícios de cessação de emprego: a Entidade reconhece os gastos com rescisões de contratos de trabalho, por:

- Existir compromisso da Entidade; ou
- Ter terminado emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Ter concedido benefícios de rescisão de contratos de trabalho como resultado de uma oferta efectuada para incentivar a rescisão de contrato de trabalho.

ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (IAS 10)

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2. Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. As estimativas foram determinadas com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso e bem assim na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela IAS 8. Os principais pressupostos utilizados nas estimativas utilizadas pela Empresa, encontram-se divulgadas nas notas correspondentes do anexo.

3.3. Novas normas, alterações e interpretações a normas existentes

Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício económico da Empresa iniciado em 1 de Janeiro de 2017:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda à IAS 12 - Reconhecimento de impostos diferidos activos por perdas não realizadas	1-Jan-17	Esta emenda vem clarificar as condições de reconhecimento e mensuração de activos por impostos resultantes de perdas não realizadas

Emenda à IAS 7 - Divulgações	1-Jan-17	Esta emenda vem introduzir divulgações adicionais relacionadas com os fluxos de caixa de actividades de financiamento.
------------------------------	----------	--

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Empresa no exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, decorrente da adopção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	1-Jan-18	Esta norma insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de activos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e à aplicação das regras de contabilidade de cobertura.
IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes	1-Jan-18	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 - Rédito, IAS 11 - Contratos de construção; IFRIC 13 - Programas de fidelização; IFRIC 15 - Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 - Transferências de Activos Provenientes de Clientes e SIC 31 - Rédito - Transacções de troca directa envolvendo serviços de publicidade.
IFRS 16 - Locações	1-Jan-19	Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 - Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de activos e passivos para todos os contratos de locação, excepto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre activos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.
Clarificações sobre a IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes	1-Jan-18	Estas alterações vêm introduzir diversas clarificações na norma com vista a eliminar a possibilidade de surgirem interpretações divergentes de vários tópicos.
Emenda à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9, Instrumentos financeiros, com a IFRS 4, Contratos de seguros	1-Jan-18	Esta emenda proporciona orientações sobre a aplicação da IFRS 4 em conjunto com a IFRS 9. A IFRS 4 será substituída com a entrada em vigor da IFRS 17.

Estas normas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adoptadas pela Empresa em 2017, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória. Caso as mesmas tivessem sido adoptadas no corrente exercício não se estima que decorressem impactos significativos nas demonstrações financeiras anexas.

Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adoptadas pela União Europeia

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 17 - Contratos de Seguros	1-Jan-21	Esta norma estabelece, para os contratos de seguros dentro do seu âmbito de aplicação, os princípios para o seu reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. Esta norma substitui a norma IFRS 4 - Contratos de Seguros.
Emenda à IFRS 2: Classificação e medida das transacções de pagamentos em acções	1-Jan-18	Esta emenda vem introduzir diversas clarificações na norma relacionadas com: (i) o registo de transacções de pagamentos com base em acções que são liquidadas com caixa; (ii) o registo de modificações em transacções de pagamentos com base em acções (de liquidadas em caixa para liquidadas com instrumentos de capital próprio); (iii) a classificação de transacções com características de liquidação compensada.
Emenda à IAS 40: Transferências de propriedades de investimento	1-Jan-18	Esta emenda clarifica que a mudança de classificação de ou para propriedade de investimento apenas deve ser feita quando existem evidências de uma alteração no uso do activo.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2014-2016)	1-Jan-18 com excepção das alterações à IFRS 12, cuja data de aplicação é 1-Jan-17	Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspectos relacionados com: IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro: elimina algumas isenções de curto prazo; IFRS 12 - Divulgação de interesses noutras entidades: clarifica o âmbito da norma quanto à sua aplicação a interesses classificados como detidos para venda ou detidos para distribuição ao abrigo da IFRS 5; IAS 28 - Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos: introduz clarificações sobre a mensuração a justo valor por resultados de investimentos em associadas ou <i>joint ventures</i> detidos por sociedades de capital de risco ou por fundos de investimento.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2015-2017)	1-Jan-19	Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspectos relacionados com: IFRS 3 - Concentração de actividades empresariais: requer remensuração de interesses anteriormente detidos quando uma entidade obtém controlo sobre uma participada sobre a qual anteriormente tinha controlo conjunto; IFRS 11 - Empreendimentos conjuntos: clarifica que não deve haver remensuração de interesses anteriormente detidos quando uma entidade obtém controlo conjunto sobre uma operação conjunta; IAS 12 - Impostos sobre o rendimento: clarifica que todas as consequências fiscais de dividendos devem ser registadas em resultados, independentemente de como surge o imposto; IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos: clarifica que a parte do empréstimo directamente relacionado com a aquisição/construção de um activo, em dívida após o correspondente activo ter ficado pronto para o uso pretendido, é, para efeitos de determinação da taxa de capitalização, considerada parte integrante dos financiamentos genéricos da entidade.

Emenda à IFRS 9: características de pagamentos antecipados com compensação negativa	1-Jan-19	Esta emenda vem permitir que activos financeiros com condições contratuais que prevêm, na sua amortização antecipada, o pagamento de um montante considerável por parte do credor, possam ser mensurados ao custo amortizado ou a justo valor por reservas (consoante o modelo de negócio), desde que: (i) na data do reconhecimento inicial do activo, o justo valor da componente da amortização antecipada seja insignificante; e (ii) a possibilidade de compensação negativa na amortização antecipada seja única razão para o activo em causa não ser considerado um instrumento que contempla apenas pagamentos de capital e juros.
Emenda à IAS 28: Investimentos de longo prazo em associadas e acordos conjuntos	1-Jan-19	Esta emenda vem clarificar que a IFRS 9 deve ser aplicada (incluindo os respectivos requisitos relacionados com imparidade) a investimentos em associadas e acordos conjuntos quando o método da equivalência patrimonial não é aplicado na mensuração dos mesmos.
IFRIC 22 - Transacções em moeda estrangeira incluindo adiantamentos para compra de activos	1-Jan-18	Esta interpretação vem estabelecer a data do reconhecimento inicial do adiantamento ou do rendimento diferido como a data da transacção para efeitos da determinação da taxa de câmbio do reconhecimento do rédito.
IFRIC 23 - Incertezas no tratamento de imposto sobre o rendimento	1-Jan-19	Esta interpretação vem dar orientações sobre a determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento.

Estas normas não foram ainda adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Empresa no exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não se estima que da futura adopção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes, inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

A rubrica Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 detalha-se conforme se segue:

Descrição	2017	2016
Depósito à ordem	780	987
Depósito a prazo	-	-
Total de caixa e depósitos bancários	780	987

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (1) actividades operacionais; (2) actividades de financiamento; e (3) actividades de investimento. As actividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de imposto sobre o rendimento e de impostos indirectos líquidos. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de activos imobilizados. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e pagamentos relacionados com juros e despesas relacionadas.

5. PARTES RELACIONADAS

Relacionamentos com Empresa-mãe

Nome da empresa-mãe imediata:	Associação Nacional das Farmácias
Nome da empresa-mãe controladora final:	Associação Nacional das Farmácias

Conforme referido na Nota 1, a 31 de Dezembro 2017, a Farminveste SGPS era detida em 90,33% pela Associação Nacional das Farmácias (ANF) e os restantes 9,67% pertenciam a outros accionistas.

Remuneração dos membros dos órgãos sociais

No ano de 2017 as remunerações pagas aos órgãos sociais da Farminveste SGPS foram €34.650.

Saldos e Transacções entre partes relacionadas

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os saldos e as transacções efectuadas com partes relacionadas são os seguintes:

	2017			2016		
	Contas a pagar (Nota 7)	Financiamentos (Nota 12)	Serviços Obtidos	Contas a pagar (Nota 7)	Financiamentos (Nota 12)	Serviços Obtidos
Empresa-mãe	-	425 000	-	-	352 500	-
Subsidiárias	369	-	5 472	8 948	-	13 479
Total de relações intra-grupo	369	425 000	5 472	8 948	352 500	13 479

6. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

A Farminveste SGPS detém uma participação financeira de 100,00% na Farminveste IPG, registada pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Através deste método o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e, posteriormente, ajustado em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Farminveste SGPS nos activos líquidos da Farminveste IPG. Os resultados da Farminveste SGPS incluem a parte que lhe corresponda nos resultados da Farminveste IPG.

A informação financeira disponível à data da demonstração da posição financeira da empresa participada resume-se como segue:

Entidades	Data de relato das demonstrações financeiras	% de participação	Activo	Passivo	Capital próprio	Gastos	Rendimentos
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	10-04-2018	100,0%	512 571 910	343 054 776	169 517 134	712 339 425	717 780 180

O valor total do investimento financeiro nesta participada ascendia a € 112.214.978 com a decomposição seguinte:

Participação de capital	+ €93.104.610
Empréstimos concedidos	+ € 12.166.854
MEP: Incorporação de resultados	+€ 5.440.755

A Farminveste SGPS detém ainda, através da sua participada Farminveste 3, uma participação financeira de 76,4% na Glintt, registada pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP).

A sociedade Glintt encontra-se cotada no mercado NYSE EURONEXT. À data de 31 de Dezembro de 2017, a valorização da participação na Glintt à cotação de mercado era de €16.079.340,31 (66.443.555 acções a € 0,242/acção). À data deste relatório a acção Glintt encerrou o dia com a cotação de € 0,23/acção.

A Farminveste 3 considera este investimento financeiro como muito relevante e estratégico para o Grupo Farminveste. Por este motivo, não ajustou em 2017 nem em anos anteriores o valor da sua participação na Glintt em função da cotação das suas acções.

Este procedimento assenta, igualmente, na verificação de que os testes de imparidade realizados às participadas da própria Glintt (uma vez que é uma sociedade cotada sujeita às IFRS/IAS), concluem não existir a necessidade de registar quaisquer ajustamentos por imparidade no seu capital próprio.

7. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

As rubricas de fornecedores e outras contas a pagar têm a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2017 e 2016:

Descrição	2017	2016
Passivo		
Fornecedores	2 027	9 924
Fornecedores gerais	1 658	977
Fornecedores empresas subsidiárias (Nota 5)	369	8 948
Outras contas a pagar	5 257	16 794
Acréscimo de gastos	5 164	4 950
Outros credores	93	11 844
Total dos valores passivos	7 284	26 718

8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016 decomposição da rubrica Estado e Outros Entes Públicos era a seguinte:

Designação	2017		2016	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	4 656	-	5 000	-
Retenção impostos sobre rendimento	-	119	-	131
Segurança social	-	695	-	1 044
Total do estado e outros entes publicos	4 656	814	5 000	1 175

9. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica de diferimentos inclui gastos de seguros referentes ao ano de 2017.

10. CAPITAL, RESERVAS E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2017, o capital da Farminveste SGPS era detido em 90,33% pela Associação Nacional das Farmácias e os restantes 9,67% pertenciam a Outros accionistas e encontrava-se distribuído da seguinte forma:

Capital social	Nº acções	Valor nominal	Categoria das acções	
			Cat. A	Cat. B
100 000 000	6 000 000	5	30 000 000	
	14 000 000	5		70 000 000

As diferentes rubricas constituintes do capital Próprio da Farminveste SGPS, em 2017 e 2016 são como se segue:

Designação	2017	2016
Capital realizado	100 000 000	100 000 000
Reserva legal	523 137	297 332
Resultados transitados	1 761 190	-2 529 096
Ajustamentos em activos financeiros	-1 967 140	-4 072 650
Resultado líquido do período	11 470 219	4 516 091
Total do capital próprio	111 787 405	98 211 677

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de Dezembro de 2017 a reserva legal ascendia a 523.137 Euros, tendo sido reforçada pela aplicação do resultado.

Aplicação de resultado

O resultado líquido individual do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 foi aplicado, conforme deliberação das Assembleias Gerais de Accionista:

- Reserva Legal (5%) € 225.805
- Resultados Transitados € 4.290.286

Resultados transitados

Nos resultados transitados a 31 de Dezembro de 2017, estão incluídos lucros não distribuídos da participada Farminveste IPG no valor de €8.693.239.

11. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

Provisões

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica de provisões teve a seguinte movimentação:

Designação	2016	Reversão	2017
Processos judiciais	6 082 704	(6 082 704)	-
Total de provisões	6 082 704	(6 082 704)	-

Processos judiciais

A Autoridade da Concorrência (AdC) instaurou, por despacho de 17 de Setembro de 2009, um processo contra-ordenacional por alegadas práticas de abuso de posição dominante no mercado da comercialização de dados das farmácias, nas quais estariam envolvidas, para além da ANF, a Farminveste SGPS, a Farminveste IPG e a sua participada hmR. Na conclusão deste processo, por decisão de 22 de Dezembro de 2015, a AdC aplicou à Farminveste SGPS, à Farminveste IPG e à hmR coimas nos montantes de €9.080.000, de €360.000 e de €265.000, respectivamente.

Na sequência, em 26 de Janeiro de 2016, a Farminveste SGPS, a Farminveste IPG e a hmR apresentaram contra aquela decisão da AdC os competentes recursos de impugnação que foram recebidos pelo Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão (processo n.º 36/16.OYUSTR). Tramitado este processo e realizada a audiência de julgamento, foi proferida sentença pelo Tribunal, datada de 20 de Outubro de 2016, que julgou parcialmente procedentes os recursos da Farminveste SGPS, da Farminveste IPG e da hmR, e, em decorrência, reduziu as coimas aplicadas para €6.082.704, €233.530,80 e €171.767,20, respectivamente.

Não conformadas com a sentença, a Farminveste SGPS, a Farminveste IPG e a hmR, interpuseram, em 03 de Novembro de 2016, recursos para o Tribunal da Relação de Lisboa.

O Tribunal da Relação de Lisboa, por acórdão de 14 de Junho de 2017, julgou (i) provido o recurso interposto pela Farminveste SGPS, absolvendo-a da prática da contra-ordenação e da coima em que vinha condenada (€6.082.704) e (ii) não-providos os recursos interpostos pela Farminveste IPG e pela hmR, mantendo a sua condenação nos termos decididos pela 1ª instância (coimas de €233.530,80 e €171.767,20, respectivamente).

O acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa transitou em julgado e a Farminveste IPG e a hmR liquidaram o valor das coimas respectivas. Uma vez que a multa não foi devida pela Farminveste SGPS; foi revertida a provisão que havia sido constituída.

12. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O montante em dívida diz respeito a suprimentos entregues pela ANF, para fazer face a necessidades de fundo de maneo pontuais.

13. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos era o seguinte:

Designação	2017	2016
Trabalhos especializados	16 638	23 410
Serviços bancários	360	357
Deslocações e estadas	219	-
Outros serviços diversos	185	185
Total de fornecimentos e serviços externos	17 403	23 952

14. GASTOS COM O PESSOAL

O número médio de colaboradores ao serviço da empresa durante o exercício de 2017 foi de 2. O detalhe da rubrica de Gastos com o Pessoal é o seguinte:

Designação	2017	2016
Remunerações órgãos sociais	28 000	18 011
Encargos sobre remunerações	6 650	4 278
Total de gastos com pessoal	34 650	22 289

15. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO

A empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 21%, que pode ser incrementada até ao máximo de 1,5% pela Derrama, resultando numa taxa agregada máxima de 22,5%.

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os lucros tributáveis que excedam os 1.500.000 Euros são sujeitos a derrama estadual às seguintes taxas:

- 3% sobre os lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% sobre os lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros; e
- 7% sobre os lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Adicionalmente, para o exercício de 2017 e seguintes a dedução dos gastos de financiamento líquidos na determinação do lucro tributável é condicionada em cada ano progressivamente até 2017 ao maior dos seguintes limites:

- 1.000.000 Euros;
- 30% do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

Nos termos do artº 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no artigo mencionado.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, o Grupo estimou o imposto sobre o rendimento do exercício relativo às empresas em que a Farminveste participa, directa ou indirectamente, pelo menos em 75% do capital, considerando os requisitos previstos no artigo 63º do Código do IRC, de acordo com o RETGS, o qual é encabeçado pela Farminveste. Todas as empresas do Grupo sediadas em Portugal foram abrangidas pelo referido regime, com excepção das empresas detidas a menos de 75%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração entende que as eventuais correcções resultantes de revisões ou inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de 12 anos (6 anos para os incorridos até 2009, 4 anos para os incorridos em 2010 e 2011 e 5 anos para os incorridos em 2012 e 2013) após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, com um limite ao montante da dedução em cada exercício, o qual não pode exceder 70% do respectivo lucro tributável, aplicável também aos prejuízos fiscais gerados em exercícios anteriores.

À data de 31 de Dezembro de 2017 os prejuízos fiscais reportáveis são num valor total de 77.172 Euros e decompõem-se da seguinte forma:

	Prejuízo fiscal	Limite utilização
Gerados em 2013	10 424	2018
Gerados em 2014	10 224	2026
Gerados em 2015	10 283	2027
Gerados em 2016	46 241	2028
Total prejuízos	77 172	

Não foram constituídos activos por impostos diferidos referentes a prejuízos fiscais reportáveis.

A movimentação nos impostos diferidos é referente à actualização da base de incidência pela alteração da imparidade de créditos a receber não aceite fiscalmente.

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 detalham-se abaixo:

Descrição	2017	2016
Imposto corrente	-	-
Pagamento Especial por conta	1 000	-
Imposto	1 000	-

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a taxa efectiva de imposto é demonstrada como segue:

Descrição	2017	2016
Resultado antes de impostos	11 471 219	4 516 091
Taxa de imposto	22,50%	22,50%
Derrama s/ mat. colectável	1,50%	1,50%
IRC	21,00%	21,00%
Imposto esperado	2 581 024	1 016 120
Ajustamentos:		
Multas fiscais e não fiscais	-188	-
Aumento/(Redução) Provisões	-6 082 704	6 082 704
Aplicação MEP	-5 440 755	-10 645 035
Prejuízo para efeitos fiscais	-52 428	-46 241
Tributação autónoma	-	-
Imposto sobre o rendimento	-	-
Taxa efectiva de imposto	0,00%	0,00%

16. RESULTADO POR ACÇÃO

O cálculo do resultado básico por acção baseia-se no lucro atribuível aos accionistas ordinários, dividido pela média ponderada de acções ordinárias no período, excluindo acções ordinárias compradas e detidas como acções próprias.

	2017	2016
Resultado Líquido do Período	11 470 219	4 516 091
Nº médio de acções ordinárias	20 000 000	20 000 000
Resultado por acção básico	0,57	0,23

O resultado diluído por acção é igual ao resultado básico por acção, devido à inexistência de instrumentos financeiros que venham a originar a diluição do capital social no futuro.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

A actividade global da Farminveste SGPS encontra-se descrita no Relatório de Gestão, considerado parte integrante deste Relatório e Contas referente ao exercício de 2017.

As presentes Demonstrações Financeiras foram aprovadas e autorizada a sua emissão, pelo Conselho de Administração em 17 de Abril de 2018, e serão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Accionistas. Após essa aprovação as contas não poderão ser alteradas.

18. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Não ocorreram outros factos ou eventos subsequentes à data da posição financeira e que devessem ser registados ou divulgados nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2017.

Lisboa, 17 de Abril de 2018

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS (CONTAS CONSOLIDADAS)

Exercício de 2017

Nota introdutória:

Salvo se em contrário expresso, os valores apresentados nas Demonstrações Financeiras, bem como nos respectivos anexos, são expressos em Euros (€)

Demonstração da Posição Financeira (Contas Consolidadas)

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

Rubricas	Notas		
		31/12/2017	31/12/2016
ACTIVO			
Activo não corrente		324 849 858	320 996 403
Activos fixos tangíveis	6	93 278 527	94 097 423
Propriedades de investimento	8	15 051 411	17 130 659
Goodwill	10	121 093 503	120 546 012
Activos intangíveis	11	46 504 190	41 247 858
Participações financeiras - métodos da equivalência patrimonial	12	26 800 533	23 590 020
Outros activos financeiros	12 e 15	5 113 812	7 383 993
Outras contas a receber	15	5 856 182	5 988 962
Activos por impostos diferidos	13	11 151 699	11 011 476
Activo corrente		187 713 342	180 242 660
Inventários	14	53 941 075	51 833 361
Clientes	15	87 518 433	88 517 908
Estado e outros entes públicos	15	2 110 956	4 920 810
Outras contas a receber	15	18 895 396	15 144 056
Diferimentos	16	4 914 727	3 314 497
Activos não correntes disponíveis para venda	9	1 511 500	832 500
Ativos operações descontinuadas	29	86 371	338 908
Caixa e depósitos bancários	4	18 734 885	15 340 620
Total do activo		512 563 200	501 239 063
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio		169 089 561	155 960 954
Capital realizado	18	100 000 000	100 000 000
Reservas legais	18	523 137	297 332
Resultados Transitados	18	1 761 190	-2 529 096
Ajustamentos em activos financeiros	18	-1 967 140	-4 072 650
Resultado líquido do período		11 470 218	4 516 091
Total capital Próprio atribuível à Empresa-mãe		111 787 404	98 211 677
Interesses minoritários	18	57 302 156	57 749 277
Passivo			
Passivo não corrente		154 444 606	137 559 444
Provisões	19	14 205 374	20 336 214
Financiamentos obtidos	20	131 793 365	108 041 335
Instrumentos financeiros derivados	17	751	2 071
Passivos por impostos diferidos	13	7 598 199	8 051 025
Outras contas a pagar	15	846 917	1 128 799
Passivo corrente		189 029 033	207 718 665
Fornecedores	15	69 783 172	68 221 426
Estado e outros entes públicos	15	5 805 312	5 319 691
Financiamentos obtidos	20	77 214 566	102 199 892
Outras contas a pagar	15	30 329 046	26 453 656
Diferimentos	16	5 728 696	5 094 356
Passivos operações descontinuadas	29	168 240	429 644
Total do passivo		343 473 640	345 278 109
Total do capital próprio e do passivo		512 563 200	501 239 063

Lisboa, 17 de Abril de 2018

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração dos Resultados Por Natureza (Contas Consolidadas)

Dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

Rendimentos e Gastos	Notas		
		31-12-2017	31-12-2016
Vendas e serviços prestados	21	702 709 016	700 636 690
Subsídios à exploração	21	155 406	138 567
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	12	7 683 262	7 175 694
Trabalhos para a própria entidade	11	4 390 436	2 747 218
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	14	-563 777 380	-562 767 094
Fornecimentos e Serviços externos	22	-64 442 955	-57 794 974
Gastos com o pessoal	23	-56 610 298	-53 210 794
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	14	-435 461	-73 224
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15	5 568 044	5 150 690
Provisões (aumentos/reduções)	19	6 541 989	-4 645 729
Aumentos/reduções de justo valor	24	-408 697	170 849
Outros rendimentos e ganhos	25	1 961 777	2 343 230
Outros gastos e perdas	26	-5 364 010	-4 447 471
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		37 971 129	35 423 652
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	27	-7 148 314	-5 839 568
Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	6	-314 964	-307 170
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		30 507 851	29 276 914
Juros e rendimentos similares obtidos	21 e 28	811 699	1 262 216
Juros e gastos similares suportados	28	-8 379 409	-9 061 425
Resultado antes de impostos		22 940 141	21 477 705
Imposto sobre o rendimento do período	13	-4 258 742	-5 950 866
Resultado líquido do período		18 681 399	15 526 839
Perdas com operações descontinuadas	30	31 124	-2 170 584
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe	31	11 470 218	4 516 091
Interesses minoritários	18	7 242 306	8 840 164
Total		18 712 524	13 356 255

Lisboa, 17 de Abril de 2018

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração do Rendimento Integral (Contas Consolidadas)

Dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

	Notas	
	31-12-2017	31-12-2016
valores em Euros		
Resultado Líquido do Período	11 470 218	4 516 091
Outros	-	-
Outro rendimento integral do período	11 470 218	4 516 091
Total rendimento integral do período	11 470 218	4 516 091

Lisboa, 17 de Abril de 2018

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração dos Fluxos De Caixa (Contas Consolidadas)

Dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

Rubricas	Notas	31-12-2017	31-12-2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		777 808 990	759 925 731
Pagamentos a fornecedores		-685 539 794	-671 110 715
Pagamentos ao pessoal		-48 350 034	-46 660 280
Caixa gerada pelas operações		43 919 162	42 154 736
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-5 278 198	-9 744 319
Outros recebimentos/pagamentos		-16 540 950	-12 726 369
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		22 100 013	19 684 048
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-2 634 164	-7 657 676
Activos intangíveis		-3 808 641	-2 941 974
Investimentos financeiros		-2 549 588	-619 519
Dividendos		-148 500	-77 241
Outros activos		-3 503	-3 547
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		556 600	4 496
Investimentos financeiros		-	4 350 000
Outros activos		4 064	-
Subsídios ao investimento		43 327	116 009
Juros e rendimentos similares		626 829	755 463
Dividendos		6 180 000	3 422 400
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-1 733 575	-2 651 588
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		511 838 168	371 371 240
Outras operações de Financiamento		4 147	380 328
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-514 368 090	-354 108 050
Juros e gastos similares		-8 176 728	-8 747 767
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-20 400 000
Outras operações de financiamento		-6 198 529	-5 725 602
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-16 806 532	-17 229 851
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		3 559 906	-197 391
Efeito das diferenças de câmbio		-165 640	148 198
Caixa e seus equivalentes no início do período		15 340 620	15 599 980
Alteração de perímetro		-	-210 169
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	18 734 885	15 340 620

Lisboa, 17 de Abril de 2018

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração das Alterações No Capital Próprio (Contas Consolidadas)

Dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

Descrição	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe					Total	Interesses minoritários	Total do Capital próprio
	Capital realizado	Reserva legal	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Resultado líquido do período			
Posição no início do período 2017	100 000 000	297 332	-2 529 096	-4 072 650	4 516 091	98 211 677	57 749 277	155 960 954
Alterações no período								
Outras operações	-	225 805	4 290 286	-	-4 516 091	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	2 105 510	-	2 105 510	-7 689 427	-5 583 916
	-	225 805	4 290 286	2 105 510	-4 516 091	2 105 510	-7 689 427	-5 583 916
Resultado líquido do período					11 470 218	11 470 218	7 242 306	18 712 523
Resultado integral					11 470 218	11 470 218	7 242 306	18 712 523
Outras operações	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período 2017	100 000 000	523 137	1 761 190	-1 967 140	11 470 218	111 787 404	57 302 156	169 089 561

Descrição	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe					Total	Interesses minoritários	Total do Capital próprio
	Capital realizado	Reserva legal	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Resultado líquido do período			
Posição no início do período 2016	100 000 000	297 332	1 205 143	-3 867 846	-4 665 577	92 969 052	77 922 524	170 891 577
Alterações no período								
Outras operações	-	-	931 337	-204 804	-	726 534	-29 013 411	-28 286 877
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-4 665 577	-	4 665 577	-	-	-
	-	-	-3 734 239	-204 804	4 665 577	726 534	-29 013 411	-28 286 877
Resultado líquido do período					4 516 091	4 516 091	8 840 164	13 356 254
Resultado integral					4 516 091	4 516 091	8 840 164	13 356 254
Operações com detentores do capital no período								
Outras operações	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período 2016	100 000 000	297 332	-2 529 096	-4 072 650	4 516 091	98 211 677	57 749 277	155 960 954

Lisboa, 17 de Abril de 2018

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Anexo às Demonstrações Financeiras (Contas Consolidadas)

Exercício de 2017

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Farminveste, S.G.P.S., S.A. (Farminveste, SGPS) foi constituída em Setembro de 2010, tendo por objecto a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas. A sua sede social é na Travessa de Santa Catarina n.º. 8, 1200-403 Lisboa, e está registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número 509 491 480. O seu Capital Social está representado por 20.000.000 de acções de categoria A e B (6.000.000 e 14.000.000 respectivamente), no valor nominal de €5,00, de natureza escritural e nominativa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro, efectivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2016, conforme adoptadas na União Europeia. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”) emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respectivas interpretações - IFRIC e SIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standing Interpretation Committee (“SIC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “IFRS”.

Consequentemente, em cumprimento das disposições do IAS 1, a Empresa declara que estas demonstrações financeiras e respectivo anexo cumprem, para estes efeitos, as disposições dos IAS/IFRS tal como adoptados pela União Europeia (“UE”), em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2017.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2017 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores do exercício de 2016.

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS (IAS 16)

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição revalorizado (deemed cost) de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, de acordo com quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Equipamento básico:	de 1 a 20 anos
Equipamento de transporte:	de 4 a 6 anos
Equipamento administrativo:	de 4 a 8 anos
Outros activos fixos tangíveis:	de 1 a 25 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

LOCAÇÕES (IAS 17)

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos locados; e, (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à sua posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados e de outro rendimento integral do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

GOODWILL (IFRS 3)

As diferenças entre o custo de aquisição das subsidiárias e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição (ou durante um período de 12 meses após aquela data), se positivas, são registadas na rubrica de Goodwill (caso respeite a empresas do Grupo) ou incluídas na rubrica de participações financeiras em empresas associadas (caso respeite a empresas associadas), se negativas, são registadas de imediato em resultados do exercício.

O Goodwill originado em aquisições anteriores à data de transição para IFRS, foi mantido pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (“deemed cost”) àquela data, e foi objecto de testes de imparidade à data das demonstrações financeiras. O “Goodwill” deixou de ser amortizado a partir daquela data sendo, contudo, sujeito, pelo menos anualmente, a um teste de imparidade para verificar se existem perdas de imparidade.

O Goodwill é sujeito a testes de imparidade, numa base anual e é relevado ao custo, deduzido de perdas de imparidade acumuladas. Ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o valor do goodwill referente à mesma.

Qualquer perda por imparidade é registada imediatamente na demonstração da posição financeira como dedução ao valor do activo e na demonstração de resultados na rubrica de Amortizações, depreciações e perdas por imparidade, não sendo posteriormente revertida.

Para efeitos de realização de testes de imparidade o goodwill é alocado às unidades geradoras de fluxos de caixa a que respeita. Cada uma dessas unidades geradoras de fluxos de caixa representa o investimento, do Grupo, em cada uma das áreas de negócio em que o mesmo opera, sendo o valor de uso determinado pela actualização dos fluxos de caixa futuros estimados para cada unidade geradora de caixa.

ACTIVOS INTANGÍVEIS (IAS 38)

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os activos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao activo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

Os activos sem vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objecto de testes de imparidade anuais.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são suportadas.

As amortizações de um activo intangível com vida útil finita são calculadas, após a data de início de utilização, de acordo com o modelo de consumo dos benefícios económicos. Quando o referido modelo não puder ser determinado, após o início de utilização dos bens, utiliza-se o método da linha recta (*ou outro*) em conformidade com o período de vida útil estimado, tendo em consideração o valor residual.

ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS (IFRS 5)

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda se o seu valor de Balanço apenas for recuperado através de uma alienação e não através do uso continuado. Os activos têm de estar disponíveis para venda imediata nas suas condições actuais, a venda tem de ser altamente provável, a Administração/Gerência tem de estar comprometida a executar tal venda e a alienação deverá ocorrer previsivelmente num período de 12 meses.

Os activos não correntes classificados como detidos para venda são registados pelo mais baixo entre o seu valor de Balanço e o justo valor dos mesmos, deduzido dos gastos expectáveis com a sua venda.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na Demonstração dos resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa a que o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na Demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO (IAS 40)

Os activos fixos tangíveis são classificados como propriedades de investimento quando detidos com o objectivo de valorização do capital e/ou obtenção de rendas.

Os activos da empresa que se qualificam como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos, quando for provável que os futuros benefícios económicos que estejam associados à propriedade de investimento fluirão para a entidade e o custo da propriedade de investimento possa ser valorizado com fiabilidade.

Os custos suportados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais, para além do inicialmente estimado, são capitalizadas na rubrica de Propriedades de investimento.

INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS (IFRS 11)

Os investimentos em entidades conjuntamente controladas e associadas (participações superiores a 20%) são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção do Capital próprio dessas entidades, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial.

O excesso entre o custo de aquisição e o valor proporcional à participação da Entidade no Capital próprio dessas entidades à data da sua aquisição é reconhecido como goodwill. O goodwill é registado como activo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado separadamente na posição financeira. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de goodwill são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como gasto na Demonstração dos resultados do período e não pode ser susceptível de reversão posterior.

Quando a subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada, apresenta Capital próprio negativo ou nulo, o investimento é registado por valor nulo.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos são ajustados anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos dessas entidades por contrapartida de ganhos ou perdas do período. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas entidades são registados como uma diminuição do valor dos investimentos, no período em que são atribuídos.

INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO (IFRS 10)

As principais políticas contabilísticas resumem-se como segue:

Subsidiárias

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método da compra.

O custo de uma aquisição é valorizado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos assumidos na data de aquisição mais o custo directamente atribuível à aquisição. Os activos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são valorizados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses minoritários. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do grupo dos activos identificáveis adquiridos é registado como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente na Demonstração dos resultados.

As transacções internas, os saldos e os ganhos e perdas não realizados em transacções entre empresas do grupo são eliminados.

As políticas contabilísticas das subsidiárias, sempre que necessário, são alteradas de forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

Associadas

Estas participações financeiras são inicialmente reconhecidas ao custo e consolidadas pelo Método da Equivalência Patrimonial.

O investimento do Grupo em associadas inclui o goodwill (deduzido de perdas acumuladas de imparidade) identificado na aquisição.

A participação do Grupo nos ganhos e perdas das suas associadas após a aquisição é reconhecida na Demonstração dos resultados e a quota-parte nos movimentos das reservas após aquisição é reconhecida em reservas por contrapartida do valor contabilístico do investimento financeiro. Quando a participação no Grupo nas perdas da associada igualar ou ultrapassar o investimento na associada, o Grupo deixa de reconhecer perdas adicionais, excepto se tiver assumido obrigações ou efectuado pagamentos em nome da associada.

Os ganhos não realizados em transacções com as associadas são eliminados na extensão da participação do Grupo nas associadas. Perdas não realizadas são também eliminadas, excepto se a transacção revelar evidência de imparidade de um bem transferido.

As políticas contabilísticas das associadas, sempre que necessário, são alteradas de forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (IAS 23)

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os juros de empréstimos obtidos directamente atribuíveis à aquisição ou construção de activos são capitalizados como parte do custo desses activos. A empresa considera que um activo elegível para capitalização é um activo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados.

INVENTÁRIOS (IAS 2)

Os inventários incluem, essencialmente, matérias-primas, material de embalagem, produto intermédio e produto acabado e encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efectuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respectiva diferença.

O método de custeio dos inventários adoptado pela Empresa consiste no custo médio ponderado.

RÉDITO (IAS 18)

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com as prestações de serviços.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser valorizados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (IAS 12)

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Entidade de acordo com as regras fiscais em vigor; o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respectivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos activos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos apenas quando existem expectativas razoáveis de obtenção de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efectuado um recálculo desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em Capital próprio, situação em que o imposto diferido é também relevado na mesma rubrica.

Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

SUBSIDIOS (IAS 20)

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os gastos incorridos.

ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (IFRS 7)

Activos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respectiva relação contratual.

Os activos e passivos financeiros ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas incluem: Clientes; Outros créditos a receber; Estado e outros entes públicos; Fornecedores; Financiamentos obtidos; e Outras dívidas a pagar.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efectiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro.

Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros utilizados pela Empresa respeitam a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos bancários obtidos, correspondente essencialmente a “swaps” de taxa de juro.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados pela Empresa são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. Em cada data de relato são remensurados ao justo valor, sendo o correspondente ganho ou perda de remuneração registado por contrapartida da rubrica de Reserva de cobertura no capital próprio, sendo transferido para resultados quando a posição coberta afectar resultados.

Um instrumento financeiro derivado é apresentado como não corrente se a sua maturidade remanescente for superior a 12 meses e não for expectável a sua realização ou liquidação nesse prazo.

IMPARIDADE DE ACTIVOS (IAS 36)

À data da posição financeira é efectuada uma avaliação da existência objectiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os activos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do activo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade, e efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os activos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Periodizações

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar e Diferimentos.

Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados na demonstração da posição financeira, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (IAS 19)

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social, ausências permitidas a curto prazo. Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

Benefícios de cessação de emprego: a Entidade reconhece os gastos com rescisões de contratos de trabalho, por:

- Existir compromisso da Entidade; ou
- Ter terminado emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Ter concedido benefícios de rescisão de contratos de trabalho como resultado de uma oferta efectuada para incentivar a rescisão de contrato de trabalho.

EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO (IAS 21)

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transacção.

À data de fecho é efectuada a actualização cambial de saldos (itens monetários) em aberto, aplicando a taxa de câmbio em vigor a essa data. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do Balanço, são registadas como rendimentos e/ou gastos na Demonstração dos resultados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para euros de demonstrações financeiras de entidades participadas denominadas em moeda estrangeira são incluídas no capital próprio, na rubrica Outras reservas.

ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (IAS 10)

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2. Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. As estimativas foram determinadas com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso e bem assim na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela IAS 8. Os principais pressupostos utilizados nas estimativas utilizadas pela Empresa, encontram-se divulgadas nas notas correspondentes do anexo.

3.3. Novas normas, alterações e interpretações a normas existentes

Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício económico da Empresa iniciado em 1 de Janeiro de 2017:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda à IAS 12 - Reconhecimento de impostos diferidos activos por perdas não realizadas	1-Jan-17	Esta emenda vem clarificar as condições de reconhecimento e mensuração de activos por impostos resultantes de perdas não realizadas
Emenda à IAS 7 - Divulgações	1-Jan-17	Esta emenda vem introduzir divulgações adicionais relacionadas com os fluxos de caixa de actividades de financiamento.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Empresa no exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, decorrente da adopção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	1-Jan-18	Esta norma insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de activos e passivos financeiros, ao método de cálculo de imparidade e à aplicação das regras de contabilidade de cobertura.
IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes	1-Jan-18	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 - Rédito, IAS 11 - Contratos de construção; IFRIC 13 - Programas de fidelização; IFRIC 15 - Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 - Transferências de Activos Provenientes de Clientes e SIC 31 - Rédito - Transacções de troca directa envolvendo serviços de publicidade.
Clarificações sobre a IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes	1-Jan-18	Estas alterações vêm introduzir diversas clarificações na norma com vista a eliminar a possibilidade de surgirem interpretações divergentes de vários tópicos.
Emenda à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9, Instrumentos financeiros, com a IFRS 4, Contratos de seguros	1-Jan-18	Esta emenda proporciona orientações sobre a aplicação da IFRS 4 em conjunto com a IFRS 9. A IFRS 4 será substituída com a entrada em vigor da IFRS 17.

IFRS 16 - Locações	1-Jan-19	Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 - Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de activos e passivos para todos os contratos de locação, excepto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre activos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.
--------------------	----------	--

Estas normas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adoptadas pela Empresa em 2017, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória. Caso as mesmas tivessem sido adoptadas no corrente exercício não se estima que decorressem impactos significativos nas demonstrações financeiras anexas.

Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adoptadas pela União Europeia

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 17 - Contratos de Seguros	1-Jan-21	Esta norma estabelece, para os contratos de seguros dentro do seu âmbito de aplicação, os princípios para o seu reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. Esta norma substitui a norma IFRS 4 - Contratos de Seguros.
Emenda à IFRS 2: Classificação e medida das transacções de pagamentos em acções	1-Jan-18	Esta emenda vem introduzir diversas clarificações na norma relacionadas com: (i) o registo de transacções de pagamentos com base em acções que são liquidadas com caixa; (ii) o registo de modificações em transacções de pagamentos com base em acções (de liquidadas em caixa para liquidadas com instrumentos de capital próprio); (iii) a classificação de transacções com características de liquidação compensada.
Emenda à IAS 40: Transferências de propriedades de investimento	1-Jan-18	Esta emenda clarifica que a mudança de classificação de ou para propriedade de investimento apenas deve ser feita quando existem evidências de uma alteração no uso do activo.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2014-2016)	1-Jan-18 com excepção das alterações à IFRS 12, cuja data de aplicação é 1-Jan-17	Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspectos relacionados com: IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro: elimina algumas isenções de curto prazo; IFRS 12 - Divulgação de interesses noutras entidades: clarifica o âmbito da norma quanto à sua aplicação a interesses classificados como detidos para venda ou detidos para distribuição ao abrigo da IFRS 5; IAS 28 - Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos: introduz clarificações sobre a mensuração a justo valor por resultados de investimentos em associadas ou joint ventures detidos por sociedades de capital de risco ou por fundos de investimento.

Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2015-2017)	1-Jan-19	Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspectos relacionados com: IFRS 3 - Concentração de actividades empresariais: requer remensuração de interesses anteriormente detidos quando uma entidade obtém controlo sobre uma participada sobre a qual anteriormente tinha controlo conjunto; IFRS 11 - Empreendimentos conjuntos: clarifica que não deve haver remensuração de interesses anteriormente detidos quando uma entidade obtém controlo conjunto sobre uma operação conjunta; IAS 12 - Impostos sobre o rendimento: clarifica que todas as consequências fiscais de dividendos devem ser registadas em resultados, independentemente de como surge o imposto; IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos: clarifica que a parte do empréstimo directamente relacionado com a aquisição/construção de um activo, em dívida após o correspondente activo ter ficado pronto para o uso pretendido, é, para efeitos de determinação da taxa de capitalização, considerada parte integrante dos financiamentos genéricos da entidade.
Emenda à IFRS 9: características de pagamentos antecipados com compensação negativa	1-Jan-19	Esta emenda vem permitir que activos financeiros com condições contratuais que prevêm, na sua amortização antecipada, o pagamento de um montante considerável por parte do credor, possam ser mensurados ao custo amortizado ou a justo valor por reservas (consoante o modelo de negócio), desde que: (i) na data do reconhecimento inicial do activo, o justo valor da componente da amortização antecipada seja insignificante; e (ii) a possibilidade de compensação negativa na amortização antecipada seja única razão para o activo em causa não ser considerado um instrumento que contempla apenas pagamentos de capital e juros.
Emenda à IAS 28: Investimentos de longo prazo em associadas e acordos conjuntos	1-Jan-19	Esta emenda vem clarificar que a IFRS 9 deve ser aplicada (incluindo os respectivos requisitos relacionados com imparidade) a investimentos em associadas e acordos conjuntos quando o método da equivalência patrimonial não é aplicado na mensuração dos mesmos.
IFRIC 23 - Incertezas no tratamento de imposto sobre o rendimento	1-Jan-19	Esta interpretação vem dar orientações sobre a determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento.
IFRIC 22 - Transacções em moeda estrangeira incluindo adiantamentos para compra de activos	1-Jan-18	Esta interpretação vem estabelecer a data do reconhecimento inicial do adiantamento ou do rendimento diferido como a data da transacção para efeitos da determinação da taxa de câmbio do reconhecimento do rédito.

Estas normas não foram ainda adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Empresa no exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não se estima que da futura adopção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

4 - FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo através do método directo. Na rubrica de caixa e equivalentes de caixa estão considerados os investimentos vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A rubrica Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 detalha-se conforme se segue:

Descrição	2017	2016
Caixa	15 933	12 044
Depósitos à ordem	17 951 260	15 325 076
Depósitos a prazo	767 692	3 500
Total de caixa e depósitos bancários	18 734 885	15 340 620

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (1) actividades operacionais; (2) actividades de financiamento; e (3) actividades de investimento. As actividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de imposto sobre o rendimento e de impostos indirectos líquidos. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de activos imobilizados. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e pagamentos relacionados com juros e despesas relacionadas.

5 - PARTES RELACIONADAS

Relacionamentos com Empresa-mãe

Nome da empresa-mãe imediata:	Associação Nacional das Farmácias
Nome da empresa-mãe controladora final:	Associação Nacional das Farmácias

Como referido na Nota 1, A Farminveste SGPS é actualmente detida em 90,33% pela Associação Nacional das Farmácias (ANF), estando os restantes 9,67% distribuídos pelos restantes accionistas.

Remuneração dos membros dos órgãos sociais

No ano de 2017, as remunerações pagas dos órgãos sociais das empresas do Grupo Farminveste SGPS foram €2.072.336.

Informação complementar sobre as remunerações dos Corpos Sociais e Quadros Dirigentes da ANF e Empresas Subsidiárias

Mapa com a identificação dos titulares dos órgãos sociais, remunerados e não remunerados e a indicação da remuneração mensal média e global em 31-03-2018

Situação em 31-03-2018		
Nome	R/NR	Legenda: R - Remunerado; NR - Não Remunerado

1. ANF

1.1 Órgãos Sociais		
Direcção	Paulo Cleto Duarte	NR
	Vítor Segurado	NR
	Nuno Vasco Lopes	NR
	Ana Cristina Gaspar	NR
	Pedro Ferreira	NR
	Silvia Rodrigues	NR
	Tiago Galvão	NR
	Joana Carvalho	NR
	Duarte Santos	NR
	suplente Sofia Boavida	NR
	suplente Cátia Sousa Marques	NR
Mesa Assembleia Geral	João Silveira	NR
	Luis Matias	NR
	Isabel Laranjeira Pais	NR
	Fernando Monteiro	NR

Conselho Fiscal	Nuno Barros	NR
	Madalena Nunes de Sá	NR
	Carlos Paula	NR
Conselho Disciplinar	Helena Amado	NR
	Rui Novo da Silva	NR
	Francisco Matos Ferreira	NR
	José Furtado	NR
	suplente Lara Nicolau	NR
suplente Marcos Marques	NR	
Fiscal Único	Oliveira, Reis & Associados	R

1.2 Executive Leadership Team

Paulo Cleto Duarte	NR
Abel Mesquita	R
Nuno Flora	R
Humberto Martins	R
Bonifácio Lopes	R
Miguel Lança	R
Joaquim Fausto Ferreira	R
Pedro Ferreira	NR
Duarte Castelo Branco	NR
Nuno Vasco Lopes	NR
Tiago Galvão	NR
João Norte	NR
Tiago Sopas	NR

remuneração mensal global	62 266,03 €
nº de colaboradores remunerados	6
remuneração mensal média	10 377,67 €

2. FINANFARMA
Integra a gestão das seguintes empresas:
Farminveste 2 SGPS Lda
Finanfarma SA
2.1 Órgãos Sociais

Conselho de Administração	Paulo Duarte	NR
	Vítor Segurado	NR
	Tiago Sopas (Comissão Executiva)	R
	Bonifácio Lopes (Comissão Executiva)	R
	Gonçalo Coutinho (Comissão Executiva)	R

remuneração mensal global CE	22 500,00 €
nº de colaboradores remunerados	3
remuneração mensal média	7 500,00 €

Mesa Assembleia Geral	Miguel Silvestre	NR
	Filipe Infante	NR
Fiscal Único	Oliveira, Reis & Associados	R

3. FARMINVESTES SGPS
Integra a gestão das seguintes empresas:
3.1 Órgãos Sociais

Conselho de Administração	Paulo Duarte	NR
	Vítor Segurado	R *
	Nuno Vasco Lopes	NR
	Ana Cristina Gaspar	R *
	Pedro Ferreira	NR
	Tiago Galvão	NR
	Francisco Faria	R *
	Augusto Meneses	R *
Abel Mesquita	NR	
Mesa Assembleia Geral	Helena Amado	NR
	Victor Réfega Fernandes	NR
	Fernando Monteiro	NR
Conselho Fiscal	Nuno Barros	NR
	Carlos Paula	NR
	Oliveira, Reis & Associados	R
Comissão de Remunerações	João Cordeiro	NR
	José Tavares Moreira	NR
	Luis Pereira da Silva	NR

Farminveste SGPS SA
Farminveste IPG SA
Farminveste 3 SGPS Lda
Globalvet Lda
Farbiowell
Cuidafarma
GO FAR Insurance
Imofarma FEIF

* remuneração dos administradores não executivos de 1.000 € mensais

3.2 Executive Leadership Team

Paulo Cleto Duarte	R
Abel Mesquita	NR
Nuno Flora	NR
Humberto Martins	NR
Bonifácio Lopes	NR
Miguel Lança	NR
Joaquim Fausto Ferreira	NR
Pedro Ferreira	R
Duarte Castelo Branco	R
Nuno Vasco Lopes	NR
Tiago Galvão	NR
João Norte	NR
Tiago Sopas	NR

remuneração mensal global	34 000,00 €
nº de colaboradores remunerados	3
remuneração mensal média	11 333,33 €

4. GLINTT
4.1 Órgãos Sociais

Conselho de Administração	Luis Matias	R *
	Vítor Segurado	R *
	Ana Cristina Gaspar	R *
	Miguel Lança	R *
	Nuno Vasco Lopes (Comissão Executiva)	R
	Henrique Moreira (Comissão Executiva)	R
	Luis Cocco (Comissão Executiva)	R
	João Paulo Cabecinha (Comissão Executiva)	R
	Nuno Fórneas (Comissão Executiva)	R
	Filipa Fixe (Comissão Executiva)	R
Dario Martins (Comissão Executiva)	R	

remuneração mensal global CE	70 042,50 €
nº de colaboradores remunerados	7
remuneração mensal média	10 006,07 €

Mesa Assembleia Geral	José Tavares Moreira	R **
	José Ponte Zeferino	R **
Conselho Fiscal	Fernando Monteiro	NR
	João Lopes Ribeiro	NR
	Avelino Azevedo Antão	R **
Comissão de Remunerações	João Cordeiro	NR
	Luis Pereira da Silva	R **
	Victor Refega Fernandes	R **

* remuneração dos administradores não executivos de 1.000 € mensais

** a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, da Assembleia Geral e da Comissão de Remunerações varia entre 750 € a 4.000 € anuais

5. Alliance Healthcare
5.1 Órgãos Sociais

Conselho de Administração	Abel Mesquita	NR
	Juan Guerra	NR
	Wolfgang Maehr	NR
	Vítor Segurado	NR
	Tiago Galvão	NR
Mesa Assembleia Geral	Victor Réfega Fernandes	NR
	Nuno Sapateiro	NR
Conselho Fiscal	Carlos Corte-Real Pereira	R **
	Carlos Grenha	R **
	Fernando Magarreiro	R **

** remuneração dos membros do Conselho Fiscal de 750 € por reunião

5.2 Comissão Executiva

	Tiago Galvão	R
	Artur Carvalho	R
	Hugo Ramos	R
	Manuel Cordeiro	R
	César Santos	R

remuneração mensal global	38 618,15 €
nº de colaboradores remunerados	5
remuneração mensal média	7 723,63 €

Integra a gestão das seguintes empresas:

Glintt - Global Intelligent Technologies SA
 Glintt - Business Solutions Lda
 Glintt - Healthcare Solutions SA
 Glintt Inov SA
 Glintt España SL
 Pulso Informática SL
 Consoft SAU
 Farmasoft SL
 Qwerty Informatica SL
 QwertyFarma SL
 Glintt Brasil Ltda
 Glintt Angola Lda
 Glintt Ireland Ltd
 Glintt UK Ltd

Integra a gestão das seguintes empresas:

Alliance Healthcare SA
 Alliance Healthcare SGPS Lda
 Almus Lda
 Alloga Lda
 Alliance Healthcare Açores SA

6. HMR

6.1 Órgãos Sociais		
Conselho de Administração	Paulo Duarte	NR
	Vítor Segurado	NR
	Abel Mesquita	NR
	João Norte	NR
Fiscal Único	Oliveira, Reis & Associados	R

Integra a gestão das seguintes empresas:

HMR International
HMR Portugal Lda
HMR Espanha SL
HMR Irlanda Ld
HMR Alemanha GmbH

6.2 Comissão Executiva		
	João Norte	R
	Carlos Mocho	R
	Mário Castro	R
	António Ventura	R

remuneração mensal global	41 698,11 €
nº de colaboradores remunerados	4
remuneração mensal média	10 424,53 €

7. FARMINVESTE 4 SERVIÇOS

7.1 Órgãos Sociais		
Conselho de Administração	Vítor Segurado	R *
	Ana Cristina Gaspar	R *
	Nuno Flora	NR
	Bonifácio Lopes	NR
	Henrique Moreira	NR
	Miguel Lança	NR
	Luis Cocco	NR
Fiscal Único	Oliveira, Reis & Associados	R

* remuneração dos administradores não executivos de 1.000 € mensais

8. INFOSAÚDE

8.1 Órgãos Sociais		
Gerência	Silvia Rodrigues	R *
	Joana Carvalho	R *
	Duarte Santos	R *
	Célia Sofia Boavida	R *
	Cátia Sousa Marques	R *
Fiscal Único	Oliveira, Reis & Associados	R

* remuneração igual à dos administradores não executivos de 1.000 € mensais

Mapa resumo da evolução da remuneração mensal média e global de 2010 a 2018

Comissões Executivas:	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	31/03/2018
ANF									
remuneração mensal global	69 070,76	69 070,76	69 070,76	53 787,21	70 287,21	54 799,00	49 121,93	49 121,93	62 266,03
nº de colaboradores remunerados	5	5	5	5	7	6	5	5	6
<u>remuneração mensal média</u>	13 814,15	13 814,15	13 814,15	10 757,44	10 041,03	9 133,17	9 824,39	9 824,39	10 377,67
<u>prémios anuais em função do cumprimento dos objectivos estabelecidos</u>	184 972,50	125 000,00	192 637,50	124 968,02	82 500,00	98 500,00	99 550,00	208 106,06	na
Finanfarma									
remuneração mensal global	11 727,90	16 488,86	16 488,86	12 500,00	12 500,00	12 500,00	22 500,00	22 500,00	22 500,00
nº de colaboradores remunerados	3	4	4	3	3	3	3	3	3
<u>remuneração mensal média</u>	3 909,30	4 122,22	4 122,22	4 166,67	4 166,67	4 166,67	7 500,00	7 500,00	7 500,00
<u>prémios anuais em função do cumprimento dos objectivos estabelecidos</u>	2 606,47	3 111,18	2 153,89	0,00	0,00	0,00	0,00	49 000,00	na
Farminveste									
remuneração mensal global	38 756,15	38 756,15	48 756,15	28 193,55	28 193,55	40 050,69	56 109,62	38 782,04	34 000,00
nº de colaboradores remunerados	2	2	3	2	2	4	5	4	3
<u>remuneração mensal média</u>	19 378,08	19 378,08	16 252,05	14 096,78	14 096,78	10 012,67	11 221,92	9 695,51	11 333,33
<u>prémios anuais em função do cumprimento dos objectivos estabelecidos</u>	63 000,00	250 362,05	160 498,25	40 400,00	145 524,57	281 816,38	197 921,39	135 000,00	na
Glantt									
remuneração mensal global	51 355,52	62 112,11	63 000,00	63 000,00	50 400,00	49 742,50	38 542,50	38 542,50	70 042,50
nº de colaboradores remunerados	3	4	4	4	4	4	3	3	7
<u>remuneração mensal média</u>	17 118,51	15 528,03	15 750,00	15 750,00	12 600,00	12 435,63	12 847,50	12 847,50	10 006,07
<u>prémios anuais em função do cumprimento dos objectivos estabelecidos</u>	297 500,00	466 482,16	187 529,83	0,00	102 882,00	94 453,00	0,00	226 794,00	na
Alliance Healthcare									
remuneração mensal global	42 075,18	42 075,18	55 781,96	47 281,96	47 881,90	56 086,53	36 577,37	36 577,37	38 618,15
nº de colaboradores remunerados	4	4	6	5	5	6	6	6	5
<u>remuneração mensal média</u>	10 518,80	10 518,80	9 296,99	9 456,39	9 576,38	9 347,76	6 096,23	6 096,23	7 723,63
<u>prémios anuais em função do cumprimento dos objectivos estabelecidos</u>	0,00	0,00	0,00	80 000,00	194 974,05	221 569,43	195 727,46	170 434,00	na
HMR									
remuneração mensal global									
nº de colaboradores remunerados								52 233,93	41 698,11
<u>remuneração mensal média</u>								5	4
<u>prémios anuais em função do cumprimento dos objectivos estabelecidos</u>								10 446,79	10 424,53
								131 544,87	na

na - Não atribuído à data

Saldos e Transacções entre partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os saldos e as transacções efectuadas entre as partes relacionadas são os seguintes:

Transacções / Saldos partes relacionadas 2017	Prestação de serviços	Fornecimentos e Serviços	Juros recebidos/(Pagos)	Activos tangíveis	Contas a receber	Contas a pagar	
Empresa-mãe	3 838 834	1 561 576	-	-	12 185	2 017 116	
Outras Partes Relacionadas	1 917 273	156 637	-95 288	60 000	489 118	541 102	
Transacções / Saldos partes relacionadas 2016	Prestação de serviços	Fornecimentos e Serviços	Juros recebidos/(Pagos)	Activos tangíveis	Empréstimos obtidos	Contas a receber	Contas a pagar
Empresa-mãe	2 527 984	120 099	16 097	-	352 500	565 970	260 395
Outras Partes Relacionadas	1 150 320	881 541	51 399	82 260	-	203 168	290 417

6 - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o exercício de 2017, os movimentos nas rubricas de activos fixos tangíveis e respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade foram:

Consolidado	2016	Adições	Reavaliações (Nota 24)	Alienações e abates	Transferências	Reclassificações	Acertos cambiais	2017
Terrenos e recursos naturais	2 942 384	-	-	-231 787	-	-	-	2 710 597
Edifícios e outras construções	89 920 933	1 750 728	1 743 050	-828 210	-1 473 500	-	-137 532	90 975 469
Equipamento básico	30 087 364	346 278	-	-956 545	222	-	-437	29 476 881
Equipamento de transporte	1 173 790	367 130	-	-164 505	-	-	-20 523	1 355 892
Equipamento administrativo	9 822 807	824 270	-	-895 868	2 978	-	-5 909	9 748 278
Outros activos tangíveis	1 309 759	38	-	-55 837	-	-	-3 345	1 250 615
Investimentos em curso - activos tangíveis	98 661	451 644	-	-	-83 000	-417 488	-	49 817
Activo tangível bruto	135 355 698	3 740 089	1 743 050	-3 132 753	-1 553 300	-417 488	-167 747	135 567 549
Depreciações acumuladas (Nota 27)	-40 951 105	-3 186 703	-	2 443 061	-416 272	-	88 119	-42 022 900
Perdas por imparidade e reversões acumul.	-307 170	1 703	-	39 344	-	-	-	-266 123
Depreciação acumulada	-41 258 275	-3 185 000	-	2 482 405	-416 272	-	88 119	-42 289 023
Activo tangível líquido	94 097 423	555 088	1 743 050	-650 348	-1 969 572	-417 488	-79 627	93 278 527

Os imóveis que constituem a carteira do Imofarma encontram-se classificados em três rubricas do balanço:

Activos fixos tangíveis, Propriedades de investimento e Activos não correntes detidos para venda. A sua classificação teve por base os seguintes pressupostos:

- Activos fixos tangíveis (€72,2 milhões): os imóveis arrendados que garantem um rendimento, são considerados com activos tangíveis;
- Propriedades de investimento (€15,1 milhões) (Nota 8): os terrenos e o andar da Almirante Reis constituem activos que são mantidos na carteira do fundo numa perspectiva de valorização imobiliária, sendo considerados como propriedades de investimento;
- Activos não correntes detidos para venda (€1,5 milhões): a Quinta Vale Pereiras, encontra-se classificado como activo não corrente detido para venda por ser intenção do Fundo aliená-lo (Nota 9).

Relativamente aos Activos fixos tangíveis, considerou-se que estes não deveriam ser depreciados, uma vez que, comparando os valores contabilísticos com os residuais, estes são sempre superiores, conforme estudo abaixo reproduzido.

Rendas dos activos tangíveis do IMOFARMA

Imóveis activos tangíveis do Imofarma	Valor imóvel (Contabilístico)	Renda anual 2018
Rua Luís de Almeida e Albuquerque. nº3 - Lisboa	1 977 500	165 675
CTEP - Centro Técnico Empresarial Porto - Rua Eng. Ferreira Dias, nº 718, 728, 738 e 794 - Ramalde	35 484 500	2 006 863
F. PÓLVORA - LT EIT4 - Barcarena - Oeiras	4 664 500	351 825
Rua Santa Catarina 2 e 4/Marechal Saldanha - Lisboa	15 446 300	1 196 378
QUINTA DA BELOURA-Rua do Centro Emp. Lt 307(EE-10) - Albarraque	7 538 000	860 547
Sítio da Igreja - Cero do Galo. Estrada 125	740 000	66 182
Travessa de Santa Catarina. nºs 6 e 8 - Lisboa	2 414 500	201 704
Rua Venâncio Rodrigues. 12 - Coimbra	595 000	52 521
	68 860 300	4 901 695

O valor das rendas anuais para 2018 compreende já a actualização contratualmente prevista em todos os contratos de arrendamento, assim como revisões efectuadas às mesmas efectuadas entre as partes.

Pressupostos de cálculo dos valores residuais dos imóveis

Consideram-se os imóveis activos tangíveis do Imofarma como na quase totalidade afectos ao desenvolvimento das actividades exercidas pela Farminveste e sociedades por si participadas. Nesta perspectiva, do ponto de vista do Imofarma, este rendimento é considerado como estável e permanente.

Para efeitos de determinação dos valores residuais dos imóveis que constituem activos tangíveis do Imofarma, foram considerados os pressupostos seguintes:

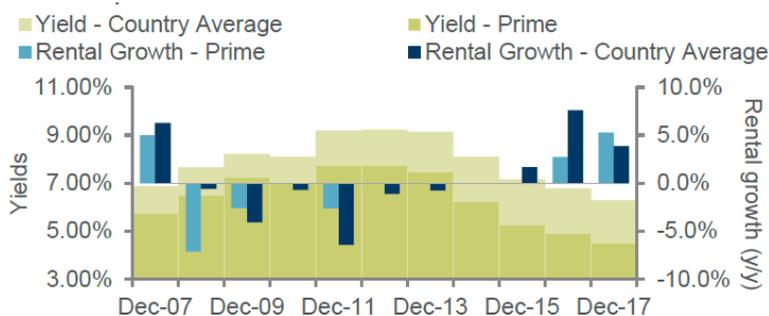
- 1) Valor anual de renda por imóvel (R) - valor que constitui o *cash-flow* anual de rendimento que permite calcular o valor global do imóvel na maturidade (valor residual), devidamente actualizado a 31 de Dezembro de 2017;

- 2) *Yield* - a *yield* representa a taxa de rendimento gerada por um activo, considerando o seu valor contabilístico; calcula-se pela divisão do valor anual da renda pelo valor contabilístico global do imóvel;
- 3) Taxa de inflação - taxa anual que representa o crescimento contínuo e generalizado dos preços dos bens junto dos consumidores, definido pelo Instituto Nacional de Estatística, indicador contratualmente definido pelo Imofarma com todos os inquilinos para actualização anual das rendas praticadas;
- 4) Perpetuidade - considerando o carácter estável e permanente dos inquilinos do IMOFARMA e do valor por estes pagos pelo arrendamento dos imóveis, o modelo financeiro para cálculo do valor residual de cada imóvel a preços de 31 de Dezembro de 2017 assenta na fórmula da perpetuidade, com crescimento das rendas à taxa de inflação:

$$Valor\ Residual_{31/12/2017} = \frac{Renda\ anual_{31/12/2018}}{(Yield - Inflação)}$$

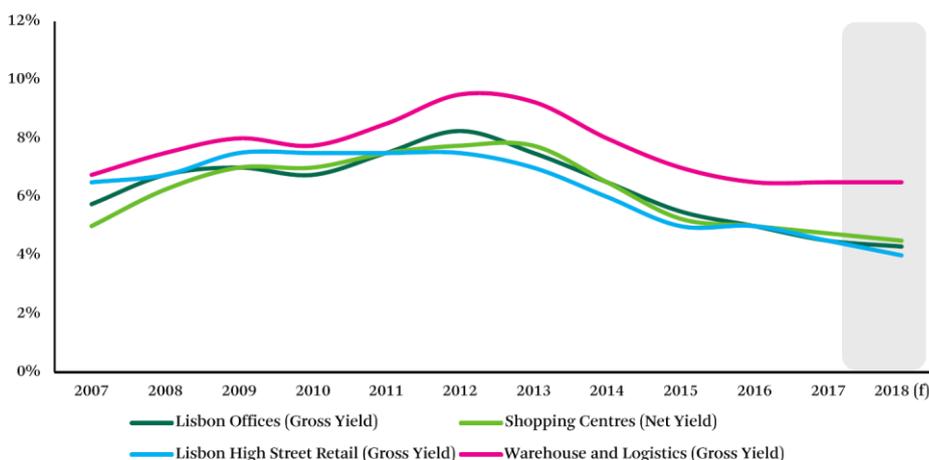
Para obtenção de valores de mercado foram tidos em consideração os relatórios “Office market View” e “Real Estate Market Outlook” da CB Richard Ellis e “Office Market Snapshot 4T17” e “Marketbeat Portugal 18 port” da Cushman & Wakefield, constando estes documentos como anexos ao presente memorando.

Em termos de yield que se está a praticar no mercado de investimento imobiliário em Lisboa, refere a C&W no seu relatório Marketbeat Portugal (pág. 30) menciona que “A correcção em baixa das yields manteve-se ao longo de 2017, ainda que de forma menos acentuada que em anos anteriores. Em Dezembro as yields prime do mercado imobiliário situavam-se nos 4,50% para escritórios, 4,90 % para centros comerciais, 4,50 % para comércio de rua e 6,25% para industrial”.



O quadro apresentado no relatório da CB Richard Ellis (pág. 10) corrobora os mesmos dados:

Figure 3: Prime Yields



Assim, para efeitos do cálculo do valor residual a preços de 31 de Dezembro de 2017 foi considerado um Yield média de 5,25%. Em termos da inflação, foi considerando um crescimento à taxa anual de 2%, valor de referência do Banco Central Europeu para o comportamento da inflação na Zona Euro a longo prazo.

Cálculo dos valores residuais dos imóveis

Considerando os pressupostos apresentados, o quadro seguinte reflecte o valor contabilístico bem como o valor residual para cada activo tangível:

Imóveis activos tangíveis do Imofarma	Valor imóvel (Contabilístico)	Renda anual 2018	Valor Residual 31-12-2017	Diferença VR-VC
Rua Luís de Almeida e Albuquerque. nº3 - Lisboa	1 977 500	165 675	5 097 692	3 120 192
CTEP - Centro Técnico Empresarial Porto - Rua Eng. Ferreira Dias, nº 718, 728, 738 e 794 - Ramalde	35 484 500	2 006 863	61 749 632	26 265 132
F. PÓLVORA - LT EIT4 - Barcarena - Oeiras	4 664 500	351 825	10 825 396	6 160 896
Rua Santa Catarina 2 e 4/Marechal Saldanha - Lisboa	15 446 300	1 196 378	36 811 646	21 365 346
QUINTA DA BELOURA-Rua do Centro Emp. Lt 307(EE-10) - Albarraque	7 538 000	860 547	26 478 359	18 940 359
Sítio da Igreja - Cero do Galo. Estrada 125	740 000	66 182	2 036 359	1 296 359
Travessa de Santa Catarina. nºs 6 e 8 - Lisboa	2 414 500	201 704	6 206 282	3 791 782
Rua Venâncio Rodrigues. 12 - Coimbra	595 000	52 521	1 616 025	1 021 025
	68 860 300	4 901 695	150 821 390	81 961 090

Conclusão

Comparando os valores contabilísticos com os residuais, conclui-se estes serem sempre superiores. Por este motivo, não devem ser consideradas políticas de amortização dos activos que iriam distorcer ainda mais o valor contabilístico dos imóveis quando comparado com o seu valor conforme demonstrado.

7 - LOCAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 o Grupo Alliance é locatário em contratos de locação financeira relacionados com edifícios e equipamento. Os bens detidos em regime de locação financeira em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 são detalhados conforme se segue:

Conta/Bem	2017			2016
	Valor Custo	Amortização	Valor Líquido	
Terrenos e recursos naturais / Armazéns Pico d'água	262 500	-	262 500	262 500
Edifícios e outras construções / Armazéns Pico d'água	787 500	-138 238	649 262	775 261
Equipamento Básico / Automatização	1 939 971	-1 875 305	64 666	258 663
Equipamento Administrativo / "Call Center"	411 606	-297 871	113 735	155 081
	3 401 577	-2 311 414	1 090 163	1 451 505

A Alliance utiliza ainda diversos escritórios e armazéns através de contratos de locação operacional, os quais consideram prazos que variam entre os 6 meses e os 15 anos (de acordo com o período inicialmente contratado), com opção de renovação. Todos estes contratos são canceláveis mediante aviso prévio e as rendas são actualizadas anualmente, com base em indicadores da inflação e/ou de mercado.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 foram reconhecidos gastos com locações operacionais, na rubrica da demonstração dos resultados "Fornecimentos e serviços externos", conforme se segue:

Classificação	2017	2016
Edifícios	2 183 443	2 427 228
Viaturas	446 315	506 874
Outros	74 100	39 816
	2 703 858	2 973 918

8 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Conforme referido na Nota 3, as propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição acrescido das despesas de compra e registo de propriedade, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. Os custos incorridos (manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades), a par dos rendimentos e rendas obtidos com propriedades de investimento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que se referem.

O Grupo tem registado na sua conta de propriedades de investimento imóveis pertencentes ao Imofarma, conforme detalhe abaixo:

Imóveis situados em Estados da União Europeia	Área (m2)	Data Aquisição	Valor Imóvel	País	Município
Terreno - Abrunheira e Linhó-Estrada de Albarraque - Quinta da Beloura	14 885	24-07-2008	4 362 000	Portugal	Sintra
Terreno - Abrunheira e Linhó-Estrada de Albarraque - Quinta da Beloura	5 932	24-07-2008	1 738 000	Portugal	Sintra
Terreno - Abrunheira e Linhó-Estrada de Albarraque - Quinta da Beloura	4 906	24-07-2008	1 438 000	Portugal	Sintra
Urbana - F. PÓLVORA - LT EIT5 - Barcarena - OEIRAS	3 370	16-05-2006	340 500	Portugal	Oeiras
Urbana - F. PÓLVORA - LT EIT6 - Barcarena - OEIRAS	3 174	16-05-2006	320 500	Portugal	Oeiras
Terreno - Quinta do Ferral - Quinta do Ferral - Santa Iria da Azoia	89 302	29-06-2009	2 135 500	Portugal	Loures
Terreno - VALE DE TOIROS - Palmela - Palmela	255 404	16-05-2006	4 426 911	Portugal	Palmela
ALMIRANTE REIS - Av. Almirante Reis, 74-E e 74-H - Lisboa	160	16-05-2006	290 000	Portugal	Lisboa
			15 051 411		

9 - ACTIVOS NÃO CORRENTES DISPONÍVEIS PARA VENDA

Durante o exercício de 2017, o imóvel sito na Rua Alto do Duque, n.º 67 e 67-A, Lisboa, propriedade do Imofarma classificado desta forma a 31 de Dezembro de 2016, foi alienado. Decorrente da política do fundo de alienação de imóveis não estratégicos, encontra-se em venda a Quinta Vale Pereiras, estando por isso esta registada a 31 de Dezembro de 2017 como activo não corrente detido para venda. O imóvel foi avaliado em €1.511.500.

10 - GOODWILL

Durante o exercício de 2017, o movimento na rubrica de Goodwill e respectivas perdas por imparidade foi conforme abaixo discriminado:

Entidade	Saldo Inicial	Aumentos	Saldo Final
José de Mello Saúde, SGPS, S.A	12 360 147	-	12 360 147
Alliance Healthcare, S.A.	16 720 236	547 491	17 267 727
Alloga Portugal - Produtos de Consumo Farmacêutica, Lda.	4 636 420	-	4 636 420
Proconfar - Produtos de Consumo e Farmacêuticos, S.A.	1 756 321	-	1 756 321
Eurociber	18 098 387	-	18 098 387
WEN	9 368 062	-	9 368 062
Sols e Solsuni	3 952 926	-	3 952 926
Bytecode	6 310 267	-	6 310 267
Glintt HS	9 813 901	-	9 813 901
Pulso Informática	3 260 281	-	3 260 281
EHC	1 472 458	-	1 472 458
Consiste - SGPS	32 796 606	-	32 796 606
Total de goodwill	120 546 012	547 491	121 093 503

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 foi reconhecido um aumento no *goodwill* pela aquisição de 2% da Alliance Healthcare, conforme se detalha abaixo:

Valor capital proprio AH a 31.12.2016	63 735 546
2% CP AH	1 274 711
Valor de aquisição	1 822 202
Goodwill apurado	547 491

Foram realizados testes de imparidade, às participadas, pelo método dos cash-flows futuros descontados, com base no Plano de Negócios de cada uma das empresas para os próximos cinco anos, não tendo sido detectadas situações de imparidade para além das atrás referidas.

11 - ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício de 2017, o movimento nas rubricas de activos intangíveis e respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade foi conforme abaixo discriminado:

Consolidado	2016	Adições	Alienações	Transferências	Acertos cambiais	2017
Intangíveis desenvolvidos internamente	14 146 906	4 249 281	-	-	-	18 396 187
Projectos de desenvolvimento	2 471 951	-	-	-	-	2 471 951
Programas de computador	8 026 924	1 424 354	-	1 096 837	-	10 548 115
Propriedade industrial	1 975 929	432 633	-	-202 706	-1 275	2 204 581
Outros activos Intangíveis	32 142 857	1 325 600	-	-	-	33 468 457
Investimentos em curso - Activos intangíveis	3 397 182	2 427 047	-	-897 331	-	4 926 898
Activo intangível bruto	62 161 750	9 858 914	-	-3 200	-1 275	72 016 189
Amortizações acumuladas (nota 27)	-20 913 892	-3 961 611	-310 536	-10 448	1 155	-25 195 332
Perdas por imparidade acumuladas	-	-316 667	-	-	-	-316 667
Amortização acumulada	-20 913 892	-4 278 278	-310 536	-10 448	1 155	-25 511 999
Activo intangível líquido	41 247 858	5 580 636	-310 536	-13 648	-120	46 504 190

As amortizações do exercício foram registadas na rubrica da demonstração dos resultados “Gastos/Reversões de depreciação e de amortização” (Nota 27).

A rubrica de Trabalhos para a própria empresa originou o reconhecimento de activos intangíveis, registados como adições do ano, no montante de €4.390.436.

No final de 2017: i) não foram identificados factores ou circunstâncias que conduzissem à definição de vidas úteis indefinidas; ii) não se encontra escriturado qualquer activo intangível que, individualmente, tenha um efeito materialmente relevante para as demonstrações financeiras consolidadas; iii) não existem activos intangíveis adquiridos por meio de um subsídio do governo e inicialmente reconhecidos pelo justo valor; iv) não existem quantias escrituradas de activos intangíveis com titularidade restringida, nem quantias escrituradas de activos intangíveis dados como garantias de passivos; v) não existem compromissos contratuais para aquisição de activos intangíveis; vi) não existem activos intangíveis contabilizados por quantias revalorizadas; e vii) não foram reconhecidos gastos relacionadas com dispêndios de pesquisa e desenvolvimento (incluindo todos os gastos por natureza que foram, face ao seu destino, classificados como gastos de pesquisa e desenvolvimento, bem como os gastos de pesquisa e desenvolvimento que foram capitalizados).

12 - PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais, proporção do capital detido e método utilizado em 31 de Dezembro de 2017 são as seguintes:

Denominação Social	Sede	Percentagem de participação	Método consolidação
Farminveste SGPS, SA	Lisboa	-	Empresa-mãe
Empresas Subsidiárias			
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	Lisboa	100,00%	Integral
Farminveste 4 - Serviços S.A.	Sintra	100,00%	Integral
Farminveste 3 - Gestão de Participações, SGPS, Lda	Lisboa	100,00% (1)	Integral
hmR - Health Market Research International, S.A.	Lisboa	100,00%	Integral
hmR - Health Market Research Portugal, Unipessoal Lda.	Lisboa	100,00%	Integral
hmR - Health Market Research - España, S.L.	Madrid	100,00%	Integral
hmR Ireland Limited	Dublin	50,00%	Integral
hmR Health Market Research Germany GmbH	Frankfurt	100,00%	Integral
Alliance Healthcare, S.A.	Porto	51,00%	Integral
Imofarma - Fundo Especial de investimento Imobiliário Fechado	Lisboa	87,53% (2)	Integral
Globalvet - Soluções e Inovação Veterinária, Lda.	Lisboa	75,00%	Integral
Glintt - Global Intelligent Technologies, SGPS, S.A.	Sintra	76,4% (3)	Integral
Farbiowell - Suplementos Alimentares, Lda.	Lisboa	51,00%	Integral
Empresas Associadas			
José de Mello Saúde, SGPS, S.A.	Lisboa	30,00%	Equivalência Patrimonial
José de Mello Residências e Serviços, SGPS, S.A.	Lisboa	30,00%	Equivalência Patrimonial
PHD	Germany	20,00%	Custo histórico
Entidades conjuntamente controladas			
Farmininsurance - Soluções e Serviços para Protecção da Saúde, S.A.	Lisboa	49,97%	Equivalência Patrimonial
Cuidafarma, Lda.	Lisboa	50,00%	Equivalência Patrimonial

(1) A percentagem de participação na FV3 é de: 99,99906%.

(2) A percentagem de participação no Imofarma é de: 87,53095%.

(3) A percentagem de participação na Glintt é de: 76,40451%

O perímetro de consolidação do exercício de 2017 sofreu a incorporação de duas novas empresas comparativamente a 2016, a Farmininsurance e a Cuidafarma. Adicionalmente, foi alterada a participação sobre a Glintt dos 75,98% para 76,4% e alterado o método de consolidação da Farbiowell, passando de equivalência patrimonial para consolidação integral.

A informação financeira disponível à data da demonstração da posição financeira das empresas participadas (subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos) resume-se como segue:

Entidades	Data de relato das Demonstrações financeiras	% de participação	Activo	Passivo	Capital próprio	Gastos	Rendimentos
Farminveste SGPS, S.A.	17 de abril de 2018	Empresa-mãe	112 220 503	433 098	111 787 405	53 241	11 523 460
Empresas Subsidiárias							
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	10 de abril de 2018	100,0%	240 215 768	103 116 092	137 099 675	28 083 163	33 523 917
Farminveste 4 - Serviços S.A.	20 de março de 2018	100,0%	4 210 368	3 003 549	1 206 819	11 222 527	11 239 845
Farminveste 3 - Gestão de Participações, SGPS, Lda	3 de abril de 2018	100,0%	57 470 316	5 988 082	51 482 234	89 295	403 891
Farbiowell - Suplementos Alimentares, Lda.	20 de fevereiro de 2018	51,0%	327 059	255 104	71 955	575 128	547 083
hmR - Health Market Research International, S.A.	27 de março de 2018	100,0%	36 273 441	22 150 536	14 122 905	19 158 592	13 717 802
Imofarma - Fundo Especial de investimento Imobiliário Fechado	23 de fevereiro de 2018	87,5%	89 976 124	25 049 301	64 926 823	2 976 916	5 110 691
Globalvet - Soluções e Inovação Veterinária, Lda.	20 de fevereiro de 2018	75,0%	322 161	217 307	104 854	1 082 726	1 035 303
Glintt - Global Intelligent Technologies, SGPS, S.A.	15 de março de 2018	76,4%	166 022 824	91 825 839	74 196 985	76 316 745	76 824 928
Alliance Healthcare, S.A.	19 de março de 2018	51,0%	176 863 465	110 730 018	66 133 447	596 409 811	610 660 909
Empresas Associadas							
José de Mello Saúde, SGPS, S.A.	13 de abril de 2018	30,0%	745 409 941	652 991 377	92 418 564	616 126 484	639 421 137
José de Mello Residências e Serviços, SGPS, S.A.	6 de abril de 2018	30,0%	2 192 116	1 753 594	438 523	6 798 380	7 274 967
Entidades conjuntamente controladas							
Farmininsurance - Soluções e Serviços para Protecção da Saúde, S.A.	13 de fevereiro de 2018	50,0%	50 861	21 691	29 170	21 692	862
Cuidafarma, Lda.	20 de fevereiro de 2018	50,0%	287 509	285 258	2 251	123 693	25 944

A Farminveste SGPS detém, através da sua participada Farminveste 3, uma participação financeira de 76,4% na Glintt, registada pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP).

A sociedade Glintt encontra-se cotada no mercado NYSE EURONEXT. À data de 31 de Dezembro de 2017, a valorização da participação na Glintt à cotação de mercado era de €16.079.340,31 (66.443.555 acções a € 0,242/acção). À data deste relatório a acção Glintt encerrou o dia com a cotação de € 0,23/acção.

A Farminveste 3 considera este investimento financeiro como muito relevante e estratégico para o Grupo Farminveste. Por este motivo, não ajustou em 2017 nem em anos anteriores o valor da sua participação na Glintt em função da cotação das suas acções.

Este procedimento assenta, igualmente, na verificação de que os testes de imparidade realizados às participadas da própria Glintt (uma vez que é uma sociedade cotada sujeita às IFRS/IAS), concluem não existir a necessidade de registar quaisquer ajustamentos por imparidade no seu capital próprio.

O detalhe das rubricas de participações financeiras e outros activos financeiros a 31 de Dezembro de 2017 e 2016 apresentava-se da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Participações Financeiras - MEP	26 557 283	23 590 020
Empresas Associadas	26 557 283	23 590 020
José de Mello Saúde	26 456 955	23 587 215
Cuidafarma	1 126	-
Farmininsurance	14 576	-
Sensing Evolution	84 626	-
Farbiowell	-	2 805
Participações Financeiras - Outros métodos	243 250	-
Empresas Associadas	243 250	-
PHD	5 000	-
Eco3 Multimedia, S.A.	33 318	-
Mantelnor EGAP	3 000	-
PCTA - Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo, S.A.	40 000	-
Lisgarante - Sociedade de Garantia Mutua, S.A.	21 000	-
Outras	140 932	-
Outros Activos Financeiros	5 113 812	7 383 993
Outros Activos Financeiros	5 113 812	7 383 993
Clientes e outras contas a receber - activo não corrente	5 113 812	7 383 993
Total	31 914 345	30 974 013

A participação financeira na José de Mello Saúde (30%) é detida pela Farminveste IPG. A Farminveste IPG detém ainda uma participação na José de Mello Residências e Serviços (30%) que se encontra sem valor, resultado da aplicação do método da equivalência patrimonial.

Os resultados destas participações estão reconhecidos da Demonstração de Resultados, na rubrica “Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos”, conforme detalhe:

Empresa-mãe	Participada	% participação	2017	2016
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	José de Mello Saúde, SGPS, S.A.	30,00%	6 846 059	7 175 694
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	José de Mello Residências e Serviços	30,00%	131 857	-
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	Farmininsurance - Soluções e Serviços par	49,97%	-10 409	-
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	Cuidafarma, Lda.	50,00%	-48 874	-
Glintt	Qwerty Informática	Pela aquisição	764 629	-
	Total		7 683 262	7 175 694

13 - IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é composto da seguinte forma:

Imposto sobre o rendimento do período	2017	2016
Imposto corrente	6 661 058	7 658 697
Imposto diferido	-603 732	-1 930 042
Excesso de estimativa de impo	-557 286	-
Outros ajustamentos	-1 241 298	222 212
Total	4 258 742	5 950 866

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é o seguinte:

Impostos Diferidos	2017	2016
Activos por Impostos diferidos		
	-	
Prejuízos fiscais acumulados	5 058 484	4 678 439
Ajustamentos de inventário	282 896	190 520
Amortizações extraordinárias	136 444	136 444
Benefícios fiscais	1 709 291	1 704 142
Perdas de imparidade para contas a receber	3 946 169	4 301 931
Perdas de imparidade para contas a receber - Actualização financeiras de contas a receber não correntes	18 415	-
Total	11 151 699	11 011 476
Passivos por Impostos diferidos		
Reavaliação de imobilizações corpóreas	-	29 209
Activos fixos tangíveis	6 554	36 221
Reconhecimento rédito	12 175	15 961
Software	107 142	192 855
Qwerty	331 385	-
Carteira de clientes	7 140 943	7 776 779
Total	7 598 199	8 051 025

14 - INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2017, os inventários do Grupo eram detalhados conforme se segue:

Inventário	Montante Bruto	Perdas por Imparidade	Montante Líquido
Mercadorias			
Produtos farmacêuticos	52 963 165	-1 178 724	51 784 441
Produtos de consumo	655 293	-54 472	600 821
Outros	2 218 522	-662 709	1 555 813
Total	55 836 980	-1 895 905	53 941 075

Em 31 de Dezembro de 2017, nas contas da participada Alliance Healthcare, as existências devolvidas e as existências a aguardar devolução a laboratórios, em virtude de ter expirado o prazo de validade dos medicamentos, por questões de ordem técnica ou devido a alterações de preços, encontram-se registadas na rubrica de "Inventários" e ascendem a €1.826.294.

O custo das mercadorias vendidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é detalhado como se segue:

Custo das mercadorias vendidas	2017	2016
Existências Iniciais	51 833 361	49 864 767
Compras	565 537 215	564 315 901
Regularizações	-49 369	-14 760
Movimentos de Acréscimos	397 248	434 547
Existências finais	-53 941 075	-51 833 361
Custo do exercício	563 777 380	562 767 094

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 é detalhada conforme se segue:

Imparidades Inventário	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo Final
Mercadorias	1 473 172	435 627	-166	-12 728	1 895 905

Os aumentos e as reversões de perdas por imparidade de inventários foram registados na rubrica da demonstração de resultados “Imparidade de inventários (perdas)/reversões”.

15 - ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

As categorias de activos financeiros em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 são detalhadas da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
CLIENTES				
Clientes conta corrente e conta letras	87 306 052	14 866 933	88 506 349	28 277 362
Clientes de cobrança duvidosa	5 172 992	21 583 235	4 506 537	15 787 654
Perdas por imparidade	-4 960 611	-34 994 730	-4 494 978	-40 561 100
Total clientes	87 518 433	1 455 438	88 517 908	3 503 916
ESTADO				
Imposto sobre o Valor Acrescentado	901 374	-	4 116 514	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	1 188 626	-	759 639	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	-	-	530	-
Segurança Social	-	-	-	-
Outros	20 956	3 658 374	44 129	3 658 374
Total estado (activo)	2 110 956	3 658 374	4 920 810	3 658 374
OUTRAS CONTAS A RECEBER				
Pessoal	39 035	-	11 298	-
Adiantamento Fornecedores	-	-	25 000	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	9 359 751	-	10 353 951	-
Outros devedores	9 651 418	6 020 465	4 903 908	6 374 949
Perdas por imparidade	-154 807	-164 284	-150 101	-164 284
Total outras contas a receber	18 895 396	5 856 181	15 144 056	6 210 665
Total de activos financeiros	108 524 785	10 969 993	108 582 774	13 372 955

Clientes e outras contas a receber - activo não corrente

O montante classificado como não corrente nas rubricas de clientes, diz, essencialmente, respeito a acordos de regularização de dívida celebrados com os clientes, os quais vencem juros e cujo vencimento é superior a um ano, bem como saldos de cobrança duvidosa que estão em processo de contencioso e recuperação, registados na Alliance.

De acordo com informação divulgada no relatório e contas de 2011 da Glintt, encontravam-se em curso naquele exercício dois processos de contencioso, entre a Glintt Business Solutions, Lda., a Restelo Imobiliária SA (RIP) e os Hotéis Alexandre Almeida (HAA).

Em 21 de Dezembro de 2012 a Glintt, a RIP e os HAA, puseram termo ao diferendo entre as partes por meio de acordo nos termos do qual fixaram o valor em dívida e estabeleceram a forma de pagamento. Desse acordo decorre o valor total da rúbrica de Outros créditos a receber (não corrente), o qual não se encontra relevado ao custo amortizado, uma vez que nos termos do acordo, são calculados e debitados juros anuais. Os juros debitados até ao encerramento do presente exercício ascendem a 1.721 mil euros.

Cientes e outras contas a receber - activo corrente

As perdas por imparidade para as contas a receber são calculadas considerando a análise da antiguidade das contas a receber e o perfil de risco do cliente. Em 31 de Dezembro de 2017, é convicção do Conselho de Administração que as perdas por imparidade estimadas se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

A rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos” diz, essencialmente, respeito a:

- Serviços a facturar pela Alliance e suas subsidiárias, no montante de €2,6 milhões, sendo na sua maioria referentes a descontos a obter no montante de €2,3 milhões;
- Serviços a facturar pela hmR aos seus clientes relativos a trabalhos referentes a trabalhos realizados com dados de Dezembro de 2017 no montante de €0,5 milhões;
- Facturação a emitir às farmácias relativa ao programa Saúde pelos pontos emitidos em Dezembro de 2017 no valor de €1,1 milhões.

O movimento das imparidades de clientes em 2017 foi o seguinte:

Imparidades Clientes	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo Final
Imparidade clientes total	45 056 078	631 591	-5 568 044	-	40 119 625

As categorias de passivos financeiros em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 são detalhadas da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
FORNECEDORES				
Fornecedores - Conta corrente	63 950 880	-	64 794 237	-
Fornecedores - facturas em recep. e conferência	5 832 292	-	3 427 189	-
Total fornecedores	69 783 172	-	68 221 426	-
ESTADO				
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1 957 013	-	1 804 381	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	245 378	-	819 667	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	328 911	-	1 058 397	-
Segurança Social	2 191 508	-	1 300 915	-
Outros	1 082 502	-	336 329	-
Total estado (passivo)	5 805 312	-	5 319 691	-
OUTRAS CONTAS A PAGAR				
Pessoal	5 910	-	1 261	-
Fornecedores de investimentos	494 570	-	238 549	-
Credores por acréscimos de gastos	21 180 259	-	19 887 426	-
Outros credores	8 648 308	846 917	6 326 421	1 128 799
Total outras contas a pagar	30 329 046	846 917	26 453 657	1 128 799
Total de passivos financeiros	105 917 531	846 917	99 994 774	1 128 799

Fornecedores e outras contas a pagar - passivo corrente

O detalhe da rubrica “Credores por acréscimos de gastos” é o seguinte:

Credores por acréscimos de gastos	2017	2016
Descontos a conceder	1 926 521	2 108 498
Remunerações a Liquidar	9 110 620	7 285 069
Juros a Liquidar	664 711	998 600
Outros Acréscimos de gastos	9 478 407	9 495 259
Total	21 180 259	19 887 426

16 - DIFERIMENTOS ACTIVOS E PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 as rubricas de “Diferimentos” activos e passivos apresentavam a seguinte composição:

Diferimentos	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Seguros	167 167	176 039
Rendas	7 694	9 137
Contratos Anuais	452 156	27 209
Outros Gastos a Reconhecer	4 287 710	3 102 113
Total do activo	4 914 727	3 314 497
Rendimentos a reconhecer		
Outros rendimentos a reconhecer	5 728 696	5 094 356
Total do passivo	5 728 696	5 094 356
Total líquido	-813 969	-1 779 859

17 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O instrumento financeiro derivado utilizado pela empresa define-se como um instrumento de cobertura de fluxos de caixa e respeita exclusivamente a um instrumento de cobertura de taxa de juro de um empréstimo obtido. O justo valor do instrumento financeiro em 31 Dezembro de 2017 corresponde a €- 751,39. O montante do empréstimo, prazo de vencimento dos juros e planos de reembolso do empréstimo subjacente ao instrumento de cobertura de taxa de juro são semelhantes às condições estabelecidas para o empréstimo contratado, pelo que normalmente, a cobertura é altamente eficaz.

18 - INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO
Capital social

Em 31 de Dezembro de 2017, o capital social, no montante de €100.000.000 (cem milhões de euros), encontra-se integralmente subscrito e realizado, sendo representado por 20.000.000 (vinte milhões) de acções com um valor nominal de €5 cada, sendo 6.000.000 (seis milhões) de acções da Categoria A e 14.000.000 (catorze milhões) de acções da Categoria B.

Ambas as categorias das acções conferem direito de voto. No entanto, cada accionista titular de acções da Categoria B não poderá, com essas acções, emitir em nome próprio, directamente ou através de representante, mais de cento e vinte e cinco mil votos, independentemente de deter número superior de acções dessa Categoria.

Os detentores de capital e sua repartição por categoria de acções, a 31 de Dezembro de 2017 era a seguinte:

Capital Social	%	Número de Acções		Valor nominal (€)	Valor das Acções (€)		Total
		Cat.A	Cat.B		Cat.A	Cat.B	
Associação Nacional das Farmácias	90,33%	6 000 000	12 066 095	5,00	30 000 000	60 330 475	90 330 475
Outros Accionistas	9,67%	-	1 933 905	5,00	-	9 669 525	9 669 525
Total		6 000 000	14 000 000		30 000 000	70 000 000	100 000 000

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de Dezembro de 2017 a reserva legal ascendia a 523.137 Euros.

Ajustamentos em activos financeiros

Nesta rubrica encontram-se registados os ajustamentos em activos financeiros relacionados com a aplicação do método da equivalência patrimonial decorrentes de outras variações de capital próprio da participada Farminveste IPG.

Interesses Minoritários

O detalhe por empresa da rubrica de Interesses Minoritários em 31 de Dezembro de 2017 é o seguinte:

Empresa	% não detida	Interesses Minoritários	
		Demonstração de Resultados	Balanço
Alliance Healthcare	49,000%	6 983 038	32 405 389
Farminveste 3	0,001%	3	484
Farbiowell	49,000%	-13 742	35 258
Glintt	23,600%	279 023	17 753 775
Globalvet	25,000%	-11 856	26 214
hmR Ireland	50,000%	-260 222	-1 014 722
Imofarma	12,469%	266 061	8 095 758
Total		7 242 306	57 302 156

19 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

Provisões

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica de provisões teve a seguinte movimentação:

Provisões	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo Final
Outras Provisões	13 521 308	492 646	-565 894	-45 148	13 402 913
Processos judiciais	6 488 002	70 259	-6 082 704	-	475 557
Imposto	326 904	-	-	-	326 904
Total	20 336 214	562 905	-6 648 598	-45 148	14 205 374

Do aumento de provisões verificado em 2017, o valor de €456.297 encontra-se reflectido na demonstração dos resultados na rubrica “Imposto sobre o rendimento do exercício” uma vez que as situações às quais esta provisão diz respeito apresentam natureza fiscal.

Farminveste 3

À data da fusão entre a Consiste e a Pararede, que deu origem à actual Glintt, encontravam-se em aberto dois processos de contencioso entre a Consiste e os Hotéis Alexandre Almeida e a Restelo Imobiliária SA, no âmbito de dois contractos de remodelações de unidades hoteleiras.

A Farminveste 3 assumiu a responsabilidade da contingência decorrente desses processos no valor de €5.752.701, tendo prestado uma garantia bancária a favor da Glintt e constituída uma provisão desse montante.

No final de 2012 a Glintt e as entidades anteriormente referidas puseram termo ao diferendo, estabelecendo um acordo de pagamento dos valores em dívida à Glintt. Em função desse acordo foi possível à Farminveste 3 reduzir a garantia bancária e a respectiva provisão para o valor de €4.721.164.

Grupo Alliance Healthcare
Garantias, Fianças e Cartas Conforto
Processo n.º 00237/04 - Imp

As contas fiscais consolidadas apresentadas pela Alliance UniChem Portuguesa, SGPS, Lda. (sociedade entretanto fusionada na Alliance Healthcare S.A.), foram sujeitas a inspecção tributária relativamente ao exercício de 1993, tendo sido efectuadas correcções à matéria colectável, no valor de €4.758.691. Dado o desacordo da Empresa quanto ao fundamento das referidas correcções, foi apresentado oportunamente o respectivo pedido de impugnação tributária. No final do exercício de 2002 e no decurso do processo de amnistia fiscal implementado pelo Governo, a Empresa, motivada pelo crescimento dos encargos associados a este processo, procedeu ao pagamento do valor do imposto nas seguintes condições:

- i. Pagamento do imposto liquidado no valor de €3.249.166, relativo aos exercícios de 1993 a 1998;
- ii. Manutenção do processo de impugnação, actualmente sob apreciação em tribunal;
- iii. Manutenção de possibilidade de reembolso do imposto pago caso seja proferida decisão judicial favorável à Alliance Healthcare;
- iv. Eliminação do risco associado aos juros e penalizações no âmbito do processo em caso de decisão judicial desfavorável à Alliance Healthcare.

Em 2003, no âmbito do mesmo processo, foi igualmente pago pela Empresa o montante de €437.288 relativo ao exercício de 1999.

Em virtude de o Conselho de Administração da Empresa entender que existem possibilidades de êxito no recurso interposto, decidiu registar, em exercícios anteriores, os montantes pagos (€3.686.454) às Autoridades Fiscais na rubrica do activo não corrente “Outros activos financeiros - Estado e outros entes públicos” e proceder a um ajustamento de 50% daquele montante.

Durante 2014 a Empresa recebeu uma decisão favorável do tribunal competente no que diz respeito a este processo. Assim, tendo em consideração a diminuição do risco daí resultante e por considerar remota a possibilidade de não recuperar o valor pago, a Empresa reverteu a perda por imparidade que tinha sido reconhecida em anos anteriores, no montante de 1.815.147 Euros, reconhecendo esse efeito na demonstração dos resultados de 2014, na rubrica “Imparidade de dívidas a receber”.

Deste modo e relativamente a este processo, a Empresa mantinha em 31 de Dezembro de 2017 um saldo devedor na rubrica Estado e Outros Entes Públicos no montante de 3.686.454 Euros, e uma perda por imparidade de 28.080 Euros.

Durante os exercícios de 2004 a 2013, a Empresa foi sujeita a inspecções tributárias aos exercícios de 2000 a 2010, no âmbito das quais foram recebidas liquidações adicionais em sede de IRC, no montante total de, aproximadamente, €10.470.000, dos quais:

- 1) €7.000.000 relativos, essencialmente, à não aceitação como custo fiscal e à consideração como despesas não documentadas de determinados pagamentos efectuados nos exercícios de 2000 a 2002, para as quais, embora a Empresa esteja em desacordo com a Administração Fiscal no que respeita aos fundamentos das correcções propostas (posição corroborada pelos seus consultores legais e fiscais), constituiu uma provisão no montante de, aproximadamente, €3.848.000 para fazer face a tais riscos. Adicionalmente, em 2017 a Empresa foi notificada da sentença do Tribunal Tributário de Lisboa que julgou improcedente a impugnação apresentada relativamente ao exercício de 2000, tendo sido apresentada interposição de recurso;

No final do exercício de 2013 e no decurso do “programa de regularização excepcional de dívidas fiscais” previsto no Dec. Lei n.º 151-A/2013, a Empresa, motivada pelo crescimento dos encargos associados aos processos fiscais, procedeu ao pagamento do valor do imposto nas seguintes condições:

- a) Pagamento do imposto liquidado no valor de €5.663.153, relativo aos exercícios de 2000 a 2002, que já incorpora a dedução de juros e outros encargos;
- b) Manutenção do processo de impugnação, actualmente sob apreciação em tribunal;
- c) Manutenção de possibilidade de reembolso do imposto pago, caso seja proferida decisão judicial favorável à Alliance Healthcare;
- d) Eliminação do risco associado aos juros e penalizações no âmbito do processo em caso de decisão judicial desfavorável à Alliance Healthcare.

Na sequência deste pagamento extraordinário a Empresa, em 2013, transferiu a provisão, constituída em anos anteriores, afecta aos exercícios em causa no valor de €3.848.006, para a rubrica do seu activo “Activos financeiros - não corrente”.

Em função da notificação obtida pela Empresa em 2013 do desfecho desfavorável do processo fiscal pelo Tribunal Tributário de Lisboa, o qual julgou improcedente a impugnação apresentada relativamente ao exercício de 2000, entretanto objecto de interposição de recurso, o Conselho de Administração da Empresa decidiu proceder ao registo de imparidades adicionais, no montante de 1.815.147 Euros, de forma a cobrir a totalidade do risco associado à não realização dos valores já pagos cujo reembolso a Empresa ambiciona, pelo que o valor pago, no montante total de 5.663.153 Euros se encontra totalmente coberto por imparidades acumuladas de igual montante.

- 2) €2.870.000 referentes ao exercício de 2004 (a qual foi recebida durante o exercício de 2008) relativa à não aceitação como operação neutra fiscalmente, da fusão invertida entre a Empresa e a Alliance Unichem S.G.P.S., Lda. apurando, conseqüentemente, uma mais-valia fiscal dessa operação; o Conselho de Administração da Empresa, assim como os seus consultores fiscais, entendem que a fundamentação apresentada pela Administração Tributária não está de acordo com a legislação fiscal portuguesa pelo que apresentou uma impugnação judicial relativamente à referida liquidação adicional. Deste modo, não foi registada nas demonstrações financeiras anexas qualquer provisão para fazer face a um eventual desfecho favorável deste processo por a Administração entender que a probabilidade de desfecho favorável às suas pretensões ser mais forte que a probabilidade de desfecho inverso;
- 3) €600.000 relativos ao exercício de 2007 (recebida no início de 2011), com origem no apuramento de mais-valias fiscais resultantes do alegado exercício do direito de opção de compra do edifício da sede no âmbito de um contrato de locação operacional. Não foi registada nas demonstrações financeiras anexas qualquer provisão para fazer face a um eventual desfecho favorável deste processo, dado que o Conselho de Administração da Empresa, assim como os seus consultores fiscais, entendem que a fundamentação apresentada pela Administração Tributária não está de acordo com a legislação fiscal portuguesa.

A Farminveste IPG é beneficiária de uma garantia bancária, emitida sobre o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal) S.A. subscrita pela Alliance Santé Europe, S.A. e Unichem Warehousing Limited, de forma a garantir eventuais perdas provenientes destes processos em curso, razão pela qual não foi constituída nenhuma provisão nas suas contas.

Farminveste IPG

Em 6 de Abril de 2009 a Farminveste emitiu carta conforto ao Millennium BCP referente aos financiamentos de médio e longo prazo no valor de € 35 milhões contratados pelo Imofarma - Fundo Especial de Investimento Imobiliário para construção do Edifício Porto Inova, sendo o valor do empréstimo actual de €24,2 milhões.

Em 13 de Julho de 2015, a hmR Espanha contraiu dois créditos junto da instituição financeira Novo Banco Espanha, no montante de €1,5 milhões (actualmente com €0,4 milhões) e €0,5 milhões, sendo que a Farminveste juntamente com a ANF subscreveram uma livrança na qual são avalistas para garantia dos mesmos.

A 31 de Dezembro de 2017 a Farminveste tinha as seguintes Fianças e aval obtidas junto da ANF:

Tipo	Data	Afiançada	Moeda	Montante	Descrição
Fiança/aval	2-mar-2006	Farminveste IPG	EUR	10 500 000	Empréstimo médio e longo prazo
Fiança/aval	15-jan-2014	Farminveste IPG	EUR	10 000 000	Descoberto de Conta de DO
Fiança/aval	28-abr-2015	Farminveste IPG	EUR	15 000 000	Papel comercial
Fiança/aval	7-dez-2015	Farminveste IPG	EUR	13 000 000	Empréstimo médio e longo prazo
Fiança/aval	24-dez-2015	Farminveste IPG	EUR	2 000 000	Conta corrente
Fiança/aval	24-jul-2015	Farminveste/ANF	EUR	29 000 000	Conta corrente solidária ANF/Farminveste
Fiança/aval	27-dez-2017	Farminveste IPG	EUR	22 000 000	Empréstimo médio e longo prazo
			EUR	101 500 000	

Em Março de 2017, a Farminveste IPG fez o primeiro penhor de 43.959 unidades de participação do Fundo Imofarma para garantia dos seguintes financiamentos: médio-longo prazo, papel comercial e descoberto bancário contraídos junto do Millennium BCP.

No mesmo mês, a Farminveste fez o penhor de 122.500 acções da Alliance Healthcare para garantia do financiamento contraído pela Glintt ao Novo Banco.

A 22 de Dezembro de 2017, para contratação do empréstimo de € 22 milhões ao Novo Banco, foi efectuado o primeiro penhor de 80.000 acções da Alliance Healthcare.

Alliance Healthcare

A Alliance Healthcare assumiu um total de €4.825.929 relativamente a responsabilidades por garantias prestadas, cujo detalhe é: Direcção Geral de Contribuições e Impostos - €4.556.300; Região Autónoma dos Açores - €201.891; Câmara Municipal de Sintra - €25.000; BP Portuguesa - €12.678; Tribunal do Trabalho - €5.422; Instituto Português de Oncologia de Lisboa - €11.700 e Centro Hospitalar Lisboa Norte - €12.938.

Glintt

Os compromissos financeiros que não figuram nas demonstrações financeiras referentes a garantias bancárias prestadas a terceiros pela Glintt destinadas a servir de caução aos projectos em curso, são discriminados como segue:

	2017	2016
Hewlett - Packard International Bank plc	2 051 746	3 356 115
HCCM Outsourcing Investment SA	525 750	1 051 500
TD Tech Data Portugal, Lda.	-	200 000
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	142 230	142 230
PT Comunicações, S.A.	-	28 636
Centro Hospitalar de Lisboa Norte, EPE	26 117	28 504
HPP Saúde - Parcerias Cascais, S.A.	25 000	25 000
TMN - Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.	8 000	17 493
Metropolitano de Lisboa, E.P.	16 836	19 274
Estado Maior General das Forças Armadas	16 204	-
CEIOTAN	17 434	17 433
Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira,	12 384	16 692
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE	13 013	-
Banco de Portugal	12 570	12 570
Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas IP	-	12 511
Outras garantias	22 468	27 470
Total garantias prestadas	2 889 751	4 955 429

Processos judiciais

Farminveste SGPS, Farminveste IPG e hmR PT

A Autoridade da Concorrência (AdC) instaurou, por despacho de 17 de Setembro de 2009, um processo contra-ordenacional por alegadas práticas de abuso de posição dominante no mercado da comercialização de dados das farmácias, nas quais estariam envolvidas, para além da ANF, a Farminveste SGPS, a Farminveste IPG e a sua participada hmR. Na conclusão deste processo, por decisão de 22 de Dezembro de 2015, a AdC aplicou à Farminveste SGPS, à Farminveste IPG e à hmR coimas nos montantes de €9.080.000, de €360.000 e de €265.000, respectivamente.

Na sequência, em 26 de Janeiro de 2016, a Farminveste SGPS, a Farminveste IPG e a hmR apresentaram contra aquela decisão da AdC os competentes recursos de impugnação que foram recebidos pelo Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão (processo n.º 36/16.0YUSTR). Tramitado este processo e realizada a audiência de julgamento, foi proferida sentença pelo Tribunal, datada de 20 de Outubro de 2016, que julgou parcialmente procedentes os recursos da Farminveste SGPS, da Farminveste IPG e da hmR, e, em decorrência, reduziu as coimas aplicadas para €6.082.704, €233.530,80 e €171.767,20, respectivamente.

Não conformadas com a sentença, a Farminveste SGPS, a Farminveste IPG e a hmR, interpuseram, em 03 de Novembro de 2016, recursos para o Tribunal da Relação de Lisboa.

O Tribunal da Relação de Lisboa, por acórdão de 14 de Junho de 2017, julgou (i) provido o recurso interposto pela Farminveste SGPS, absolvendo-a da prática da contra-ordenação e da coima em que vinha condenada (€6.082.704) e (ii) não-providos os recursos interpostos pela Farminveste IPG e pela hmR, mantendo a sua condenação nos termos decididos pela 1ª instância (coimas de €233.530,80 e €171.767,20, respectivamente).

O acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa transitou em julgado e a Farminveste IPG e a hmR liquidaram o valor das coimas respectivas.

20 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O detalhe dos financiamentos obtidos a 31 de Dezembro de 2017 e 2016 eram como segue:

Financiamentos obtidos	2017			2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Instituições de crédito e sociedades financeiras						
Papel comercial	28 200 000	4 800 000	33 000 000	30 500 000	18 600 000	49 100 000
Empréstimos bancários	36 812 067	106 298 740	143 110 808	52 486 736	69 036 669	121 523 405
Descobertos bancários	8 601 796	-	8 601 796	15 417 454	-	15 417 454
Letras descontadas	-	-	-	2 144 558	-	2 144 558
Adiantamento de factoring	3 563 965	-	3 563 965	-	-	-
Locação financeira	94 890	392 733	487 623	93 933	475 275	569 208
Empréstimo obrigacionista	-	18 650 000	18 650 000	-	18 650 000	18 650 000
Empréstimo subsidiárias	-	-	-	1 585 268	-	1 585 268
Ajustamentos relativos ao custo amortizado	-58 152	-	-58 152	-28 056	-	-28 056
Instituições de crédito e sociedades financeiras						
Subsídios ao investimento reembolsáveis	-	201 892	201 892	-	201 891	201 891
Participantes de Capital						
	-	1 450 000	1 450 000	-	1 077 500	1 077 500
Total	77 214 566	131 793 365	209 007 932	102 199 892	108 041 335	210 241 227

O valor do empréstimo bancário incorrido pelo Imofarma para a construção do Edifício ANF Porto, tem como garantia real o respectivo imóvel.

21 - RÉDITO

Nos exercícios de 2017 e 2016, o rédito reconhecido tem a seguinte composição:

Rédito	2017	2016
Vendas	609 349 485	611 291 074
Prestações de serviços	93 359 532	89 345 616
Subsídios à exploração	155 406	138 567
Juros e outros rendimentos similares	811 699	1 262 216
Total	703 676 121	702 037 473

O valor líquido das vendas e das prestações de serviços, por mercado durante o exercício de 2017 e 2016 foi como segue:

Rédito	2017				2016			
	Vendas	Descontos Concedidos	Prestações de serviços	Total	Vendas	Descontos Concedidos	Prestações de serviços	Total
Mercado interno	597 476 020	-25 613 940	88 333 927	660 196 007	587 899 277	-25 673 796	65 449 640	627 675 121
Mercado externo	37 487 405	-	5 025 605	42 513 010	49 065 593	-	23 895 976	72 961 569
Total	634 963 425	-25 613 940	93 359 532	702 709 016	636 964 870	-25 673 796	89 345 616	700 636 690

22 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos” nos exercícios de 2017 e 2016 tinham o seguinte detalhe:

Fornecimentos e Serviços Externos	2017	2016
Subcontratos	22 702 634	18 616 188
Serviços especializados	41 022 723	33 800 294
Materiais	138 945	115 050
Energia e Fluidos	2 460 012	1 982 366
Deslo, estadas e transportes	9 089 267	8 918 175
Serviços diversos	11 787 180	10 587 378
Ajustamentos consolidação	-22 757 805	-16 224 477
Total	64 442 955	57 794 974

23 - GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de “Gastos com Pessoal” nos exercícios de 2017 e 2016 tem o seguinte detalhe:

Gastos com Pessoal	2017	2016
Remunerações órgãos sociais	1 810 190	1 067 266
Remunerações do pessoal	43 456 309	39 748 228
Indemnizações	426 449	1 908 410
Encargos sobre remunerações	9 479 390	8 150 236
Seguros de acidentes no trabalho	122 661	154 091
Gastos de acção social	288 471	313 048
Outros gastos com pessoal	1 945 225	1 876 745
Ajustamentos consolidação	-918 397	-7 230
Total	56 610 298	53 210 794

O número médio de colaboradores ao serviço das empresas que constituem o perímetro de consolidação em 2017 foi de 1.663 pessoas, contra 1.554 em 2016, fruto da continuidade da expansão da actividade do Grupo:

Número médio colaboradores	2017	2016
Farminveste SGPS	2	2
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	26	48
hmR - Health Market Research International, Lda	39	0
hmR - Health Market Research Portugal Unipessoal, Lda	20	18
hmR - Health Market Research - España, S.L.	19	19
hmR - Health Market Research - Germany, GmbH.	1	0
hmR Ireland Limited	10	10
Farbiowell	4	0
Farminveste 4 - Serviços S.A.	70	67
Alliance Healthcare, S.A.	478	465
Glintt	988	919
Globalvet - Soluções e Inovação Veterinária, Lda.	6	6
Total	1 663	1 554

24 - AUMENTOS/REDUÇÃO JUSTO VALOR

A rubrica de “Aumentos/redução justo valor” no exercício de 2017 tem o seguinte detalhe:

Designação	2017	2016
Imparidade Goodwill (Nota 10)	-	-455 355
Reavaliação AFT (Nota 6)	1 743 050	1 259 616
Reavaliação Propriedades investimento	-2 151 747	-699 942
Reavaliação Activos detidos para venda	-	67 000
Instrumentos financeiros	-	-470
Total	-408 697	170 849

25 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de “Outros Rendimentos e Ganhos” nos exercícios de 2017 e 2016 tem o seguinte detalhe:

Outros rendimentos e ganhos	2017	2016
Rendimentos suplementares	951 113	1 087 359
Ganhos em inventários	7	7
Descontos de p.p. obtidos	10 874	3 385
Diferenças de câmbio favoráveis	58 251	-
Alienações activos	40 175	8 628
Subsídios ao investimento	4 965	4 268
Trabalhos para a própria empresa	-	-
Reavaliações	-	-
Correcções relativas a períodos anteriores	569	265
Excesso de estimativa para impostos	-	320 190
Recuperação de dívidas incobráveis	519 296	61 229
Impostos	-	37 362
Outros não especificados	376 528	820 537
Total de outros rendimentos e ganhos	1 961 777	2 343 230

26 - OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica de “Outros Gastos e Perdas” nos exercícios de 2017 e 2016 tem o seguinte detalhe:

Outros gastos e perdas	2017	2016
Impostos	892 019	461 629
Promoção cultural e profissional	29 280	-
Dívidas incobráveis	4 150 003	3 018 601
Correcções relativas a períodos anteriores	6 582	2 199
Abates de investimentos não financeiros	60 449	410 542
Quotizações	2 995	3 695
Ofertas e amostras de inventario	9	1 168
Donativos	8 942	8 139
Perdas em inventários	3 613	1 364
Multas	173	257 450
Outros gastos e perdas	22 506	69 150
Outros não especificados	187 440	213 534
Total de outros gastos e perdas	5 364 010	4 447 471

27 - DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de “gastos/reversões de depreciação e de amortização” no final do exercício de 2017 e 2016 é conforme detalhe:

Designação	2017	2016
Activos fixos tangíveis (Nota 6)	3 186 703	2 619 807
Activos intangíveis (Nota 11)	3 961 611	3 219 761
Total	7 148 314	5 839 568

28 - JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decorrer dos exercícios de 2017 e 2016 são detalhados como segue:

Juros e gastos similares suportados	2017	2016
Juros suportados		
Financiamentos bancários	7 000 408	7 648 309
Desconto de títulos	3 983	4 045
Outros	97 819	176 300
Outros gastos de financiamento	1 277 199	1 232 770
Total de juros e rendimentos similares suportados	8 379 409	9 061 425

A rubrica “Outros gastos de financiamento” diz essencialmente respeito a gastos suportados com as emissões de papel comercial na participada Alliance.

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos no decorrer dos exercícios de 2017 e 2016 são detalhados como segue:

Juros e rendimentos similares obtidos	2017	2016
Juros obtidos depósitos		
Depósitos em instituições de crédito	17 056	23 957
Acordos de regularização de dívida	608 421	686 608
Outros financiamentos concedidos	96 080	57 915
Outros ganhos de financiamento	90 142	493 736
Total de juros e rendimentos similares obtidos	811 699	1 262 216

A rubrica “Juros obtidos - Acordos de regularização de dívida” diz respeito aos juros debitados pela Alliance aos seus clientes, resultante de acordos de regularização de dívida assinados com os mesmos, que visam remunerar a empresa pelo desfasamento temporal no recebimento (Nota 15).

29 - ACTIVOS DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS E PASSIVOS RELACIONADOS

Activos de operações descontinuadas	31-12-2017
Não corrente	
Ativos fixos tangíveis	-
Outros Investimentos Financeiros	-
Ativos por Impostos Diferidos	-
	-
Corrente	
Inventários	-
Contas a receber de clientes e outros devedores	-
Caixa e equivalentes de caixa	86 371
Acréscimos e diferimentos ativos	-
	86 371
Activos operações descontinuadas	86 371
Passivos de operações descontinuadas	
Não Corrente	
Empréstimos	-
Provisões para outros passivos e encargos	166 769
	166 769
Corrente	
Contas a pagar a fornecedores e outros credores	-
Empréstimos	-
Acréscimos e diferimentos passivos	1 472
	1 472
Passivos operações descontinuadas	168 240

30 - PERDAS COM OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Os ganhos e perdas com operações alienadas e descontinuadas, em 2017 foram de 31 milhares de Euros, conforme se detalha abaixo:

	31-12-2017	31-12-2016
Vendas	-	-
Prestação de serviços	-	682 748
Total das Vendas e Prestação de Serviços	-	682 748
Custo das vendas	-	-10 151
Subcontratos	-4 038	-26 816
Margem Bruta	-4 038	645 781
Fornecimentos e serviços externos	-13 170	-180 536
Gastos com pessoal	-99 699	-254 380
Outros ganhos e perdas - líquidas	154 172	-1 867 295
Resultado operacional bruto	37 266	-1 656 430
Depreciações e amortizações	-	-225 818
Provisões	45 344	-213 906
Perdas por imparidade	-63 820	150 151
Resultado operacional	18 790	-1 946 003
Resultados financeiros	12 335	-64 099
Ganhos/Perdas em alienação participações	-	-
Resultados antes de impostos das operações descontinuadas	31 124	-2 010 102
Imposto sobre lucros	-	-160 482
Resultados depois de impostos das operações descontinuadas	31 124	-2 170 584

Em 30/05/2017 ocorreu a dissolução e encerramento da liquidação da RHM. Devido à saída do perímetro de consolidação efectuou-se a reclassificação das rubricas de Rendimentos e Ganhos para a rubrica de operações descontinuadas.

31 - RESULTADO POR ACÇÃO

O cálculo do resultado básico por acção baseia-se no lucro atribuível aos accionistas ordinários, dividido pela média ponderada de acções ordinárias no período, excluindo acções ordinárias compradas e detidas como acções próprias.

O resultado diluído por acção é igual ao resultado básico por acção, devido à inexistência de instrumentos financeiros que venham a originar a diluição do capital social no futuro.

	2017	2016
Resultado Líquido do Período	11 470 218	4 516 091
Nº médio de acções ordinárias	20 000 000	20 000 000
Resultado por acção básico	0,57	0,23

32 - OUTRAS INFORMAÇÕES

A actividade global da Farminveste SGPS e suas participadas encontra-se descrito no Relatório de Gestão, considerado parte integrante deste Relatório e Contas referente ao exercício de 2017.

As presentes Demonstrações Financeiras foram aprovadas e autorizada a sua emissão, pelo Conselho de Administração em 17 de Abril de 2018, e serão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Accionistas. Após essa aprovação as contas não poderão ser alteradas.

33 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Não ocorreram outros factos ou eventos subsequentes à data da posição financeira e que devessem ser registados ou divulgados nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2017.

Lisboa, 17 de Abril de 2018

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS (CONTAS INDIVIDUAIS)



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
 IGOR LUIZ OLIVEIRA DE JESUS
 CARLOS MANUEL GRENHA
 JOÃO CARLOS CRUZEIRO
 PEDRO MIGUEL MANÇO
 MARIA BALBINA CRAVO
 OCTÁVIO CARVALHO VILACA

OLIVEIRA, REIS
 & ASSOCIADOS,
 SROC, LDA.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **FARMINVESTE, S.G.P.S., S.A.**, que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de balanço de €112.220.503 e um total de capital próprio de €111.787.405, incluindo um resultado líquido de €11.470.219), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **FARMINVESTE, S.G.P.S., S.A.**, em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

ÊNFASE

Conforme detalhado na nota 11 do anexo às demonstrações financeiras, na sequência de um processo instaurado pela AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA (AdC) às empresas do grupo da Associação Nacional das Farmácias, esta entidade condenou, em 22 de dezembro de 2015, a FARMINVESTE SGPS, a FARMINVESTE IPG e a

1 de 4

Inscrita na OROC sob o n.º 23
 Inscrita na CMVM sob o n.º 20161381
 Capital Social € 15000
 N.º de Matricula/NIPC 501266259
 Conservatória do Registo Comercial de Lisboa

SEDE - HEAD OFFICE
 Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 75,
 8.º piso, Fração 8.02
 1070-061 Lisboa, Portugal
 T: +351 217 271 197 - F: +351 217 273 129
 www.orasroc.pt - E-mail: geral@orasroc.pt

DELEGAÇÃO CENTRO - CENTER BRANCH
 Avenida 22 de Maio, n.º 24, Escritório 3
 2415-396 Leiria, Portugal
 T: +351 244 822 175 - F: +351 244 822 178

DELEGAÇÃO NORTE - NORTH BRANCH
 Centro Empresarial Capitólio
 Av. de França, 256, 6.º, Sala 6.4
 4050-376 Porto, Portugal
 T: +351 228 324 132





OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

HMR ao pagamento de multas, por abuso de posição dominante na modalidade de compressão de margens. A decisão foi objeto de recurso para o Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão em 26 de janeiro de 2016, tendo sido proferida sentença em 20 de outubro, julgando procedente os recursos apresentados pelas referidas empresas sendo reduzindo o valor das multas para os montantes de €6.082.704 (FARMINVESTES SGPS), €233.531 (FARMINVESTES IPG) e de €171.767 (HMR). Em desacordo com a sentença produzida, foi interposto pelas sociedades um novo recurso, com efeito suspensivo quanto ao pagamento das coimas aplicadas, até trânsito em julgado da sentença judicial. Por acórdão de 14 de junho de 2017, o Tribunal da Relação de Lisboa julgou provido o recurso interposto pela FARMINVESTES SGPS, absolvendo-a da prática da contraordenação e da respetiva coima e julgou não provido o recurso interposto pela FARMINVESTES IPG e HMR. Face ao referido acórdão, foi decidido reverter a provisão que havia sido constituída na FARMINVESTES SGPS no decurso do exercício anterior.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a

2 de 4



nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



3 de 4



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

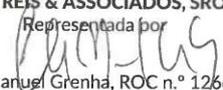
SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 24 de abril de 2018

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por


Carlos Manuel Grenhá, ROC n.º 1266

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS (CONTAS CONSOLIDADAS)



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
 JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
 CARLOS MANUEL GRENHA
 JOÃO CARLOS CRUZEIRO
 PEDRO MIGUEL MANSO
 MARIA BALBINA CRAVO
 OCTAVIO CARVALHO VILACA

OLIVEIRA, REIS
 & ASSOCIADOS,
 SROC, LDA.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **FARMINVESTE, S.G.P.S., S.A.**, que compreendem a o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 512.563.200 euros e um total de capital próprio de 169.089.561 euros, incluindo um resultado líquido de 11.470.218 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de **FARMINVESTE, S.G.P.S., S.A.**, em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



1 de 4

Inscrita na OROC sob o n.º 23
 Inscrita na CMVM sob o n.º 20161381
 Capital Social € 15000
 N.º de Matricula/NIPC 501266259
 Conservatória do Registo Comercial de Lisboa

SEDE - HEAD OFFICE
 Avenida Colombo Bordoal Pinheiro, nº 75,
 8º piso, Fração 8.02
 1070-061 Lisboa, Portugal
 T: +351 217 271 197 - F: +351 217 273 129
 www.orasroc.pt - E-mail: geral@orasroc.pt

DELEGAÇÃO CENTRO - CENTER BRANCH
 Avenida 22 de Maio, n.º 24, Escritório 3
 2415-396 Leiria, Portugal
 T: +351 244 822 175 - F: +351 244 822 178

DELEGAÇÃO NORTE - NORTH BRANCH
 Centro Empresarial Capitólio
 Av. de França, 256, 6.º, Sala 6.4
 4050-276 Porto, Portugal
 T: +351 228 324 132



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

ÊNFASES

De acordo com o referido no anexo, na nota 6 – Ativos Fixos Tangíveis, foi desenvolvido um estudo referente aos imóveis arrendados propriedade do FUNDO IMOBILIÁRIO IMOFARMA, evidenciando o seu valor residual, projetado ao final do exercício de 2017. Concluiu-se para os imóveis testados, que o valor residual se apresentava superior ao valor contabilístico reconhecido. Face aos resultados apresentados, a Empresa decidiu não proceder a qualquer depreciação no exercício;

Conforme detalhado na nota 11 do anexo às demonstrações financeiras, na sequência de um processo instaurado pela AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA (AdC) às empresas do grupo da ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS FARMÁCIAS, esta entidade condenou, em 22 de dezembro de 2015, a FARMINVESTE SGPS, a FARMINVESTE IPG e a HMR ao pagamento de multas, por abuso de posição dominante na modalidade de compressão de margens. A decisão foi objeto de recurso para o Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão em 26 de janeiro de 2016, tendo sido proferida sentença em 20 de outubro, julgando procedente os recursos apresentados pelas referidas empresas sendo reduzindo o valor das multas para os montantes de €6.082.704 (FARMINVESTE SGPS), €233.531 (FARMINVESTE IPG) e de €171.767 (HMR). Em desacordo com a sentença produzida, foi interposto pelas sociedades um novo recurso, com efeito suspensivo quanto ao pagamento das coimas aplicadas, até trânsito em julgado da sentença judicial. Por acórdão de 14 de junho de 2017, o Tribunal da Relação de Lisboa julgou provido o recurso interposto pela Farminveste SGPS, absolvendo-a da prática da contraordenação e da respetiva coima e julgou não provido o recurso interposto pela Farminveste IPG e hmr.

Face ao referido acórdão, foi decidido reverter a provisão que havia sido constituída na Farminveste SGPS no decurso do exercício anterior.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de

2 de 4



- demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
 - avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações

3 de 4





OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

- financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
 - obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
 - comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria. A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

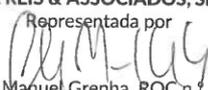
SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 17 de abril de 2018

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por


Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL (CONTAS INDIVIDUAIS)**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
CONTAS INDIVIDUAIS**

Senhores Accionistas,

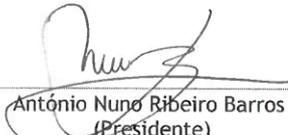
1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal elaborar relatório anual sobre a sua acção fiscalizadora e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da Farminveste - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Farminveste SGPS), referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.
2. Ao longo do exercício, o Conselho Fiscal desempenhou as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes e apreciado as contas e os actos de gestão mais relevantes da Farminveste SGPS. Para o efeito, o Conselho de Administração prestou os esclarecimentos e informações solicitados.
3. O Relatório de Gestão apresentado pelo Conselho de Administração descreve com clareza os principais acontecimentos e factos relevantes ocorridos no exercício, a evolução dos meios humanos e materiais e a situação económica e financeira relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.
4. As demonstrações financeiras mostram-se globalmente aderentes ao referencial contabilístico que as suporta (Normas Internacionais de Relato Financeiro - IFRS) e expressam de forma adequada a situação financeira da Farminveste SGPS a 31 de Dezembro de 2017, bem como os resultados das suas operações, as alterações dos capitais próprios e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data.
5. O Conselho Fiscal tomou também conhecimento da opinião e ênfases expressos na Certificação Legal das Contas relativa ao exercício em apreço, emitida pelo Revisor Oficial de Contas.

Travessa de Santa Catarina, 8 · 1200-403 Lisboa
Tel: 21 340 06 00 · Fax: 21 347 29 94
Capital Social 100.000.000,00 € - Pessoa Colectiva 509 491 480

6. Face ao que antecede, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:
- a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2017, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração;
 - b) Aprove a aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração.
7. Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 8 de Maio de 2018

O CONSELHO FISCAL


António Nuno Ribeiro Barros
(Presidente)


Carlos José de Oliveira Paula
(Vogal)


Oliveira Reis & Associados, SROC, Lda.,
representada por
Carlos Manuel Grenha (ROC n.º 1266), Vogal

Travessa de Santa Catarina, 8 · 1200-403 Lisboa
Tel: 21 340 06 00 · Fax: 21 347 29 94
Capital Social 100.000.000,00 € - Pessoa Colectiva 509 491 480

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL (CONTAS CONSOLIDADAS)**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
CONTAS CONSOLIDADAS**

Senhores Accionistas,

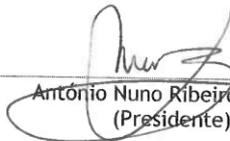
1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal elaborar relatório anual sobre a sua acção fiscalizadora e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas da Farminveste - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Farminveste SGPS), referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.
2. Ao longo do exercício, o Conselho Fiscal desempenhou as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes e apreciado as contas e os actos de gestão mais relevantes da Farminveste SGPS. Para o efeito, o Conselho de Administração prestou os esclarecimentos e informações solicitados.
3. O Relatório de Gestão apresentado pelo Conselho de Administração descreve com clareza os principais acontecimentos e factos relevantes ocorridos no exercício, a evolução dos meios humanos e materiais e a situação económica e financeira relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.
4. As demonstrações financeiras consolidadas mostram-se globalmente aderentes ao referencial contabilístico que as suporta (Normas Internacionais de Relato Financeiro - IFRS) e expressam de forma adequada a situação financeira consolidada da Farminveste SGPS a 31 de Dezembro de 2017, bem como os resultados das suas operações, as alterações dos capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data.
5. O Conselho Fiscal tomou também conhecimento da opinião e ênfases expressos na Certificação Legal das Contas Consolidadas relativa ao exercício em apreço, emitida pelo Revisor Oficial de Contas.

Travessa de Santa Catarina, 8 · 1200-403 Lisboa
Tel: 21 340 06 00 · Fax: 21 347 29 94
Capital Social 100.000.000,00 € - Pessoa Colectiva 509 491 480

6. Face ao que antecede, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral aprove os documentos de prestação de contas consolidadas do exercício de 2017, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração.
7. Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 8 de Maio de 2018

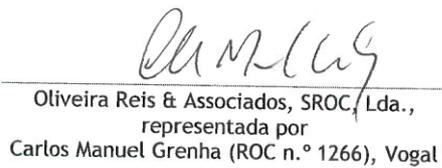
O CONSELHO FISCAL



António Nuno Ribeiro Barros
(Presidente)



Carlos José de Oliveira Paula
(Vogal)



Oliveira Reis & Associados, SROC, Lda.,
representada por
Carlos Manuel Grenha (ROC n.º 1266), Vogal

Travessa de Santa Catarina, 8 · 1200-403 Lisboa
Tel: 21 340 06 00 · Fax: 21 347 29 94
Capital Social 100.000.000,00 € - Pessoa Colectiva 509 491 480